

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO**

**ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL A
PARTIR DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: Estudo de caso do Assentamento
8 de Junho - Laranjeiras do Sul/PR**

FRANCIELI DO ROCIO DE CAMPOS

TOLEDO – PR
2011

FRANCIELI DO ROCIO DE CAMPOS

**ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR
DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: Estudo de caso do Assentamento 8 de Junho -
Laranjeiras do Sul/PR**

Dissertação apresentada a Programa *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, como requisito para obtenção do título de Mestre em: **Desenvolvimento Regional e Agronegócio.**

Orientador: Prof^o. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto.

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Yonissa Marmitt Wadi.

TOLEDO – PR
2011

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Campos, Francieli do Rocio de

C198o

Organização e estratégias desenvolvimento rural a partir das relações de gênero : estudo de caso do Assentamento 8 de Junho, Laranjeiras do Sul/ PR / Francieli do Rocio de Campos. – Toledo, PR : [s. n.], 2011.
107 f.

Orientador: Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto

Co-orientadora: Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Economia agrária 2. Desenvolvimento rural 3. Relações de gênero 4. Assentamento rural – Laranjeiras do Sul – PR. 5. Capital social 6. Movimentos sociais rurais 7. Mulheres no desenvolvimento rural 8. Poder (Ciências sociais) I. Staduto, Jefferson Andronio Ramundo, Or. II. Wadi, Yonissa Marmitt, Or. III. T

CDD 20. ed. 338.1082

333.31

FRANCIELI DO ROCIO DE CAMPOS

**ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR
DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: Estudo de caso do Assentamento 8 de Junho -
Laranjeiras do Sul/PR**

Dissertação de Mestrado defendida em 9 de junho de 2011

Profº. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Coordenador do Programa

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª. Dra. Zelimar Soares Bidarra
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Dr. Reginaldo Sales Magalhães
Uniethos

AGRADECIMENTOS

Posso dizer que essa dissertação é fruto do meu empoderamento diante das adversidades encontradas no meu cotidiano no período do mestrado. Cada pessoa citada, a seu modo, e em determinado período teve uma participação especial para que esse período fosse findado, chegando o momento de externalizar minha gratidão a vocês.

Agradeço...

À Deus, autor da VIDA, que me proporcionou iniciar e concluir esse trabalho e que me concedeu forças para trilhar essa jornada chamada de Mestrado;

À meus pais pela compreensão em momentos de ausência, na falta de atenção e por serem com padecentes em mudar a rotina familiar por minha causa;

À Sú, minha única e mais que especial irmã que me ajudou a redigir essa história e foi cúmplice em muitos momentos do mestrado, que acompanhou mais esse degrau de vida universitária;

Ao João Paulo que de modo tangencial realizou e vivenciou o mestrado junto comigo, mais sempre exerceu o papel de apoiar, compreender minhas angústias, ou seja, foi meu poço de auxílio de todas as horas, agradeço pelo espaço cedido em sua vida;

À família Cristofel de modo geral, que me acolheu a sua casa, me encaminhou, me conduziu na integração e durante a pesquisa de campo para a dissertação, esses passos não tenho palavras para exprimir o quanto vocês foram importantes;

À minha amiga Xanxi que disponibilizou seus ouvidos em longas conversas acompanhou nos bastidores esse período e se tornou fundamental no desfecho final desse trabalho;

Aos amigos da “Grande Família Mestrado 2009” pelos ensinamentos, ajuda, apoio vocês são o sinônimo do companheirismo. Não vou citar nomes porque cada um, a seu modo soube deixar uma lembrança diferente, e que toparam esse desafio como eu, e assim vencemos;

Aos professores que fizeram parte do quadro de docentes do Programa de Mestrado pelos bons exemplos;

Ao orientador que tão bem capacitado e receptivo soubera conduzir as orientações com acuidade e esmero, procurando em cada uma delas aprimorar os conhecimentos, bem a e co-orientadora pela sua contribuição neste trabalho e correção atenciosa;

À Clarice que no agito da vida de secretaria sempre nos atendeu dedicadamente;

Às famílias do Assentamento 8 de Junho que me concederam a liberdade de transcrever seus anseios e dilemas, suas alegrias e sonhos. Carrego comigo uma história de cada propriedade que visitei e tenho certeza que grande parte do que ouvi e senti em campo não cabe no papel. Muito vai ficar no coração. Sem isso este trabalho não seria possível, sou imensamente grata.

Ao CNPQ pela concessão do apoio financeiro para realizar a pesquisa;

Às entidades do Território da Cantuquiriguaçu pelas informações prestadas e colaboração proporcionada;

Aos professores das bancas que assumiram a responsabilidade e com qualidades que prenunciam um ótimo profissional me ajudaram com instruções valiosas.

Sem vocês nenhum desafio seria possível, ou esse trabalho não valeria a pena.

[...] eu faço serviço da roça, serviço de homem, serviço de mulher, sou home e mulhe, pra mim não tem dificuldade, [...] (Entrevistada, 2010).

CAMPOS, Francieli do Rocio de. **Organização e estratégias de desenvolvimento rural a partir das relações de gênero: estudo de caso do Assentamento 8 de Junho - Laranjeiras do Sul/PR**, 2011. Dissertação (Programa *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação da mulher e do homem no espaço do Assentamento rural 8 de Junho, localizado em Laranjeiras do Sul – PR. Numa proposta reflexiva sobre o empoderamento da mulher no espaço produtivo e sua contribuição no espaço reprodutivo das famílias, observado as relações de gênero, divisão sexual do trabalho, estrutura familiar, organização social e política do assentamento. Neste sentido, o trabalho busca investigar os fatores que contribuíram para emergir o capital social da comunidade, bem como, fazer a reconstituição histórica do acampamento e assentamento na ótica das relações de gênero e no contexto do desenvolvimento rural. Para tanto, este trabalho parte do embasamento teórico acerca dos movimentos sociais, dentre eles: o sem terra, o de trabalhadores rurais e organização rural, buscando inserir essas nuances na dinâmica territorial e diversificação produtiva para entender os fatores que se estendem ao desenvolvimento rural do Assentamento 8 de Junho. E, ao examinar tal processo os resultados apontaram incipiente empoderamento da mulher em consequência o desempoderamento masculino, decorrente dos processos sociais vividos por grande parte das famílias no período do acampamento e, também, da sua inserção nas atividades extra-propriedade. De tal ordem, as mulheres de modo ínfimo têm assumido o poder na propriedade ou dividindo-o com o parceiro e filhos.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, relações de gênero, capital social, empoderamento.

CAMPOS, Francieli do Rocio de. **Organization and rural development strategies from gender relations: a case study of the Assentamento 8 de Junho - Laranjeiras do Sul/PR**, 2011. Dissertação (Programa *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

ABSTRACT

This work aims to analyze the participation of women and men within the rural Settlement on 8 June, located in Laranjeiras do Sul – PR. Reflective of a proposal on the empowerment of women in the productive end reproductive contribution within the family, observed gender relations, sexual division of labor, family structure, social and political organization of the settlement. In this sense, the work seeks to investigate the factors that contributed to the emergence of the community's social capital, as well as to the historical reconstruction of the camp and settlement from the perspective of gender relations and in the context of rural development. Therefore, this work under the theoretical background on social movements, among them: the landless, the rural workers and rural organization, seeking to enter this dynamic nuances in the territorial end productive diversification to understand the factors that extend to the rural development settlement on 8 June. And, in examining this process, the results showed incipient empowerment of women in male disempowerment consequence, due to the social processes experienced by most families during camp and also their inclusion in activities outside the property. In that order, so women have assumed negligible power in dividing the property or with their partner and children.

Keywords: rural development, gender relations, social capital, empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Território Cantuquiriguaçu – Paraná.....	35
--------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: A escolaridade dos casais no Assentamento 8 de Junho	52
Gráfico 2: Tipos de programas sociais oferecidos as famílias do Assentamento Junho.....	53
Gráfico 3: Financiamento ou empréstimo realizado no último ano agrícola.....	53
Gráfico 4: Número de mulheres que dirigem carro.....	56
Gráfico 5: Participação das famílias em eventos sociais no Assentamento 8 de Junho	57
Gráfico 6: Os vínculos decorrente as relações sociais entre os membros do Assentamento 8 de Junho	58
Gráfico 7: Vida comunitária da família ao período anterior ao Assentamento.....	59
Gráfico 8: Assistência técnica no Assentamento 8 de Junho.....	60
Gráfico 9: A função que exerce o lote na vida das assentadas e dos assentados....	65
Gráfico 10: Tipo de atividade e produção agrícola do Assentamento 8 de Junho....	66
Gráfico 11: Atividades agrícolas por ordem de importância econômica	67
Gráfico 12: Situação da propriedade agrícola em relação ao período anterior ao Assentamento 8 de Junho – na visão da mulher e do homem.....	68
Gráfico 13: Participação da mulher nas decisões sobre a propriedade em relação ao período anterior ao Assentamento - na visão da mulher e do homem	69
Gráfico 14: Atividades no trabalho diário da propriedade em relação ao período anterior ao Assentamento 8 de Junho – Mulheres e homens.....	71
Gráfico 15: Participação da família nas tarefas domésticas	72
Gráfico 16: Função da mulher na propriedade - visão da mulher e do homem	74
Gráfico 17: Participação mulher e homem no âmbito público do assentamento.....	75
Gráficos 18: Oportunidades em atividades públicas do Assentamento 8 de Junho ..	76
Gráfico 19: Atividades públicas externas ao Assentamento 8 de Junho - em relação ao período anterior.....	77
Gráfico 20: Despesas com recurso financeiro proveniente da propriedade – visão feminina e visão masculina.....	78
Gráfico 21: Despesas provenientes da venda da mão de obra – mulher e homem	79
Gráfico 22: A participação dos membros no planejamento do assentamento.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de desenvolvimento municipal – Território Cantuquiriguaçu.....	35
Tabela 2: Caracterização dos Assentamentos do Território Cantuquiriguaçu/PR....	37
Tabela 3: Estado civil dos membros do Assentamento 8 de Junho.....	49
Tabela 4: Faixa etária das famílias entrevistadas do Assentamento 8 de Junho.....	49
Tabela 5: Número de filhos e sua situação na família Assentamento 8 de Junho....	51
Tabela 6: Escolaridade dos membros do Assentamento 8 de Junho.....	51
Tabela 7: Relação de documentos das famílias do Assentamento 8 de Junho.....	56
Tabela 8: O exercício das atividades agrícolas e não-agrícolas pelas família Assentamento 8 de Junho (acima dos 16 anos).....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAGRO – Centro de Agroecologia

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONDETEC - Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPERJUNHO - Cooperativa do Assentamento 8 de junho

CPT – Comissão da Pastoral da Terra

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano

IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não-governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PR – Paraná

SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SEBRAE -

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
1.2 Objetivo geral	3
1.2.1 Objetivos específicos	3
1.3.1 Instrumentos de coleta de dados e informações	5
1.4 Apresentação do texto.....	7
2. DESENVOLVIMENTO RURAL E RELAÇÕES DE GÊNERO	8
2.1 Estratégias de desenvolvimento rural	8
2.1.1 Os aspectos que envolvem as estratégias de desenvolvimento rural	8
2.1.2 A dinâmica territorial como estratégia de desenvolvimento rural	10
2.1.2.1 O efeito do capital social no desenvolvimento rural	12
2.1.3 A diversificação como estratégia de desenvolvimento rural.....	14
2.1.3.1 A resignificação das atividades não-agrícolas para desenvolvimento rural..	16
2.2 As designações sobre gênero no enfoque do acampamento e assentamento rural	18
2.2.1 A concepção do termo gênero num contexto geral.....	18
2.2.2 As relações de gênero no espaço do acampamento e assentamento rural	20
2.2.3 As relações de poder no acampamento e assentamento rural	25
2.2.3.1 O empoderamento na família rural	26
3. ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO DE SEM TERRA.....	32
3.1 Dos acampamentos aos assentamentos de sem-terra: as configurações dos movimentos sociais rurais	32
3.2 Caracterização do Território da Cantuquiriguaçu.....	34
3.2.1 Localização do Assentamento 8 de Junho	34
3.2.2 Evolução histórica	36
3.3 A contribuição das entidades MST e MPA do Território da Cantuquiriguaçu	38
3.4 Apontamentos sobre a ocupação da área do Assentamento 8 de Junho – período do acampamento Rio Leão	40
3.5 De acampado para assentado: processo de transição e o privilegiado olhar da mulher.....	44
4. A CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO – LARANJEIRAS DO SUL – PR	48
4.2 Os assentados: relação social, cultural e política	54
4.3 Participação nas atividades produtivas e reprodutivas	59
4.3.1 Renda e diferenças apresentadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas ..	60
4.4 Família, propriedade rural, divisão sexual de trabalho.....	68
4.5 Assentamento, participação política, participação social	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
6. REFERÊNCIAS	87
7. ANEXOS	93

1. INTRODUÇÃO

A proposta central deste trabalho é analisar as relações de gênero refletindo sobre o empoderamento da mulher no espaço produtivo do Assentamento 8 de Junho localizado em Laranjeiras do Sul – Paraná. Ao mesmo tempo estender essa análise para o espaço reprodutivo das famílias assentadas, privilegiando a ótica do desenvolvimento rural, bem como examinando o fortalecimento do capital social nessa comunidade.

Esse assentamento está localizado no Território da Cantuquiriguaçu localizado na porção Centro-Sul do Paraná, o qual despertou interesse da pesquisa depois de ter sido desenvolvido atividades de projeto de extensão universitária. No mesmo território está alguns dos 20 municípios mais pobres do Paraná e da Região Sul do país, considerados integrantes do corredor da fome do Estado por apresentarem inúmeros obstáculos para elevar seus indicadores de desenvolvimento, e também foram palco de vários embates fundiários no decorrer da sua história, servindo como lócus para desaguar as pressões sociais do meio rural. Tanto que, desde década de 1980 se instalaram cerca de 40 assentamentos, dentre eles o Assentamento 8 de Junho, que se optou estudar por causa da sua dinâmica organizativa, e ausência de estudos que contribuísse para a formulação de política pública.

O conhecimento sobre o cotidiano e a história da Comunidade rural 8 de Junho envolve a convivência de mulheres e homens, numa importante conquista social no acampamento e assentamento. No período de acampamento foram despendidos esforços para manter a identidade do MST, e desdobramento do modelo patriarcal de família, o qual com a conquista do lote sofreram modificações por edificar propriedades rurais com dinâmica produtiva individual. Isto também teve efeito em algumas funções dos membros das famílias no espaço reprodutivo, e no espaço produtivo do assentamento que segue a nova roupagem do trabalho na agricultura familiar. Além disso, foi constituído como um pequeno território acessível às políticas públicas que favorecem melhorias na estrutura da comunidade, o reconhecimento dos assentados como cidadão e inserção como agente político na sociedade. Enfim são essas estratégias de desenvolvimento que favorecem a superação da pobreza, a partir dos modelos mais próximo do conceito de desenvolvimento endógeno.

Desta premissa que imbrica desenvolvimento rural ao conjunto de artifícios e práticas essenciais para reduzir a pobreza (ELLIS, 1999), estando associada ao conceito de relações de gênero se denota num estímulo para mulheres conquistarem o poder de decisão em todas as esferas participativas, e ao homem o

desempoderamento na pré-determinada hierarquia de afazeres e funções, ou controle administrativo e do regimento do lote. Desta forma, pode se conduzir as relações sociais no assentamento para um padrão mais igualitário entre assentadas e assentados, conduzidos nos moldes e ações de organização instituídos graças às ferramentas do capital social e fortalecidos pelos ativos sociais. De acordo com Martinez (2010) se baseia em recursos ou formas produtivas executadas e provenientes da disposição das famílias.

A literatura relacionada a mulheres e homens evoluiu nos estudos de gênero e o desenvolvimento das comunidades rurais. De tal modo, este estudo procura resgatar num olhar empírico e teórico das estratégias de desenvolvimento rural articuladas para as famílias do Assentamento 8 de Junho. É, portanto, neste universo de contínuo processo de transformação pessoal, social, político, histórico e cultural dos estabelecimentos rurais se encontram famílias que estão contribuindo para problematizar as relações de gênero. Nesta complexa dinâmica não foi explicitado nenhuma hipótese para o trabalho, pois foi deixado a pesquisa falar por si.

1.2 Objetivo geral

O objetivo do presente trabalho é analisar as relações de gênero partindo da proposta do empoderamento, quanto a capacidade de decisão e autonomia da mulher no espaço produtivo e reprodutivo da propriedade e espaço público da comunidade rural. Na perspectiva da dinâmica do desenvolvimento rural e na ótica do capital social, enquanto a capacidade de constituir recursos oriundos da confiança, solidariedade e reciprocidade no Assentamento 8 de Junho.

1.2.1 Objetivos específicos

- Caracterizar as vicissitudes do Assentamento 8 de Junho em estudo recorrendo sua trajetória histórica, entre a mobilização do acampamento e do assentamento, a fim de relatar e descrever o cotidiano dos assentados;
- Analisar a relação intra-familiar entre as práticas do trabalho da mulher e do homem, e as mudanças nas relações de gênero no espaço do acampamento e do assentamento;
- Compreender o fenômeno do capital social a partir das particularidades do acampamento e do Assentamento rural 8 de Junho;
- Pesquisar os fatores que favorecem as relações de poder da mulher e do homem nas atividades laborais exercidas fora da propriedade, a partir das perspectivas da inserção das ações dos atores na construção do desenvolvimento rural pautado no Assentamento 8 de Junho.

1.3 Procedimentos metodológicos

O procedimento metodológico aplicado no estudo e definida por Gil (2009) se deteve primeiro numa pesquisa de cunho exploratório/explicativo, e realizada por meio de informações quantitativas e históricas para a funcionalidade do estudo. O qual exigiu momentos fora do cotidiano do assentamento e se aprofundou com informações de origem primária encontradas em relatórios, trabalhos elaborados e fornecidas por entidades CEAGRO, CONDETEC, MPA e MST pertencentes ao Território da Cantuquiriguaçu. Além da utilização do método de observação participante (*in loco*), a pesquisadora compartilhou de eventos, do cotidiano e das atividades de lazer do Assentamento 8 de Junho, a fim da realização de pesquisa empírica.

Os assentados da Comunidade rural 8 de Junho de Laranjeiras do Sul – PR são a unidade de análise desta pesquisa. Sendo 20 famílias¹ que se disponibilizaram e foram indicadas pelas lideranças a participar das entrevistas realizadas no local de sua propriedade, obtendo aproximadamente 30% da amostra dos selecionados, por isso, o plano amostral não foi aleatório, mas por acessibilidade. Todas essas famílias têm alguma participação nas atividades realizada coletivamente no assentamento.

A rigor dos estudos exploratórios e qualitativos, o levantamento dos dados/informações foi realizado por acessibilidade às fontes (pessoas entrevistadas), desta forma, sendo destituída de método estatístico, foram selecionados os possíveis elementos que se teve acesso, admitindo que possam representar o tema pesquisado. Assim foram aplicados questionários² estruturados para 20 mulheres e 6 homens³, a fim de obter informações e dados quantitativos e qualitativos sobre o perfil dos assentados e sua propriedade. E com a ajuda da entrevista semi-estruturada foi realizada a coleta de informações, conhecimento e dados para pesquisa descritiva.

A abordagem das variáveis analisadas de natureza qualitativa permite explorar as questões subjetivas emaranhadas na proposta pesquisada (GODOY, 1995). Sendo “uma das indagações mais freqüentes no campo da pesquisa é a que se refere à representatividade da fala individual em relação a um coletivo maior” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.245). O meio adequado para entender a qualidade do fenômeno social em questão, por favorecer a interpretação do conteúdo dos discursos, ou fala cotidiana. Para os mesmos autores o princípio observacional das condutas e costumes dos agentes analisados, funciona como um aporte de interpretações da realidade com o ponto de vista dos atores envolvidos.

¹ No total são 73 famílias que residem no Assentamento rural 8 de Junho.

² O questionário segue em anexo no final do trabalho.

³ Essa pequena amostra de homens ocorreu porque no momento das visitas da pesquisadora nas propriedades os homens estavam fora do estabelecimento exercendo as atividades não-agrícolas ou trabalhando nas lavouras.

O período para desenvolvimento da pesquisa de campo, a busca das informações primárias e aplicação dos questionários/realização das entrevistas semi-estruturadas teve início em novembro de 2009 durando até dezembro de 2010. No estudo consta a percepção das famílias assentadas sobre as atividades que desenvolve na esfera doméstica, na propriedade e na diversificação de atividades produtivas, contando a contribuição na sua qualidade de vida, e os efeitos de sua função na estrutura da família. Visto que, o número de mulheres informantes é muito superior ao dos homens, as percepções sobre os questionamentos privilegiam o olhar das mulheres, isto estará claro ao longo do texto. Além disso, será analisado exclusivamente o relato das experiências das mulheres em relação ao trabalho “extra-propriedade⁴”, bem como sua adequação aos afazeres domésticos, e os vínculos que a renda lhe proporciona.

1.3.1 Instrumentos de coleta de dados e informações

a) Pesquisa documental e bibliográfica

Entre a pesquisa documental (GODOY, 1995; GIL, 2009) foram analisados registros em atas, relatórios e documentos fornecidos pelas entidades, e entrevista com lideranças pertencentes ao movimento do assentamento, e ligados a entidades a fim de coletar dados. A pesquisa bibliográfica se deteve em livros, trabalhos de conclusão de curso, trabalhos elaborados na região, dissertações de mestrado, teses e artigos científicos.

b) Trabalho de campo

O levantamento de dados de campo teve início em novembro de 2009. No primeiro momento aconteceu com visitas esporádicas, para interagir com o grupo mediante observação direta, busca de informações *in loco* e dados secundários nas entidades ligadas ao assentamento, a fim construção do referencial teórico do trabalho.

Com a técnica de observação direta - *in loco* se tornou possível complementar as informações obtidas com os dados secundários, referências teóricas, bem como as entrevistas. Nesse sentido, a pesquisadora se inseriu na rotina do assentamento, observando as tarefas desenvolvidas na panificadora comunitária, acompanhando as etapas de beneficiamento e processamento, cultos religiosos, atividades nos fins de semana para criar vínculos de confiança com as famílias assentadas. Esta técnica

⁴ Pois se mede o efeito das atividades no assentamento, e no caso só as mulheres desenvolvem uma atividade extra-propriedade na comunidade.

ajudou para aplicação das questões programadas para a entrevista, pois sustentou com diálogos informais entre as agricultoras, dando a elas a possibilidade de acentuar seu olhar vida de acampados e assentados.

No segundo momento e para finalizar o trabalho de campo no decorrer do mês de dezembro de 2010, foi realizado a aplicação de questionários e de entrevistas semi-estruturadas – valendo-se do recurso da gravação, na qual se fez a combinação de perguntas estruturas e questões abertas.

O processo de pesquisa atende a rotina das famílias nas atividades, dessa forma se obtiveram as informações coletadas com roteiro estruturado (questionário) contemplando os seguintes aspectos:

- I. Perfil das famílias: propriedade em geral, idade, lugar de origem, número de membros, escolarização, estado civil, e número de filhos na família;
- II. Caracterização das atividades produtivas: tipo de atividades que desenvolve; ocupação fora da propriedade; problemas enfrentados com atividade fora da propriedade; carga horária destinadas aos trabalhos; aplicação do recurso financeiro.
- III. Caracterização das atividades reprodutivas: atividades domésticas e cuidados com os membros na casa; organização da ordem da propriedade; tipo de atividades que desenvolve; divisão das tarefas.
- IV. Condicionantes do espaço público: qual a principal função que desempenha no assentamento; qual interesse de participar da atividade; influência dessa atividade na esfera familiar; interesses com esses momentos de participação.
- V. Resultados objetivos e subjetivos ao desempenhar a atividade agrícola e não-agrícola: tomada de decisão no uso dos recursos e na realização da atividade produtiva; mudança nas relações no núcleo familiar; divisão do espaço público e privado; trajetória de vida e o empoderamento.

c) Análise de dados com base das entrevistas semi-estruturadas

A entrevista semi-estruturada valoriza as questões elaboradas pelo pesquisador, além de oferecer a condição para que o entrevistado tenha liberdade, e espontaneidade para relatar informações que enriqueça a investigação (TRIVIÑOS, 1999). Após a coleta da informação (gravada), se realizou transcrições das entrevistas.

Para as respostas qualitativas dos questionários se utilizou demonstrar os resultados por meio da Escala Likert, utilizada conforme Brow (2000), pelos pesquisadores por possibilitar reunir sentimentos, opiniões, atitudes, em resumo os

sentimentos dos entrevistados ou fornecedor das informações. Com base na sua percepção e com relação algum fenômeno realiza-se registro fiel da opinião se consegue retratar o fenômeno estudado. Nesta escala as respostas se apresentam conforme o grau de intensidade. Como ilustração, para esse estudo se citou três categorias: 0 - nada mudou, 5 - ficou igual, e 10 - melhorou muito.

Sendo assim, as situações analisadas, quando expressadas por informantes não permanece apenas como um caso isolado, nem presumidas em significados individuais. Para compreender certas situações exige-se que os significados sejam compartilhados, isso ocorre mediante as normas culturais, que tem por intuito prover aos membros de grupo, ou sociedade específica. Com definições inteligíveis e intercambiáveis no coletivo, dando acesso aos que está de fora do grupo conhecer sua vida social, o que sem isso seria impossível (MINAYO; SANCHES, 1993).

1.4 Apresentação do texto

A dissertação conta com estrutura de texto que compartilha o primeiro capítulo com a introdução, apresentando o problema e objetivos. A justificativa enfatiza sucintamente a contribuição do estudo sobre relações de gênero para o desenvolvimento rural. Disto segue a sub-seção que descreve os métodos aplicados durante a pesquisa para a construção do estudo.

No segundo capítulo expõe o referencial teórico ressaltando as relações de gênero e o desenvolvimento rural. Com a temática do desenvolvimento rural, entre duas vertentes, a desenvolvimento territorial associado ao capital social, e a empreitada da diversificação de atividades produtivas, dando ênfase as atividades não-agrícolas no âmbito rural. No mesmo capítulo, a discussão aprofunda o tema sobre as relações de gênero, empoderamento feminino e relações intra-familiares, que serão posteriormente elucidadas pelas informações dos relatos das assentadas.

Para terceiro capítulo se parte do contexto histórico dos movimentos sociais e sua influência em acampamento rurais, adentrando a temática com a caracterização do Assentamento 8 de Junho, fazendo a análise e discussão das informações coletadas a campo.

O quarto capítulo retoma a temática empoderamento feminino e capital social discutida com base nos resultados da pesquisa de campo realizado no Assentamento 8 de Junho.

Por fim, a conclusão compete ao quinto capítulo da dissertação com as considerações finais sobre a literatura consultada e as principais observações resultantes da pesquisa de campo.

2. DESENVOLVIMENTO RURAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

2.1 Estratégias de desenvolvimento rural

Nesta seção será exposto as estratégias, os processos de desenvolvimento rural e um resgate do papel da mulher, a partir da problematização das relações de gênero sob duas vertentes. Primeira aborda a dinâmica territorial numa perspectiva da organização institucional com objetivo de reduzir a pobreza. Segunda destaca a diversificação rural relacionada às novas formas e atividades produtivas no meio rural.

2.1.1 Os aspectos que envolvem as estratégias de desenvolvimento rural

De acordo com Navarro (2001) e Ellis; Biggs (2001), as etapas que envolveram o processo de desenvolvimento rural em países subdesenvolvidos iniciaram na década de 1950. A partir dos ideais políticos e das expectativas dos grupos sociais representado pela Revolução Verde, que disseminou novos padrões rurais na época, e se tornou responsável pela transformação na agricultura. Neste contexto surge a motivação do desenvolvimento por meio da mobilização comunitária, alterando o modo de vida das populações rurais e dos comportamentos sociais. Sendo sucedido pelo período de 1960 enfatizando políticas de crescimento dos produtores, adentrando 1970 com a preocupação dos efeitos da intensa mudança do campo, e nessa mesma década o Estado passa a liderar estratégias e implementar meios de acelerar a agricultura integrada. Em meio, o período de 1980 se procede a liberalização do mercado que distende nos anos de 1990, com o reaparecimento do debate sobre desenvolvimento. Neste momento lança-se a necessidade do desenvolvimento sustentável contando com participação, capacitação e desempenho dos atores sociais. Dando continuidade nesses últimos anos com a divulgação do desenvolvimento rural como estratégia de redução de pobreza no campo.

E fundamentado nesta principal ideia de reduzir a pobreza, partindo de característica bem específica e representado por uma ação previamente articulada que leva a mudanças no ambiente rural, incitando transformações primeiramente nos espaços locais, e expandindo seus horizontes territoriais. Assim se torna possível romper as fronteiras entre as áreas rurais e urbanas, bem como difundir as formas de sociabilidade demarcadas pelos agentes sociais (NAVARRO, 2001). Por essa razão, para dar contornos ao meio rural se congrega os elementos condizentes a interação das atividades que envolvem aspectos: social, ambiental, político e econômico. Sendo elementos responsáveis por atenuar as diferenças culturais, quando ampliadas a nível

local surgem como desenvolvimento rural, como sugere Abramovay (1998) apud Flores (2004) a dinamização do cotidiano de áreas potencializando a inovação, complementaridade e a cooperação dentre agentes sociais e econômicos.

Toda a discussão sobre estratégias de desenvolvimento rural busca favorecer as demandas e expectativas dos atores sociais. Quando a intervenção e adoção dos padrões tecnológicos; a relação como agentes políticos, econômicos e o acesso dos produtos ao mercado cogita confronto entre questões culturais com processo de hábitos cotidianos. Com condições estruturais a mercê dos processos de descentralização conforme a característica da agricultura como elemento estratégico do desenvolvimento rural (FLORES, 2004).

Como as estratégias de desenvolvimento rural conquistam um patamar importante por meio das atividades praticadas pelos produtores. Sob ponto de vista, do dinamismo em algumas áreas rurais ajudar a reduzir o declínio de outras regiões. Com um espaço rural dimensionado, as atividades adquirem benefícios que fornecem meios viáveis para melhorar as condições das famílias (ABRAMOVAY, 2000; ELLIS; BIGGS, 2001).

Ao aproximar as relações sociais entre os atores do campo é possível para Abramovay (2000) direcionar este tipo de políticas de desenvolvimento rural, numa realidade constituída por duas correntes contemporâneas e de pensamento complementares, uma é a dinâmica territorial e a outra se refere à dinâmica da diversificação agrícola. De um lado, a corrente que enfatiza a dimensão territorial se atem a dinâmica praticada pelas instituições, que consideram as ações cooperativas, e a conquista de bens públicos para sustentar o tecido social das áreas rurais.

O outro enfoque condicionado às estratégias de diversificação agrícola é influência procedente dos processos econômicos e agrícolas, que seguem uma dinâmica voltada às práticas fornecedoras de produtos e serviços, além de ser reconhecida a partir das atividades de geração de renda que possuem peso importante, e crescente absorção de mão de obra no meio rural. A perspectiva da diversificação de atividades produtivas constitui redução de risco para pequenos produtores que se dedicam apenas a uma única fonte de renda (ELLIS; BIGGIS, 2001; SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004).

Neste caso a expressão utilizada por Navarro (2001), para estratégias de desenvolvimento rural menciona-se numa ação previamente articulada, e de cunho deliberativo por contar com o Estado e por considerá-lo uma esfera com legitimidade política, capaz de propor mecanismos no sentido de mudança social. O Estado atenta para estratégia pré-estabelecida, metas definidas, métodos de implementação, lógica

operacional, entre outras condições específicas de projetos e ações governamentais seguindo a rede de relações e iniciativas entre serviços institucionais e atores sociais.

Essas atribuições conjugam uma relação de nuances ligada o tema da pesquisa: “as relações de gênero com desenvolvimento rural”, que reporta diferentes impactos das políticas públicas específicas para as famílias rurais, enfatizando a relação familiar e vida comunitária entre mulheres e homens nos diversos espaços e funções do meio rural. Segundo Schejtman; Berdegué (2004), com a transformação cultural⁵ das populações rurais a passos largos, o trabalho produtivo modifica as condições intra-familiares e as tradicionais relações de gênero. Esta síntese do desenvolvimento rural possibilita elucidar aspectos evidentes na dinâmica de um território.

2.1.2 A dinâmica territorial como estratégia de desenvolvimento rural

A ideia de um território se formaliza num local que existe necessidade de produzir interação dinâmica entre diferentes agentes sociais e econômicos oriundos de esferas públicas, privadas e não-governamentais, cujo objetivo está alicerçado em meios de encontrar efeitos positivos ao desenvolvimento territorial (FLORES, 2004).

O território segundo Abramovay (2000) se caracteriza como um tecido social ou uma organização complexa instituída por laços entre meios de comunicação, atributos naturais e transportes. Além disso, representa uma trama de relações com origens políticas, históricas e identidades, em que suas representações muitas vezes são desconhecidas pelo próprio desenvolvimento. E ainda, o território pode ser considerado formas de interação social e capacidade dos indivíduos, geradas por organizações responsáveis em promover valorização de conhecimentos, tradições e fortalecer a confiança construída ao longo de sua história.

Portanto, torna-se necessário uma organização institucional primariamente da esfera pública, se deslocando na participação social, de modo que o desenvolvimento surja a partir das peculiaridades locais (FLORES, 2004). Os autores Schejtman; Berdegué (2004) se referem ao desenvolvimento como um processo de ação institucional e produtiva, a fim de minimizar índices negativos. Nesta proposta de motivação, o envolvimento das instituições tem como propósito estimular acordos entre atores locais com agentes externos, na intenção de incluí-los nos processos e nos benefícios do desenvolvimento rural. Por isso, o território assume uma posição de

⁵ Culturais fortes de identidade e os compartilhar de um mundo cognitivo comum também são importantes para a coesão de certos grupos.

construtor social, e não apenas de um espaço existente e delimitável em virtude das variáveis físicas e econômicas.

A década de 1980 foi o marco importante para desenhar um território como determinante para o seu desenvolvimento. Algumas das questões que foram fundamentais: aumentar e melhorar a produção; gerar ocupação; distribuir recursos financeiros; promover a educação; fortalecer as expressões culturais locais; distribuir as ocupações de espaços geográficos; preservar o meio ambiente; e elevar o bem estar. Isto tudo significa priorizar os atores sociais como promotores do desenvolvimento territorial. O mesmo utiliza-se estratégias de fortalecimento e participação das organizações locais, tendo seu impacto medido pelo grau que alcança as consequências e ações empreendidas (FLORES, 2004).

A implantação de políticas voltadas ao desenvolvimento rural analisa fatores que viabilizem projetos executáveis nas múltiplas esferas com base regional, territorial ou local, junto a interação dos diversos setores de apoio e setores produtivos. Em determinada conjuntura adotada para fortalecimento e aprimoramento das atividades do meio rural em alcançar sucesso, e intensificar suas ligações dinâmicas e diversificadas no local (ABRAMOVAY, 2000).

No meio rural é possível sustentar oportunidades capazes de promover melhor a integração social dos indivíduos no território. Na condição de Flores (2004), a presença dos atores rurais e responsáveis pelos sistemas produtivos promove o aumento e a oferta da produção agrícola, o surgimento de oportunidades de ocupações produtivas e de distribuição de recursos financeiros agrícolas e não-agrícolas.

Ao revelar os potenciais de cada território serve de base para políticas motivadoras de oportunidades a nível local e regional do processo de desenvolvimento. A partir de políticas que valorizem o território num geral, superando a dicotomia econômica e social, visando o papel democrático no processo e projeto de desenvolvimento. Outro ponto relevante é fortalecer os estabelecimentos agrícolas, intensificando uma dinâmica produtiva diversificada. E ainda, estimular a descentralização de projetos, os quais possuem o intuito de valorizar os atributos locais (ABRAMOVAY, 1999).

Com tudo, as políticas territoriais tendem responder ao Estado, que é responsável pela distribuição de recursos, cuja decisão ocorre de modo centralizado em função de estratégias. No entanto, não significa desmerecimento de importância da mobilização dos territórios, muito pelo contrario os agentes devem se voltar à políticas e estratégias adequada ao desenvolvimento. Em suma, dando relevância a

noção de capital social considerado um conjunto de recursos possíveis de promover a melhor utilização de ativos locais pelos indivíduos.

Em resposta, o desenvolvimento rural é motivado pela elaboração de políticas capazes de promovê-lo, ao mesmo tempo atenda as expectativas dos indivíduos quanto à disponibilidade de espaço rural, procurando conter o esvaziamento social, cultural e demográfico (ABRAMOVAY, 1999).

Na condição de construtor social, o território é um elemento motivador por meio das relações sociais um grupo, partindo de interesses e testemunhos expressos numa identidade em comum. Essa identidade permite dar acesso e conteúdo a um projeto desenvolvimento focado na ferramenta do capital social (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004). A noção de capital social associado no território serve como um instrumento de desenvolvimento rural, que será discutido na sub seção seguinte.

2.1.2.1 O efeito do capital social no desenvolvimento rural

Na dinâmica territorial estão agregados vários tipos de capitais, sendo os principais o econômico, cultural, simbólico, político, e este trabalho se privilegia do capital social por estar associado às redes de desenvolvimento. Como Baquero et al. (s/d), o considera um termo central, que pode ser interpretado de diversas formas, variando conforme utilização teórica concedida. Dessa forma, o enredo deste trabalho segue a interpretação sobre capital social de Abramovay (2000), numa noção vinculada aos recursos disponíveis no território, e seu importante papel associado ao exercido no desenvolvimento rural.

O capital social é tratado como constituinte essencial das estratégias de desenvolvimento territorial (PUTNAM, 1993). Para entender o efeito dessas estratégias torna-se necessário entender a função e as articulações do capital social. E complementa em Putnam (2001) como característica própria da organização social, alicerçado em normas e sistemas eficientes presente na sociedade, o qual facilita as ações que beneficia o desenvolvimento rural.

Em outras palavras, capital social não é simplesmente um termo novo para se falar sobre a organização dos atores sociais. Seu pressuposto é estabelecer relações entre indivíduos e grupos sociais, cujos interesses comuns não são imediatamente evidentes. E por isso Abramovay, (2002), indica que a construção exige uma ação voluntária e coordenada, em que sua noção representa de certa forma uma importação, ou uma espécie de “contrabando” que a economia se viu obrigada a fazer da sociologia.

Devido os elos de sustentação do território, o capital social se associa a dimensões positivas e negativas. Os aspectos positivos estão relacionados a acumulação de recursos reais ou simbólicos por indivíduos ou grupo, em virtude de pertencer a uma rede de relacionamento supostamente institucionalizados de mútuo conhecimento e reconhecimento social (BOURDIEU, 1992). Enquanto, os aspectos negativos são detectados como formas de clientelismo em lideranças, caracterizados como grupos autoritários e excludentes de membros, ou seja, podendo estar associado com fins criminosos ou pouco louváveis (MARTINEZ, 2010).

Tanto para sustentar estes vínculos, quanto para mantê-los se requer permanentes esforços por parte das instituições. Numa conduta determinada pelo tempo de dedicação da instancia social cultivar relações sociais, e ainda angariar recursos econômicos. Neste sentido segue o capital social associado ao desenvolvimento, e se entende como um fator explicativo e causal de maior ou menor grau estratégico (MARTINEZ, 2010).

Por isso, a participação do processo de desenvolvimento de um determinado território depende da mobilização de forças sociais interessadas em valorizar o seu meio (ABRAMOVAY, 1999). Há necessidade dos indivíduos permitirem a certos grupos organizados mobilizar recursos, que favoreçam obter benefícios decorrente de ativos culturais e econômicos. Num segmento que depende de dois fatores, tais como: a dependência da mobilização a partir da extensão das conexões; e o volume de capital que os indivíduos estão dispostos a demonstrar nos ambientes de relacionamento (NAVARRO, s/d apud MARTINEZ, 2010). Na condição de território, os atores sociais dispõem da base espacial, ao mesmo tempo desempenham relações sociais articuláveis em diversos graus (FERREIRA, 2002). Assim, parte-se de estruturas sociais vistas como recursos ou, tendo o capital social como um ativo disponível para os indivíduos.

Putmann (1993) apud Abramovay (2000) salienta que o capital social nada mais é que um bem público, e assimilado por um conjunto de recursos, ou seja, a apropriação vai depender do destino dado por cada território. Isso está elencado segundo Putmann (1993), as estratégias políticas capazes de mediar vínculos entre grupos comunitários, escolas, modelos empregatícios. Os quais se constituem nas novas instituições promotoras de desenvolvimento, e acima disso, responsáveis por fortalecer o capital social dos territórios rurais. De acordo com Abramovay (1999) as instituições incidem capital social não apenas como herança, mas sua acumulação pode ser a resposta para momentos de crise. E neste sentido, que o desenvolvimento rural dedica a dinâmica territorial fortalecendo a capacidade dos atores sociais em

mover e valorizar os ativos específicos do local que habitam. Baquero et al., (s/d) explica que os níveis de capital social envolvem confiança interpessoal e novas formas de sociabilidade que resultam na participação dos indivíduos num espaço que torne possível gerar normas de cooperação e confiança entre as partes interessadas.

Isto se apresenta no trabalho de Healy et al., (2006) numa discussão sobre a articulação conceitual e sua construção empírica do capital social orienta o empoderamento que possa reduzir disparidades entre mulheres e homens na perspectiva de gênero. Esta percepção pode contribuir para a exposição do trabalho das mulheres, pois reforça o discurso neoliberal aprofundado no tradicional cotidiano da mulher, e que serve para justificar a falta de reconhecimento e desvalorização do trabalho/função do sexo feminino desenvolvido na esfera produtiva e reprodutiva do meio rural.

Tendo em vista, que o efeito causado entre acumulação de capital social e empoderamento da mulher reflete em capacidades, habilidades, fortalecimento de espaços e organizações atuantes com sentido de negociar as partes envolvidas (BAQUERO, 2006). O capital social pode promover a equidade ao ser conduzido por atividades, que ao mesmo tempo promovam e reconfigurem as relações de gênero nos variados espaços sociais. Sob a estratégia projetada para chamar a atenção do trabalho desenvolvido, e o mesmo tempo sustentar a infraestrutura do território e mostrar as outras formas de capitais associados ao capital social (HEALY et al., 2006).

As ações determinadas para o desenvolvimento rural requerem representações de ordem política, ao mesmo tempo pondere o significado da heterogeneidade nas práticas agrícolas (NAVARRO, 2001). Diante das práticas agrícolas desenvolvidas no meio rural, partindo da disponibilidade de capital social, a diversificação se integra como uma estratégia para desenvolver setores produtivos. Na próxima sub seção se discute a integração das atividades de diversificação com o desenvolvimento rural.

2.1.3 A diversificação como estratégia de desenvolvimento rural

A diversificação assume a condição estratégica de acordo com o trabalho das famílias e o elo existente com a estrutura agrária (BRUM; FULLER, 1991 apud SCHNEIDER, 2009). Com intuito de incrementar a autonomia dos agricultores quando se pensa e se reconhece o rural como *lócus* de desenvolvimento, e não apenas como base material ou funcional de ampliação da produção e da produtividade agropecuária (CONTERATO, 2008).

Decorrente do processo de desenvolvimento rural que conta com implementação de políticas públicas, além disso, nasce o empenho das instituições públicas em diversificar e fortalecer a agricultura. Ao enfatizar as estratégias familiares adota os meios de subsistência rural como um processo de produção e reprodução agrícola, cujas famílias constroem um elenco de atividades, recursos e suporte social adequado à sua sobrevivência no campo, a fim de melhorar o seu padrão de vida (ELLIS, 1999).

Em consideração Schneider (2009) propõem este tipo de estratégia de reprodução familiar ou individual contribuir nas dificuldades e restrições que a população rural está submetida. Do mesmo modo intervêm na geração de emprego, acesso a renda, estabilidade financeira, oferta de oportunidades, ampliar a sustentabilidade de viver no campo e nos territórios rurais. Nesse contexto, Ellis; Biggs (2001) examinam os temas envolvidos e de relação direta com o desenvolvimento caracterizam um processo de transição do setor rural, conforme as formas de mobilização do *lobby*⁶ praticado ao longo do tempo e a cerca dos países. E conta com o processo participativo, que procura agricultores dispostos a aderir mudanças e cientes de suas próprias prioridades no ambiente de sua unidade agrícola.

Em vista do desenvolvimento rural, as políticas que procuram diversificar o meio rural geram empregos; estimulam variados meios de renda; e oferecem várias alternativas econômicas aos agricultores. Desde que não estejam segmentados apenas no aumento da produção, mas pensando na possibilidade de reanimar regiões desfavorecidas ou dizimadas. O desenvolvimento em determinado território aproveitar a mobilização, atitudes e valores dos atores sob a ótica dos recursos e capacidades locais. Do mesmo modo Conterato (2008) complementa que o processo de diversificação faz parte das estratégias vivenciada no campo, e inseridas nas práticas cotidianas das famílias, conforme os recursos naturais, humanos e financeiros estão referidos com o fortalecimento dos próprios ativos sociais.

Como uma poderosa estratégia de desenvolvimento para o estabelecimento agrícola, a diversificação está associada à participação efetiva de todos os membros da família. De modo, que isso se volte para extensão coletiva das atividades produtivas e reprodutivas, ampliando a capacidade de todos os membros da família na tomada de decisões e alocações dos recursos intra-familiar (STADUTO, 2009).

As alternativas produtivas que fogem das práticas tradicionais assumem padrões de produtos diferenciados em relação aos comumente encontrados na

⁶ Para designar as tentativas de influenciar decisões importantes tomadas pelo público.

agricultura. Segundo Pimentel; Eid (2000), a principal estratégia da diversificação está em constituir a agricultura familiar para que os produtores se afastem da especialização de cultivar monoculturas. Mediante o modo de auto consumo do pequeno produtor, além da garantia da fonte de renda nos períodos de flutuação da demanda ou perdas na colheita.

Assim, Ellis (1999) apresenta a diversificação como elo de integração entre desenvolvimento rural e as relações de gênero, ao se tornarem opção ou formas de produção tanto para mulheres e homens. Pois, tende conduzir as mulheres à nova conjuntura dos habituais papéis que desempenham na propriedade e na comunidade.

Muitas vezes as mulheres não expressam o seu potencial produtivo e poder organizacional nas famílias. Diante dessa pouca visibilidade do seu trabalho perante a comunidade, ou no interior das famílias se encontram agentes desassociados da produção agrícola, da autonomia social, política e econômica, contrapondo isso com objetivo de aderir instrumentos e assegurar desenvolvimento local a partir de suas próprias iniciativas produtivas (STADUTO, 2009).

Mas, para que isso aconteça se torna necessário a parceria entre atores rurais e instituições integradoras; membros da família conciliarem os meios de subsistência para a mulher encontrar acesso aos recursos produtivos. A tendência natural dos meios de diversificação no desenvolvimento rural é contribuir com a renda, potencial político, pessoal e social que corresponda às habilidades dos atores. Porque assim as políticas se tornarem acessíveis, promovem bem estar e bens destinados aos investimentos das famílias residentes na comunidade local (ELLIS, 1999).

As práticas diversificadas desenhadas pelos agentes públicos e locais buscam o desenvolvimento rural inserido no investimento em atividades não-agrícolas. Em face dos recursos destinados a agricultura, oportunizando emprego, bem como, gerar integração econômica e social entre indivíduos marginalizados pelo processo de modernização rural (MENEZES, 2008). Das práticas diversificadas como meio de produção se encontra as atividades não-agrícolas contextualizados na próxima sub seção.

2.1.3.1 A resignificação das atividades não-agrícolas para desenvolvimento rural

Da diversificação desencadeia as atividades não-agrícolas que permitem difundir a essência do desenvolvimento rural como pilar de sustentação do modo produtivo rural, que acompanham as práticas culturais e abarcam diversos tecidos sociais (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2002). Na perspectiva da diversificação

se torna promissor a geração de emprego, os rendimentos das famílias e serve para amenizar a desigualdade de renda e pobreza rural. Sob perspectiva de manter estabelecimentos agrícolas produtivos e assegurar a reprodução socioeconômica das famílias no meio rural (NEY; HOFFMANN, 2008).

As atividades não-agrícolas estão relacionadas as alterações do mercado de trabalho rural, por oferecer alternativas complementares de ocupação e renda. Conforme a situação das famílias e das áreas rurais, os indivíduos se vêem obrigados a buscar algum tipo de função ou meio de obter recursos financeiros complementares, neste caso se apresenta de forma parcial e extra-propriedade (SCHNEIDER, 2009).

Para o mesmo autor trata-se de atividades que formam um conjunto de operações, procedimentos e tarefas que resultam no beneficiamento, processamento e transformação de produção agrícola produzida no interior dos estabelecimentos, ou adquirida na localidade rural, e com destino a comercialização. Diante disso, Schneider (2001) considera também as atividades produtivas que implicam no envolvimento com tarefas da lavoura ou manejo dos animais.

O auge das atividades não-agrícolas permeia a proposta de desenvolvimento rural, que leva em consideração os limites produtivos, o espaço de produtos e serviços da agricultura familiar. Desta mesma proposta esse tipo de atividade pode fortalecer os traços territoriais (FLORES, 2004). Ao comparar a dinâmica de atividades não-agrícolas com agrícolas, a diferenciação aparece nas transformações do mercado de trabalho, em mudanças do perfil sócio-econômico e identificação das famílias com o meio rural; tudo por causa de estratégias compensatórias por políticas e programas de estímulo a artesanato, turismo e serviços rurais, entre outros (SCHNEIFER, 2009).

Por isso, as estratégias de desenvolvimento na agricultura não se restringem em alterações apenas na base técnica produtiva, sendo necessárias políticas que promovam o acesso democrático aos meios de produção e a desconcentração de patrimônio ou recursos financeiros (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2002). Sobretudo, políticas promotoras de oportunidades ocupacionais nos entornos rurais, incentivando a permanência das tradicionais atividades agrícolas (SCHNEIDER, 2009).

Segundo Del Grossi; Graziano da Silva (2002), as políticas voltadas as atividades não-agrícolas visam disseminar ocupações e estimular os usos dos espaços rurais pelas famílias. Para proporcionar melhorias profissionais e a estrutura desse público em um novo segmento rural. Assim, Schneider (2001) salienta que estas estratégias seguem condicionantes econômicos, culturais, sociais e espaciais, os quais são responsáveis por otimizar ou não as unidades familiares.

Dentre quais prioriza as diferentes formas encontradas para continuar a sobreviver no campo, e emergem as estratégias voltadas as relações de gênero. Para que esse processo se torne possível, Castilho e Silva (2009) apresentam o essencial envolvimento de mulheres e homens no modelo produtivo. No caso das mulheres que empregam um sentido especial para as atividades não-agrícolas e acreditam na perspectiva da divisão/reconhecimento igualitário nas funções produtivas e reprodutivas se apóiam na concessão empregatícia e na possibilidade da independência financeira.

Segundo Gasson; Winter (1992) quando o casal se envolve em atividades não-agrícolas acredita-se que haverá alterações no modo de organização da propriedade rural. Em duas situações, a primeira se o parceiro assume a atividade não-agrícola, então o serviço agrícola tende ser responsabilidade da mulher, mas sem êxito no poder decisório. Na segunda situação, as mulheres que desempenham as atividades não-agrícolas cabem aos parceiros permanecerem na unidade agrícola, mas a mulher tende aumentar o poder intra-familiar.

A seção seguinte discorre sobre essa discussão de relações de gênero, destacando as controvérsias presente na divisão sexual de espaços, funções e trabalho em acampamento e assentamento rurais.

2.2 As designações sobre gênero no enfoque do acampamento e assentamento rural

Esta seção faz uma breve contextualização sobre mulheres e homens no espaço do acampamento e assentamento rural a partir da problematização das relações de gênero.

2.2.1 A concepção do termo gênero num contexto geral

As principais concepções sobre as relações de gênero foram motivadas pelo modo, como a sociedade encarava as diferentes questões biológicas, físicas e sociais entre sexo feminino e sexo masculino. Após a discussão que tomou pauta no final dos anos 1960, um grupo feminista reestruturou o uso da designação sexo como modelo explicativo, passando para apenas determinante elementar aos fatores biológicos do conceito de gênero (SCOTT, 1995).

As feministas conseguiram ampliar o significado do termo gênero, mas nessa mesma discussão não romperam as diferenças associadas nas premissas referentes à personalidade e o comportamento dos indivíduos. Dada ao caráter cultural, histórico e

desigualdades fundamentadas nas distinções físicas e biológicas entre mulheres e homens (NICHOLSON, 1999).

Ao tratar deste tema Campos (2003) desafia concepções, comportamentos, relações sociais e valores naturais do ser humano. Porque o conceito atual evidencia que as diferenças relacionadas a mulheres e homens provem da cultura implícita na sociedade, e as distinções são frutos dos papéis sociais e identidade sexual. A partir disso, o conceito base supera a velha compreensão que mulheres e homens sustentam diferentes funções social por causa das diferentes características biológicas ou naturais, e como tal pode ser modificado. Em suma, os indivíduos são muito mais parte de um processo social e cultural, do que se pode chamar de biológico.

Ao relacionar os papéis desempenhados pela mulher e pelo homem no padrão vigente da sociedade, Faria; Nobre (2003) partem da construção histórica das relações de gênero decorrente de um processo que variou ao longo do tempo. Estas relações paulatinamente sofreram mudanças representativas na designação de gênero entre os grupos, e sua inserção se propaga de modo relutante e não ocorre de modo igualitário num mesmo espaço social. Segundo Campos “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundada, sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o termo gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (2003, p.9/10). Ou seja, considerado para as relações sociais desprendidas por mulheres e homens, um instrumento que fundamenta a inclusão de políticas públicas

A postura deste contexto surge da construção social sobre um pensamento conservador, e se apresenta contraposto ao avanço de instâncias pela igualdade social. Não condiz uma igualdade situada fora do campo social, mas que cria limites ao sexo feminino e sexo masculino. No entanto somente entende-las justifica como algo essencial e passivo da convivência social fundamentada pela cultura (SAFFIOTI, 2003).

A conduta das relações de gênero sob o padrão sócio-cultural definido e redefinido na sociedade reforça fundamentos estabelecidos pelo o que é ser mulher ou o que é ser homem, tanto na esfera pública ou privada. Nessa conjuntura é possível moldar comportamentos, jeitos, pensamentos e até o corpo do ser humano julgando-os representações de um produto social do que fator biológico. Em todas as esferas “o termo gênero” quer dizer sobrepor-se a antigas dicotomias expressas na produção e reprodução pública e privada, e dessa forma mostrar que mulheres e homens ocupam ao mesmo tempo esses espaços, mas partindo de seu papel feminino e masculino (FARIA; NOBRE, 2003).

Como um padrão que se constrói ou se altera, conforme Campos (2003)

determina o comportamento dos indivíduos ao se estabelecer o que “de fato” pertence à mulher ou diz respeito ao homem. Por isso se define as profissões adequadas, os atributos decentes, as cores e roupas apropriadas, e o papel social que cada indivíduo deve desempenhar ou cumprir segundo as performances da sociedade.

Do enfoque ao termo, ou questões, ou ainda relações de gênero numa dinâmica socialmente focada na mulher ou no homem pode constituir numa abrangência social, que se estabelece e se constrói em perspectiva a relação de mulheres entre si e homens entre si. Por isso, “gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres” (FARIA; NOBRE, 2003, p.40). Sob a perspectiva que as relações de gênero se reproduz na sociedade mediante indicações das instituições e de instrumentos que enraízam a ideologia da classe dominante, por exemplo, a família, religião e meios de comunicação (CAMPOS, 2003).

Nessa ótica para Scott (1995), o espaço das mulheres faz parte do espaço dos homens, e vice-versa, o estudo de ambos de modo isolado perpetua o mito que as experiências entre ambos nada tem a contribuir com o outro. O termo gênero torna se adequado como uma maneira de se referir a organização social. O qual Santos (2003) define como impulsionador das discussões sobre a limitação das mulheres nos benefícios do desenvolvimento, bem como, formuladoras dessas políticas. A literatura esclarece que a ausência da demanda do sexo feminino neste contingente advém da interdição da vida pública, o que só reforça a mobilização por direitos humanos no espaço do desenvolvimento, e a busca da humanização distribuída sobre políticas em diferentes espaços.

Em suma abordar o tema gênero se depara com barreiras aprimoradas em concepções de mundo, fatores comportamentais, valores e relações sociais consideradas como algo natural perante os tabus da sociedade. Na mesma condição se encontram dificuldades em relacionar o conceito com a realidade, por se tratar de uma dinâmica renovada, mas que decorre de em antigo problema das relações entre mulheres e homens (CAMPOS, 2003). A partir do conceito de gênero, a próxima sub seção aborda de forma teórica e revela as relações de gênero nos espaços do acampamento e assentamento rural.

2.2.2 As relações de gênero no espaço do acampamento e assentamento rural

A literatura que destaca as relações de gênero no decorrer dos históricos de acampamento e assentamento lidera a problematização sobre a invisibilidade da

função que a mulher desempenha nesse espaço rural, concedendo mérito aos homens pelas conquistas e legitimidade a propriedade, dominação e autoridade. Tendo sido aos poucos rompido segundo Brumer; Anjos (2008), pela divisão sexual do trabalho, participação na tomada de decisão, apropriação e utilização de recursos materiais equiparados, e representação social e política, isto é, houve mudanças partindo da forma como estão mediando os aspectos econômicos e sociais do acampamento e do assentamento.

Para Dordelly et al., (2002), a atenção se volta para a forma como estão conduzindo as relações de gênero no acampamento e assentamento. Da mesma forma, significado se assemelha enfocar a diferente contribuição de mulheres e homens no processo de transformação do meio, tanto em atividades produtivas ou reprodutivas das famílias.

Além disso, o processo de mobilização que dá origem aos acampamentos desencadeia um debate não somente relacionado a terra, mas relacionado a diversos outros debates ligados a vivência quando se assume a condição de assentado. Dando continuidade e rupturas desse passado, referindo-se a mulher e suas demandas específicas, tais como: crédito, titularidade, educação, saúde e entre outros (MEDEIROS, 2008).

Do mesmo autor, isto implica na identidade das famílias acampadas e assentadas, que provoca rompimento das formas de dominação dos membros, ou seja, as relações de poder antes suspensas passam a ser revividas ou refeitas no cotidiano, sendo relações de gênero, bem como, em relação a política, a vida associativa, coletiva e as formas de organização produtiva.

A cerca de momentos vividos por mobilizações dos movimentos sociais se opera diversas mudanças com a transformação sobre a consciência de classe, que procede no auto-reconhecimento como sem terra. Sendo uma vivência que contribui para moldar as relações de gênero, “pois se ainda não se observou uma alteração definitiva nas desigualdades de gênero, no mínimo houve um embaralhamento de cartas, ou seja, há uma ruptura com uma condição estática que parecia tão *natural*” em acampamento e assentamento (GONÇALVES, 2004, p.50). Apesar das discussões com relação à gênero parecer bastante dinâmica, a presença do sexo feminino pode variar conforme intensidade de sua participação nestes espaços.

A autora Campos apresenta um significado para termo gênero bastante assimilado mundialmente, e abrangente no contexto dos acampamentos e assentamentos rurais,

[...] que as questões que permeiam as relações sociais entre os sexos constituem-se num arcabouço ideológico e colocam as pessoas numa relação hierarquizada. No que se refere as relações de gênero, da forma como estão configuradas na nossa sociedade, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, os valores predominantes colocam a mulher numa situação de subordinação, porque as diferenças biológicas são transformadas em desigualdades (2003, p.18).

As relações de gênero também podem ser tangenciáveis nos espaços cotidianos de acampados e assentados como explicam Faria; Nobre (2003), o espaço privado pertence à mulher, um lugar caracterizado pelos cuidados com o ambiente do lar e com os membros da família. Enquanto, ao homem cabe o espaço público um domínio e liberdade, com direito de “chefiar”. Nestes espaços se torna possível dimensionar os aspectos familiares, social, econômico, político e cultural.

Conforme Oliveira (2006), a vivência no acampamento e assentamento rural com a complexa realidade dos processos sociais decorre de características próprias no enredo histórico dos seus membros. Por envolver sua origem, sua composição familiar, seus anseios, seus valores, seus projetos de vida, seus medos e esperanças em relação à luta pela terra.

Esta luta pela terra desencadeia também alterações nos padrões tradicionais de famílias, muito comum de serem encontrados em acampamentos e assentamentos tende dimensionar valores antigos e novos. Em que as famílias produzem para o auto consumo, e para comercialização (quando possível); os filhos se dividem em estudar, ajudar no lote ou trabalhar fora, ou seja, se tornam configurações não apenas necessárias para a reprodução econômica, mas alternativas de reorganização da família. A estratégia familiar se volta para disputa por capacidade de decisão, alocado num modelo de autoridade paterna e as tradicionais relações de gênero convergindo os costumes rurais (MEDEIROS, 2008).

Visto por dimensões diferentes, a fase do acampamento constitui um momento de renovação para as relações de gênero, como constituinte na esfera social concede contornos e formas aos espaços, quando do mesmo modo os espaços assimilam o formato das relações. Em que opera determinantes do sexo feminino e sexo masculino organizando em setores, cada um conta com um coordenador de cada sexo, cuja função é identificar ou ajudar com problemas nos núcleos familiares (GONÇALVES, 2004). Para Bergamasco (1997), alguns núcleos têm se mostrado distintos, dentre esses está a imponente organização do acampamento. Num compromisso assumido nas comissões com o propósito de reivindicar, construir, entre tantos outros objetivos para garantir o futuro da família rural.

E ainda, Oliveira (2006) complementa que no período do acampamento se desfaz as tradicionais estruturas organizadas pela sociedade. E passa ser um

momento de desconstrução das relações patriarcais, principalmente porque distende um cotidiano que se propaga na partilha de tarefas para mulheres e homens de modo igualitários, e como tal passam a ser reconhecidos na luta em que até a violência não distingue sexo.

Entre o tempo de transição de acampado para assentado, as experiências vividas processam por modificações e são transportadas nesse período. Há uma moderação aos poucos sucumbindo às práticas coletivas, e também caracterizadas pelas condições democráticas entre mulheres e homens (OLIVEIRA, 2006). E segue para a condição de assentado, segundo Gonçalves (2004), numa fase que distingue três pontos, o primeiro se refere a mecanismos que descrevem em menor ou maior grau o sistema patriarcal favorecido pelo governo; o segundo destaca a interferência do capitalismo; e o terceiro é a fase que resgata a dominação do sexo masculino, subordinação e exploração do sexo feminino. Num contingente de período e espaço que passa a limitar a participação da mulher, que costumam justificar a interferência dos parceiros. Assim, se denota o lote como um arcabouço de privação, e como tal se distende a divisão sexual de trabalho, bem diferente do que as mulheres vivenciavam no acampamento.

Tal efeito disseminou as dificuldades de acesso e o reconhecimento das mulheres, como participantes do desenvolvimento dos espaços rurais (DODERLLY et al., 2002). Sob análise das inúmeras tarefas de produção e reprodução no acampamento e assentamento, que reflete de modo negativo ao acesso restrito de programas de capacitação e assistência técnica. De forma mais evidente, as políticas públicas identificam as acampadas e assentadas como consumidoras, beneficiárias ou parceiras secundárias em dimensões políticas e produtivas, enfatizando relações paternalistas em que se procura trabalhar questões destinadas às mulheres, e não com as mulheres (BUARQUE, 2002).

Cabe ressaltar políticas condizentes ao papel e intervenção do Estado por meio da reforma agrária serve para garantir direitos às mulheres. Uma vez reconhecido tais mecanismos o tema gênero vai conquistando espaço na agenda das instituições. No entanto, para serem cumpridas se depara com normas tradicionais e reprodução de costumes, aspectos voltados a patrimônio cultural (MEDEIROS, 2008).

Cappelin e Castro, 1997 apud Oliveira, 2006 operam que o fortalecimento político feminino pode vir com relação do meio urbano, que interfere na participação no interior dos espaços/período e autonomia em relação aos homens. Outra conquista para parte das mulheres pode vir na contribuição na renda familiar frente as

precariedades de subsistência. E ainda, o reconhecimento como produtora rural contribui para seu fortalecimento nas esferas do acampamento e assentamento.

Por outro lado, facilita no lado pessoal da auto estima e autoconfiança, com perspectivas de mudanças, além de ampliar sua autonomia no poder de questionar manifestada nas instâncias familiares e sociais (BRUMER; ANJOS, 2008).

As mulheres da reforma agrária tem que aprender a lidar com códigos e procedimentos tão diversos quanto essas próprias organizações. Na prática, as mulheres também passam a enfrentar uma dupla jornada de trabalho e uma dupla jornada política, para serem reconhecidas pelas práticas do governo como sujeitos de direito, pelos mercados como agentes produtivos, pela política como sujeitos transformadores e pela família como indivíduos autônomos (OLIVEIRA, 2006, p.40).

A partir do momento que se problematiza as relações de gênero se estabelece critérios unificadores de divisão de trabalho político (MEDEIROS, 2008).

O primeiro passo, em 1997 na inclusão de cursos focados na formação política de estudos de gênero, tendo como prioridade a construção de uma nova mulher e um novo homem. Nessa discussão no ano de 1999 assume uma ordem prática na aprovação em linhas de política na pretensão de classe e de gênero. Com objetivo da participação e organização do sexo feminino na produção e na política, resultando na criação dos coletivos de gênero em níveis organizacionais (SALES, 2007). A favor de demonstrar persistência das trabalhadoras rurais, serve de exemplo o cenário do acampamento Margarida Alves⁷ das trabalhadoras rurais em Brasília em março de 2000, atendendo ao pedido da articulação nacional de trabalhadoras rurais (MST, 2000).

No aspecto econômico Magalhães (2009), as disparidades se apresentam de forma mais concreta entre os sexos, devido à existência de divergentes interesses e de assimetrias, quanto à posse de recursos financeiros disponíveis a cada membro. A explicação está centrada nas diferenças entre os investimentos das finanças, em que as mulheres são ativas nas finanças destinadas às esferas domésticas, investindo na qualidade e quantidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da nos núcleos familiares, e os homens controlam as finanças das atividades produtivas aplicando recursos na manutenção e infraestrutura da propriedade.

As práticas políticas no meio rural abrem espaço para as mulheres que seguem as lutas cotidianas internas e externas ao movimento popular. Desde a tomada à frente nos confrontos para montar os acampamentos, a fim de proteger os homens do

⁷ Margarida Maria Alves, símbolo da luta da mulher no campo, atuou como trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande, município do Estado da Paraíba, foi assassinada por um pistoleiro, a mando dos usineiros da região do brejo paraibano.

movimento, bem como, no assentamento participar das comissões. Enquanto, os homens estão envolvidos nos embates a campo no período de acampamento, assumindo na condição de assentado a responsabilidade de tomar decisões e organizar a comunidade. O propósito político se torna efetivo, por meio de mobilizações ou ações coletivas em função dos benefícios a todos os membros envolvidos.

Entre as formas de organização de trabalhadoras e trabalhadores se percebe o sexismo presente no cotidiano dos membros. Visto que, na irregular distribuição e exercício de poderes dentro das organizações populares desfavorece a participação da mulher, restringindo as funções tradicionalmente destinadas a elas. Neste contexto, se desenha e compreende que as relações de gênero partem das relações de poder, que se manifesta sob a reflexão do cotidiano do acampamento, e posteriormente o cotidiano do assentamento (CAMPOS, 2003).

Dessa forma, a situação encontrada no acampamento e posteriormente nos assentamentos rurais na perspectiva do conceito de gênero de Brumer; Anjos (2008) se procede de suposto empoderamento da mulher. Isso porque, a construção de vínculos das mobilizações, oriundas das experiências de organização coletiva da produção, e da organização política dos membros tornam similares aos processos sociais desencadeadores da própria noção de empoderamento.

A noção teórica sobre gênero enunciada na sub seção seguinte, primeiro envolve as relações de poder por conduzir ao conceito de empoderamento, e segundo como possibilidade da autonomia e reconhecimento do papel da mulher nos espaços do meio rural.

2.2.3 As relações de poder no acampamento e assentamento rural

Na abordagem adotada na sub seção precedente fazendo alusão sobre as relações entre mulheres e homens demonstra que as relações de poder são responsáveis por limitar as potencialidades de desenvolvimento e o atendimento das demandas entre ambos sexos. Por isso, segundo Louro (1996) não se esgota os apontamentos sobre as relações de gênero, porque as afinidades dos atores perpassam o decorrer do tempo e da história em constantes transformações sociais, econômicas e políticas.

A próxima sub seção apresenta uma discussão sobre as relações de gênero, e de empoderamento da mulher proveniente das atividades exercidas na esfera da

propriedade rural, para em seguida avançar nas especificidades do empoderamento no acampamento e assentamento rural.

2.2.3.1 O empoderamento na família rural

O foco deste trabalho sobre as relações de poder se direciona aos aspectos familiares e produtivos. Com base de um poder constituído nas relações sociais e econômicas, num exercício que pode ser entendido como um processo ou uma abordagem, em que existe o papel desempenhado de condicionado à condicionante.

Segundo Oliveira (2006), quando se assimila o empoderamento quanto processo se refere ao conjunto de relações encaminhadas por indivíduos no controle de assuntos particulares no encaço de sua vida, tendo consciência de suas habilidades e competência para produzir, gerir e criar. Os quais são qualificados em situações conflituosas decorrente da dominação, muitas vezes podendo ser implícita como explícita.

Por sua vez Romano (2002) apud Oliveira (2006), o empoderamento age como abordagem, no sentido de indicar o poder dos indivíduos como a chave dos processos de desenvolvimento. Tendo como base a “capacidade” dos indivíduos e de suas organizações fugir das principais fontes de privação de liberdade; gerir novas opções; direito de escolha; implementar e se beneficiar das suas escolhas.

Ao reiterar o modelo familiar instituído em acampamento e assentamento é retomar características das famílias patriarcais, em que no trabalho da família o homem rege a responsabilidade do lote, tomada de decisões, coordenação do modo de organizá-lo e seu desenvolvimento cotidiano, partindo das práticas costumeiras. Como chefe de família acumula um capital humano e mantém entre as relações a habilidade de permanecer com essas atribuições e sua posição de poder (MEDEIROS, 2008).

No ato de acampar as mulheres estão pré-dispostas a compartilhar esta experiência social e política que com os homens, sendo o momento e o lugar em que elas chegam mais próximas dos *status* de igualdade com os homens no espaço público. Por participar do ritual de “rasgar a lona”, construir barracos e se tornarem membros de comissões e entre outros meios de participar do movimento (GONÇALVES, 2004).

A militância do sexo feminino segue no acampamento, durante e após assumir a condição de assentamento, com o propósito de superar a desvalorização dos companheiros de jornada, que dificultam e até sucumbem a participação da mulher na

vida pública da comunidade. Durante o processo de transição de acampamento para assentamento a transformação na vida das mulheres é lenta e gradual, praticamente imperceptível a ocorrência de alterações nas funções pertinentes a divisão sexual, desta distanciando da quase condição igualitário em relação aos homens. Porque,

Os homens “ajudam” as mulheres nas tarefas domésticas e as mulheres “ajudam” os homens no trabalho da propriedade. Esta situação de “ajuda” reafirma a divisão sexual do trabalho, uma vez que são funções da mulher os cuidados com a casa, os filhos e o marido. Independente de elas gostarem ou não de algumas atividades, elas precisam realizá-las, o mesmo não acontece com os homens (LOMBARDI et al., 2009, p.187).

Na verdade o trabalho rural num assentamento é mais uma concessão cultural e de costumes do que de normas, e ainda o trabalho é determinado pela força física dispensada para realizá-lo, e, bem como, pelo indivíduo que desempenha a função. E isto influencia na jornada de trabalho diário, destinando o trabalho pesado e maiores aos homens, e menos penosos e leves fazem parte da função das mulheres, assim uma jornada de trabalho registrado pela invisibilidade do trabalho das mulheres (DE ANDRADE, 2010). Na exploração do lote após a fase de acampamento fica evidente a divisão sexual do trabalho em relação a mulher ao homem.

Mesmo num espaço em que se discute relações de gênero – e principalmente que se questiona a participação das mulheres – é importante pensar que se a casa pertence às mulheres, o resto parece pertencer aos homens. Pois se percebe, sim, uma divisão sexual de trabalho no cotidiano do assentamento. A começar pelas “comissões”, nas quais a saúde e as miudezas são dirigidas por mulheres e o setor de produção e finanças, por homens (BERETA DA SILVA, 2004, p.280).

Nos assentamentos se torna possível ilustrar problemas oriundos da invisibilidade do trabalho feminino no meio rural. De acordo com um depoimento relatado por Bereta da Silva (2004), para as mulheres assentadas a casa ou o lar se configura num emaranhado de significados pertencentes apenas a elas. Esse espaço possui um valor muito especial, ao analisar a vida de quem moraram anos em barracos de lona (ou outro tipo de material), realizando tarefas do lar num meio improvisado. Quando conquistam o lote e de certo conforto, ali nesse espaço as mulheres depositam seus sonhos, um território íntimo que podem exercer seus pequenos poderes.

Neste íntimo é representado no lote por Heredia (1979) apud Heredia; Cintrão (2006), a mulher tem total dedicação e responsabilidade pelo espaço do “quintal”. Um local destinado à horta ou pequeno roçado, pequenos animais, em que são utilizados para transformação de alimentos ou para consumo da família. Outra característica deste espaço é que a realização desses afazeres não são considerados trabalho, mesmo por haver rendimentos financeiros, mesmo que complemente a renda ou consumo direto das famílias.

O que significa encorajar as mulheres partindo da auto percepção negativa com crenças relativas aos seus direitos e capacidades (DEERE; LEÓN, 2002). A divisão sexual de trabalho no acampamento e assentamento é determinada pelo trabalho produtivo de responsabilidade do homem, e trabalho reprodutivo (espaço doméstico, consumo e reprodução familiar) fica a cargo da mulher, isto é, uma divisão que se expressa a casa e o roçado. Uma condição que conforme Gouveia (2003) apud Oliveira (2006) se justifica na dimensão das relações de dominação do sistema patriarcal, em que não são as mulheres que se ocultam, mas esse tipo de relação que lhes atribui um lugar menor.

A mobilização e incorporação das instituições por meio da problematização das relações de gênero têm colocado em “xeque” este tipo de divisão de trabalho, em uma organização que deve ser regida na distribuição do poder, considerando os rearranjos familiares ao começar pela ótica das inovações que tem sido incorporado; as vivências desde experiências alocadas na precariedade, a nova roupagem da agricultura familiar.

Costa (2004) se refere as mulheres que não decidem sobre suas vidas, ou se consideram sujeitos do cotidiano, tampouco exercem poder ou acumulam este poder, sobretudo o reproduzem não para si mesmas, mas para os atores que possuem controle do poder. Neste caso, as pequenas dimensões de poder ou pequenos passivos de poder lhes permitem romper momentos ou circunstâncias de supremacia do sexo masculino.

O termo empoderamento em acampamento e assentamento está muito mais predisposto a privilégios dos homens e desigualdades entre os sexos. Por algumas condições de subordinação a que as mulheres estão factíveis, com o controle do trabalho pelo parceiro, restrições de acesso aos recursos financeiros, sociais, políticos, e alguns casos a violência masculina⁸.

O empoderamento da mulher nesse ambiente desafia estas tradicionais relações familiares patriarcais, sob dois pontos de vista, sendo um possibilitar o desempoderamento do homem, na ordem de desmistificar a posição que o privilegia, porque o empoderamento advém dessa alteração da subordinação da mulher com relação opiniões, bens, escolhas na vida, permitindo a tomada de decisão familiar. E dois, essa condição da mulher empoderar o homem em responsabilidades que antes eram exclusivas a elas, ou experiências emocionais. Dessa forma, o empoderamento da mulher implica mudanças e experiências a todos familiares (DEERE; LEÓN, 2002).

⁸ Neste engloba todos os tipos de violência.

Este empoderamento para Blisnath; Elson (2000) apud Oliveira (2006) deve começar a vir da dimensão econômica que assegura grau de autonomia e acesso ao controle dos recursos produtivos. Consequente na instância política, partindo da capacidade de se organizar e se mobilizar a favor da mudança social, cujo resultado não será alterar as tradicionais normas e papéis de gênero.

Contudo, o empoderamento da mulher pode vir do poder de barganha, num enfoque econômico, ao considerar esfera privada e pública do acampamento e assentamento, ilustrando as diferenças familiares no exercício de cooperação cotidiana (OLIVEIRA, 2006). Outro enfoque que possibilita empoderamento é trabalhar a consciência de mulheres e homens, pois a subordinação está enraizada na consciência dos mesmos, e reforçada pelas religiões e educação (COSTA, 2004; BLISNATH; ELSON, 2000 apud OLIVEIRA, 2006).

A partir disso e como complementação as instituições voltadas ao desenvolvimento passaram a elaborar ações para “empoderar” as mulheres. Sob a ótica de Labonte (1994) apud Baquero (2006), no sentido associado a indivíduos capazes ou dispostos a desenvolver habilidades proporcionando poder decorrente seu esforço, obtendo auto-controle, afim de se tornar empoderados.

Uma alternativa de muitas mulheres, conforme Hernández (2009) para conquistar o poder no ambiente familiar e na sociedade está na inserção no mercado de trabalho, dividindo seus afazeres – mãe, esposa, do lar, atividades no espaço público e se sujeitando à dupla ou tripla jornada de trabalho. Mesmo porque a realização das mulheres não se torna efetiva, devido à falta valorização das funções exercidas e do trabalho tido como invisível na propriedade, rotineiro e pouco estimado pelos membros da família, pela economia e pela sociedade.

É essencial o relacionamento entre conceito de gênero e ação produtiva da mulher, pois dimensiona determinados processos e sistemas de produção. Nessa designação ao oportunizar esse tipo de questões se faz necessário centrar a participação de mulheres e homens quanto ao lugar que ocupam na esfera pública e na esfera privada, nos processos agrícolas e não-agrícolas, situando-os como parte integrante desse processo. De fato, ambos cooperam na formação do capital social, diante de suas limitações e responsabilidades (ABRAMOVAY; DA SILVA, 2000).

Em síntese, o empoderamento desperta nos indivíduos conhecimento e controle sobre forças capazes de agir a favor de melhorar a situação de vida. Sendo possível aumentar a capacidade de se sentirem influentes na trajetória de vida; e podendo ser considerada emancipação pessoal. A conquista desse poder provoca

aumento da auto-estima, da auto-afirmação e da auto-confiança dos indivíduos (BAQUERO, 2006).

Quando se condiciona a liberdade de escolha e de ação se sugere o que pode se chamar de fatores que promovem ou despertam o processo de capacitação. Os quais são utilizados para o contexto das políticas, ou melhorar um enredo formulador de práticas para fortalecer a capacidade, por exemplo, a educação ou emprego, que são recursos que representam proeminente o empoderamento (MALHOTRA, 2002).

A principal consequência de despertar a “capacidade” vai interferir no modo de formular estratégias, no controle dos recursos e na tomada de decisões importantes que afetam a vida e os resultados na dinâmica das famílias. Os agentes quando abordam a estratégia de desenvolvimento, que agregam a participação popular e inclusão social enfocam o empoderamento dado a realização e a condição de agentes de mudanças das famílias. Isto é realizado pelas instituições por meio de informações, prestação de contas, a inclusão, a mobilização que concedem principalmente as mulheres acesso aos recursos (MALHOTRA, 2002).

Obter igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação do acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação esta que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma precondição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres (DEERE; LEÓN, 2002, p.52). [...] Não há quase dúvida de que o aumento no poder de barganha das mulheres seria necessário para empoeirá-las, para mudar as relações de gênero e alcançar a verdadeira igualdade entre homens e mulheres (DEERE; LEÓN, 2002, p.412).

O empoderamento da mulher se torna a chave para desencadear o fenômeno da aproximação, a respeito da realidade do cotidiano com consciência dos indivíduos. Tendo a melhoria de vida do sujeito, bem como, envolvendo a aquisição de poder num processo articulado na experiência de intervir e transformar a realidade entorno (DE ANDRADE, 2010). A integração do sexo feminino ao ambiente de menor convivência, leva em consideração a noção de empoderamento, e se aposta na mudança das relações de gênero no âmbito social, na forma como constitui as relações no ambiente familiar, e no desempenho de papéis pelos diversos agentes mediadores responsáveis em promover o processo de empoderamento (HERNÁNDEZ, 2009).

Este processo segundo, Costa (2004) menciona-se como um de ganho de poder, no sentido de controlar recursos e aumentar reconhecimento individual da mulher pode ser conquistado a partir da mobilização política, consciência e educação. Em que, para ocorrer a obtenção de poder e transformação da imagem da mulher e do homem como sujeitos opostos e envolvidos numa relação de domínio e subjugação existe a necessidade da contribuição do grupo ou instituição. O qual o ator está

articulado para mudar culturas, crenças, tradições, sistema educacional, leis civis, divisão sexual e social do trabalho.

Na performance coletiva, o empoderamento da mulher se torna possível na dimensão social tornado um ativo para a transformação e um colaborador do processo pela interação entre os indivíduos. E se configura como processo de ação, devido à influência que possui sob outros indivíduos, na forma de pensamento crítico a realidade, e ao conscientizar com alterações da relação social de poder (BAQUERO, 2006).

Sendo superada em algumas ações, em termos têm demonstrado benefícios que atendem um número representativo de mulheres integrantes de famílias assentadas, pois aprimoram a vida. No entanto, não é significativo as ações dentro dos assentamentos tenham modificado as singularidades de gênero no interior das famílias (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Partindo das mobilizações, conquistas e lutas adquiridas pelo Assentamento 8 de Junho alteraram o cenário das relações de poder e abriram caminho para as mulheres conquistarem espaço e construir alternativas de empoderamento. No próximo capítulo está descrito como ocorreu a movimentação popular na luta pela terra, destacando os acontecimentos e traçando o processo de luta no acampamento e sua transição para o Assentamento 8 de Junho.

3. ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO DE SEM TERRA

Neste capítulo se faz um breve relato da constituição dos movimentos populares de trabalhadores rurais envolvidos com os conflitos de terra. Levando em consideração o envolvimento das entidades, a estrutura primeiramente dos acampamentos e depois dos assentamentos, por fim discorrendo sobre o desenvolvimento do Assentamento 8 de Junho de Laranjeiras do Sul.

3.1 Dos acampamentos aos assentamentos de sem-terra: as configurações dos movimentos sociais rurais

A luta pela terra representa o maior evento envolvendo movimentos populares no meio rural. Embora, conhecidos somente a partir da década de 1950, estes movimentos eram desprezados pelas suas concepções frágeis, e suas conquistas tidas como insignificantes. Devido à anistia que pregava a inexistência de características mais contundentes, ou por desconsiderar a organização como algo convicto a nível institucional (ARAÚJO, 2005).

Na década de 1970, os movimentos sociais conviveram com o modelo econômico de desenvolvimento agropecuário, intencionando acelerar a modernização da agricultura. Sendo o sistema responsável por financiar a inserção tecnológica em alguns setores agrícolas. Por essa razão, a área rural passa ser o cenário de profundas transformações, visto no aumento das áreas de cultivos monocultores, e na mecanização da agricultura. De tal modo promoveu um crescimento na agricultura que gerou concentração de terra, expulsando um grande contingente de agricultores da área rural para área urbana e para outras regiões brasileiras (FERNANDES, 1999).

A parcela da população rural não beneficiada com o processo de modernização formou um contingente de agricultores empobrecidos e desprovidos de propriedades com condições produtivas. Uma situação que se manifestou na revolta camponesa por meio de conflitos e eventos espalhados em extensões de terra ocupadas, ocorrendo o afrontamento de camponeses com coronéis, latifundiários, grileiros, e além de se oporem aos interesses do Estado, por considerá-lo representante da classe dominante nas práticas da ditadura. Este processo de luta dos trabalhadores rurais foi apoiado por trabalhadores assalariados, e se tornou pauta da organização política, do PCB e da Igreja Católica (FERNANDES, 1999).

Com tal apoio e como medidas compensatórias, os acampamentos se expandiram rapidamente pelo território nacional, o qual foi considerado por Bereta da Silva (2004), o momento em que as famílias organizadas ocupam uma área de terra

que nem sempre é improdutiva. E uma prática que serve como instrumento para chamar atenção pelas suas reivindicações, e do mesmo modo forçar a desapropriação da terra.

A partir de meados de 1980, os movimentos que conviveram com desenvolvimento agrícola se envolvem na implantação dos assentamentos rurais nas diversas unidades federativas. Segundo Coca; Fernandes (2009), o assentamento passaria ser a garantia de reprodução do modo de vida rural do camponês, dado por meio de acesso a terra aos trabalhadores, que não se sujeitavam ao modelo capitalista de produção. Nesse sentido, o assentamento não significa apenas a concessão de um lote com pequena ou ampla extensão, e sim sua essência está representada pelas relações sociais.

Nessa perspectiva, os assentamentos não representam uma política efetiva de redistribuição da propriedade de terra inserida em uma proposta mais ampla de desenvolvimento rural; pelo contrário, sob a racionalidade governamental, implicam um investimento “fundo perdido”, dos quais se esperam muito mais retornos políticos (controle da tensão social) do que retornos econômicos (aumento da produção agrícola nacional, por exemplo). Consistem em aplicações de uma política compensatória a exclusão social (re) produzida por uma política econômica que, cotidianamente, impulsiona milhares de trabalhadores rurais e urbanos a marginalização social e econômica (CAUME, 2002, p.35).

Esse tipo de manifestação se torna relevante, como estratégia de reaver os direitos que por muito tempo foram negados aos camponeses (FABRINI, 2002). Um propósito que busca em lutas o método diferenciado de produção no campo, por resistirem ao prejuízo lançado pelos grandes modelos econômicos, e ainda permanecer nos ditames da produção familiar. Este tipo de proposta voltada para assentamentos dimensionam do aprendizado herdado das lutas, e ações coletivas baseados nas histórias dos movimentos populares que serviram de base para construção da organização do MST (FABRINI, 2002).

Ao assumir o formato adequado conforme a jornada das funções exercidas pelas mulheres, homens, jovens e crianças. Fernandes apresenta “Essas pessoas nascem na luta, nos trabalhos de base, nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, gerando os responsáveis pela criação da forma e coordenação do movimento” (1999, p.161). Diante de uma organização e um processo de construção sob formação de diversas comissões, equipes, núcleos, setores e dentre outras formas organizacionais de discussões e reflexão de grupo.

Esta mobilização da luta popular do MST movida por melhores condições de vida no campo, e reivindicação por terra justifica a área de estudo desta pesquisa. Em que se apóia em dados e informações de estudos já realizados, que caracterizam o Território da Cantuquiriguaçu como um espaço resultante de vários processos de

mudanças sociais, representante da trajetória dos grupos de atores que passaram por este chão, e onde está localizado o Assentamento 8 de Junho.

3.2 Caracterização do Território da Cantuquiriguaçu

3.2.1 Localização do Assentamento 8 de Junho

O Assentamento 8 de Junho localiza-se no Território da Cantuquiriguaçu na porção Centro-Sul do Paraná, cujas coordenadas geográficas se enquadram na latitude de 25° 00' 00" a 25 ° 44' 27" Sul, e longitude de 51° 38' 45" a 53° 10' 00" Oeste (IPARDES, 2007). A sua área total abrange 13.947,73 km², o qual corresponde cerca de 7% do território estadual (IBGE, 2009). O nome do território deriva da junção dos três rios existentes nas suas fronteiras geográficas, por ser delimitado ao Oeste pelo rio Cantu, ao Norte pelo rio Piquiri, e na fronteira Sul pelo rio Iguaçu, daí vem a origem do nome Cantuquiriguaçu (CONDETEC, 2004).

Os indicadores socioeconômicos do IPARDES (2007) mostram que os municípios integrantes do território abrigavam em 2000 um número de 232,7 mil habitantes. Sendo que o território apresentava nesse ano densidade populacional de 16,7 habitantes/km². No entanto, os resultados da Contagem Populacional de 2007 indicam um ínfimo crescimento da população do território para 233,9 mil habitantes, permanecendo no mesmo patamar a densidade demográfica. O Território Cantuquiriguaçu apresenta um contingente demográfico de dimensão intermediária dentre os territórios paranaenses, priorizados pelo projeto de inclusão social e o projeto de desenvolvimento rural sustentável⁹.

Sua formação territorial corresponde a 20 municípios, tais como: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goixim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. Os quais formam um conjunto que reúnem 241.833,00 habitantes, representando 2,26% da população estadual (IBGE, 2009), conforme estão dispostos na Figura 1:

⁹ Com base em sustentar e fortalecer as relações entre as esferas sociais e agentes públicos, privados e não governamentais. Seu objetivo é promover a integração das estruturas públicas e privadas que representam as comunidades organizadas, visando concentrar esforços para o desenvolvimento harmônico e integrado do Cantuquiriguaçu.



Figura 1 - Localização do Território Cantuquiriguaçu – Paraná
 Fonte: IPARDES, 2007.

Os índices apresentados na Tabela 1 confirmam a inclusão deste território no corredor da fome do Estado do Paraná. Seus baixos índices de desenvolvimento municipal garantem aos municípios as piores posições no *ranking* estadual de desenvolvimento, lembrando que no Estado do Paraná estão localizados 399 municípios. Com uma estrutura de desenvolvimento territorial voltada as organizações municipais, instituições estaduais, sendo públicas e não-governamentais.

Tabela 1: Indicadores de desenvolvimento municipal – Território da Cantuquiriguaçu

Municípios	2000		2007	
	Ranking	IDH-M	Ranking	IFDM ¹⁰
Campo Bonito	367°	0,687	276°	0,6568
Candói	297°	0,712	356°	0,6188
Cantagalo	369°	0,686	350°	0,6235
Catanduvás	275°	0,717	194°	0,6863
Diamante do Sul	380°	0,675	339°	0,6310
Espigão Alto do Iguaçu	310°	0,708	366°	0,6130
Foz do Jordão	363°	0,689	394°	0,5643
Goixim	375°	0,680	396°	0,5205
Guaraniaçu	247°	0,728	227°	0,6773
Ibema	266°	0,721	140°	0,7063

¹⁰ O Sistema FIRJAN contempla Educação, saúde, emprego e renda, sendo um importante parceiro das empresas do Estado do Rio de Janeiro na busca pelo desenvolvimento. As cinco organizações que compõem o Sistema oferecem soluções e serviços capazes de multiplicar a produtividade das empresas e melhorar a qualidade de vida dos funcionários. Juntas, FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, CIRJ - Centro Industrial do Rio de Janeiro, SESI - Serviço Social da Indústria, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e IEL - Instituto Euvaldo Lodi.

Laranjeiras do Sul	151°	0,753	161°	0,7005
Marquinho	359°	0,691	346°	0,6276
Nova Laranjeiras	349°	0,697	373°	0,6007
Pinhão	287°	0,713	374°	0,6003
Porto Barreiro	276°	0,716	352°	0,6230
Quedas do Iguaçu	172°	0,747	256°	0,6651
Reserva do Iguaçu	254°	0,726	308°	0,6440
Rio Bonito do Iguaçu	388°	0,669	278°	0,6567
Três Barras do Paraná	269°	0,720	315°	0,6424
Virmond	270°	0,719	72°	0,7333

Fonte: IPARDES, 2000; FIRJAN, 2010.

Na Região da Cantuquiriguaçu, os indicadores rurais do IPARDES (2007) apresentam estabelecimentos agropecuários com menor proporção de propriedades do tipo não familiar, ou seja, que contratam mão de obra de terceiros para manutenção e trabalhar na produção agrícola. Seguindo pelas unidades produtivas movidas pelas famílias, mas com necessidade de contratação de serviços de terceiros para dar conta das atividades. As unidades familiares são a maioria, com frequência de 71,6% dos estabelecimentos.

De acordo com o perfil econômico estabelecido pelo Condetec (2004) a composição de setor por atividade demonstra que 57% da riqueza é gerada pelo setor industrial, 10,2% da riqueza se divide entre comércio e serviços pelo conjunto de municípios, e 32,8% da riqueza têm origem da produção primária. Outra característica do território é a predominância de estabelecimentos agrícolas, com área inferior a 50 hectares e produtores de grãos milho, feijão, soja e pecuária extensiva.

Num contexto histórico, a sub seção a seguir registra os conflitos de terra, desde época do desbravamento das terras, em que índios e desbravadores foram abrindo clareiras, e aos poucos foram surgindo nessa área vilas, que se organizaram no Território da Cantuquiriguaçu.

3.2.2 Evolução histórica¹¹

A história dos municípios do Território Cantuquiriguaçu possui uma ligação com a ocupação da vasta região que compôs o município de Guarapuava, localizado na porção Centro-Sul do Paraná. Por reproduzir os elementos constitutivos da ocupação desse território.

No processo de desbravamento, povoamento e urbanização que desencadearam confrontos culturais com as populações indígenas. E as comunidades que aqui permaneceram se organizou em reservas demarcadas pelo Estado Oficial do Brasil.

¹¹ Esta seção baseia-se no estudo realizado pelo CONDETEC, as exceções são registradas no texto.

Os sucessivos desmembramentos do território guarapuavano formaram os municípios que compõem o território Cantuquiriguaçu, sendo Laranjeiras do Sul (1946) e Guaraníaçu (1952). E aqueles com implantação mais recente, como: Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Marquinho, Porto Barreiro e Reserva do Iguaçu (1997).

Existem algumas particularidades, segundo IPARDES (2007) em alguns municípios pertencentes à Cantuquiriguaçu, a partir da década de 1990, momento de grande expansão dos assentamentos populacionais. Os quais foram identificados com sedes em Rio Bonito do Iguaçu, Goioxim e Pinhão, sendo as famílias pertencentes ao MST.

A irregularidade fundiária no território fortalece a instabilidade e insegurança dos agricultores. Conforme mostra a Tabela 2 é consideravelmente elevado o número de famílias assentadas em 13 municípios dos 20 municípios que compõem o Território da Cantuquiriguaçu. No total se contabiliza em torno de 3.090 famílias, que ocupam cerca de aproximadamente 60 mil hectares de área destinadas às estruturas de assentamentos de sem terra.

Tabela 2: Caracterização dos Assentamentos do Território Cantuquiriguaçu – PR

Município	Assentamentos	Área		Famílias assentadas	
		ha	%	Freq.	%
Campo Bonito	1	946,70	1,5	47	1,5
Candói	5	3.965,69	6,5	250	8,1
Cantagalo	6	3.707,58	6,0	136	4,4
Espigão Alto do Iguaçu	1	642,49	1,0	13	0,4
Goioxim	8	9.080,38	14,5	352	11,4
Laranjeiras do Sul	3	2.276,69	3,6	115	3,7
Marquinho	2	1.401,99	2,2	56	1,8
Nova Laranjeiras	3	3.437,12	5,5	220	7,1
Pinhão	4	5.967,45	9,5	198	6,4
Quedas do Iguaçu	2	1.608,75	2,6	81	2,6
Reserva do Iguaçu	2	1.977,40	3,1	96	3,2
Rio Bonito do Iguaçu	2	27.078,43	43,4	1504	48,7
Três Barras do Paraná	1	353,78	0,6	22	0,7
Território da Cantuquiriguaçu	40	62.444,54	19,3	3090	21,0
Paraná	274	323.046,7	100,0	14702	100

Fonte: IPARDES, 2007.

O ritmo do crescimento populacional deste território foi baixo e se notou em alguns casos o decréscimo absoluto de população. Essa dinâmica apresentada pelo Condetec (2004) estava condicionada a expressiva migração rural, resultante da inserção paulatina do processo de modernização e tecnificação do campo, mesmo assim, na maioria dos municípios conseguiu manter em torno de 50% da população vivendo na zona rural. Por isso, em 2001 houve mobilização em pró do desenvolvimento sustentável do território articulado com apoio das instituições da

SEAB, EMATER, IAPAR, organizações não-governamentais, entre outras da instancia municipal.

Ao ser constatado uma crescente exclusão social, bem como, a redução da população rural. A qual passou ser atual política do território, assumida pela Associação dos municípios da Cantuquiriguaçu. Com a proposta formalizada no Plano Diretor de aguçar o interesse do desenvolvimento dos municípios.

Este documento se tornou referência, orientando o trabalho em todos os municípios, sendo finalizado em setembro de 2003. Com especificidades voltadas a povos e recursos necessários para trabalhar, com intuito de minimizar os bolsões de pobreza identificados em áreas estratégicas (XAVIER, 2009).

Por ser um documento entregue ao vice-governador em exercício na época se aponta o conselho, denominado por Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu – CONDETEC, considerado essencial em ações para o programa de territórios. Assim, várias entidades regionais assumiram os territórios da cidadania no ano de 2008. O qual é um programa da casa civil estadual com apoio do governo federal, criando a matriz de ação, investindo em todas as vertentes específicas da região, a fim de atender o território promovendo a integração dos povos tradicionais (XAVIER, 2009).

Ao destacar alguns apontamentos históricos do território se encontra fatos que tiveram a contribuição dos movimentos itinerantes da luta popular rural, como o MST e MPA, que também foram fundamentais na constituição do acampamento e Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul.

3.3 A contribuição das entidades MST e MPA do Território da Cantuquiriguaçu

A consolidação e permanência dos assentamentos de sem terra no Território da Cantuquiriguaçu se tornou possível, principalmente pela parceria do MST e MPA local, e com a contribuição do MASTRO e CPT. Essas entidades foram responsáveis em atender as necessidades básicas dos trabalhadores na época da ocupação da fazenda. Dando continuidade até os dias atuais prestando suporte no sistema previsto pela reforma agrária e fazendo intermédio dos assentados ao INCRA.

Como movimento, o MST surgiu no processo de organização dos excluídos do campesinato, consolidada numa estrutura autônoma, representando os interesses coletivos de trabalhadores do campo sua função se baseia no capital político e social (TORRENS, 1992).

Os conflitos fundiários têm origem das divergências que ocorreram com a construção de barragens das usinas hidrelétricas no Paraná em 1980, momento que ocorreu o maior conflito no Estado com a construção da Barragem de Itaipu, devido o descumprimento do acordo com os moradores das terras inundadas (FERNANDES, 1994). Diante disso, os pequenos trabalhadores rurais assumem a condição de migrantes, bóias-frias e partem para outros Estados e países, e no próprio Estado do Paraná. Sendo intensificado em Guarapuava, devido grande extensão de terras consideradas improdutivas, indicadas ainda, por favorecer a estratégia política de negociações para assentamentos (PIRES, 1996).

O fenômeno da apropriação de terras paranaenses transformou o Estado num palco de conflitos fundiários advindo da herança do uso intensivo de madeiras que exploraram as áreas na década de 1970. De acordo com Torrens (1992), um dos motivos se atribui a irregularidade dos títulos de terras foi possível verificar na constante grilagem¹², sob avanço da especulação fundiária exercida por grandes empresas, e por latifundiários na tomada de terra de pequenos produtores. Outro motivo foi a resistência dos trabalhadores para abandonar as terras ocupadas, coibindo com a violência dos jagunços, fazendeiros e policiais.

Conforme Pires (1996), a ascensão do movimento com a conquista na desapropriação e implantação dos assentamentos houve modificação no perfil do Paraná. No início constava 58 acampamentos, ou seja, 65% de terra do total do Estado foram destinados para assentamentos. Desse total, na Região Centro-Sul estavam distribuídos 25 assentamentos entre oficializados pelo INCRA e os que estavam com o processo acionado. Sendo dez assentamentos em Cantagalo, cinco assentamentos em Guarapuava, quatro assentamentos em Laranjeiras do Sul, três assentamentos em Pinhão e um assentamento em Quedas do Iguaçu, outro em Turvo, e ainda outro em Palmital.

Ao tratar da exploração produtiva da terra se tem o MPA, com menos poder político que o MST, mas se tornou um parceiro essencial para motivar o movimento dos trabalhadores rurais a permanecer na fazenda ocupada.

Dentre a luta para afirmação camponesa e resgate da cultura popular, o MPA tem acumulado experiência, no sentido de aplicar um modelo de organização que almeja, e inova a sociedade rural. A proposta desse movimento mediante as técnicas e projetos consiste em produzir alimentos saudáveis, limpos, de qualidade garantida a soberania alimentar da população, na busca efetiva de construir cada vez mais

¹² Segundo o Dicionário Aurélio significa indivíduo que se apossa ilicitamente de terra.

comunidades autônomas, a partir de diferentes modos de vida existentes no campo. Esse modelo de agricultura visa produção que respeita a vida, a natureza, com base na agroecologia e com sustentabilidade econômica (MPA, 2009a).

Diante das dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores está a desvalorização nos preços dos produtos. Por isso, se tornou importante à agregação de valor encontrado nas atividades não-agrícolas, tipo de atividade que pode ser desenvolvida em casa, com pequena estrutura para indústrias de porte caseiro, comunitária ou entre essas de modo cooperativo. Neste caso, para que a produção camponesa atenda as necessidades das famílias urbanas, sem muito custo e para as famílias camponesas manter sua subsistência, o MPA ressalta possibilidades como: compra antecipada especial, com doação simultânea através da CONAB, feiras de produtores, articulação de grupos de produção e grupos de consumidores, entre outros.

O MPA está estruturado de forma que contemple três pilares: a organização social, política e econômica. O foco da organização social condiz com questões de vida em comunidade, valorize os espaços de esporte, lazer, pós-cultura camponesa sustentada em comunidade. No que tange à política se fundamenta por políticas públicas e principalmente no que nomeiam o grupo de base, alicerce para fortalecer o movimento a nível regional. E no aspecto econômico possui vínculo com trabalho com produção, agroindustrialização e comercialização (MPA, 2009b). A partir da condução histórica e participação popular da região se consolidou o acampamento até assumir a condição de Assentamento 8 de Junho descritos no seguinte sub seção.

3.4 Apontamentos sobre a ocupação da área do Assentamento 8 de Junho – período do acampamento Rio Leão

As famílias que passaram pelo período da ocupação do Rio Leão afloraram sentimentos, e entrelaçaram na memória lembranças dos sentimentos de medo pudor¹³ e vergonha no momento da invasão da sede da fazenda. Além disso, tiveram momentos de escassez de comida, dormir mal e sofrer pressão dos pistoleiros. Nas instalações próximas da rodovia eram difíceis os meios para atender as necessidades básicas e realizar os hábitos higiênicos. A persistência da insegurança e a demora pela conquista de um pedaço de terra, o desafio de seguir em frente e deixar a família, a vergonha de muitas vezes recorrer a parentes, isso tudo fez parte do processo que durou até a conquista do lote.

¹³ O termo se refere ao sentimento de vergonha por ferir sua decência como ser humano.

Na época a região escolhida para acampar era caracterizada pela atividade pecuária. Uma área ampla que residia em torno de 20 famílias, nesse espaço restou poucos habitantes, sem motivos aparentes os moradores não resistiram à ocupação e foram indo embora das terras. Desse modo, em pequenos traços o trecho da rodovia foi tomando contornos de acampamento.

Daí quando entrou esse acampamento, mais onde eu morava e já fiquei. Quando veio esse acampamento tinha bastante acho que era quase 20 famílias morando mais ou menos. Desses um que ficou quando entrou o acampamento, fiquemo (deixo ver) eu e dois irmão meu, sei que outros foram se apavorando, não sei o que deu, o que aconteceu foram embora restou pouca gente que fiquemo (M. 07 entrevista 2010).

Em 8 de junho de 1997, a frente do portão da Fazenda Rio Leão localizada as margens da rodovia BR 158 em Laranjeiras do Sul – Paraná, um número de 17 famílias ergueram seus “barracos”, edificando o marco inicial da estrutura de ocupação.

[...] Na noite que nós ocupamos a sede da fazenda, foi do dia 8 de junho até 30 de dezembro nós fiquemo na BR aqui. Daí ocupamo a sede lá embaixo, ai nós fiquemo de dezembro a 8 de junho do outro ano [...] (M. 06 entrevista 2010).

Das famílias e outras que vieram posteriormente para a ocupação da fazenda, as relações de casais ou pais e filhos foram abaladas, pois esposas viveram longe de seus parceiros, filhos moraram longe de seus pais. Como se observou nas entrevistas, poucos que vieram acampar em família, e os que não ocorreram dessa forma, os cônjuges/pais vieram primeiro para acampar na beira da rodovia, e por tempo indeterminado para a aquisição de uma precária estrutura de um barraco, e devido à obrigação de atender as necessidades familiares, as mulheres e os filhos vinham se juntar ao seu parceiro/pai embaixo da lona. As mulheres entrevistadas se mostram muito positivas a não se negarem de aderir ao acampamento

Este procedimento associado com o processo de se desfazer das benfeitorias já instaladas no seu local de origem, também era feito com muita dificuldade material e emocional. Como pode ser visto no depoimento de uma entrevistada:

[...] por causa que, a gente sempre precisa de um pedaço de terra, daí meu marido veio pra BR e eu fiquei lá com as crianças com um pedaço de terra que a gente tinha, daí ele veio e depois eu vim porque era um corre pra lá que a gente não era acostumado separado (M. 04 entrevista 2010).

Segundo as entrevistadas aderir o acampamento devia-se a más condições financeiras para investir numa propriedade agrícola. Como grande parte das famílias não era dono da terra onde morava, ou dividia-o com a família passavam por

dificuldades para auto sustento. A desconhecida área ocupada causou impacto nas mulheres quando chegaram ao acampamento, como descreve a entrevista:

[...] Eu me lembro até hoje quando era pra vir pra cá, não sabia como era o barraco, ai ta chegamo era um dia bem chuvoso, assim olhei a todos aqueles barracos assim grudadinho noutro cheio de pau em cima pra segura a lona por causa do vento. Ai cheguei no barraco nosso, onde o pai tava, tinha um borraio¹⁴ que era de fogão feito no chão bem baixinho, o chão cheio de valeta por causa da chuva [...] (M. 15 entrevista 2010).

As dificuldades financeiras ainda permaneceram no período de acampamento, por falta de alternativas produtivas que dessem conta do sustento da família, e tendo que se sujeitar a recorrer a parentes ou pessoas próximas.

[...] porque teve épocas tristes assim, por causa da questão financeira, que a gente nem tinha onde ir trabalhar, porque [...] começou contribuir na direção do acampamento, daí não tinha como você trabalha fora, daí dependia de ajuda que vinha da família, as vezes vinha um pouco, as vezes não vinha [...] (M. 08 entrevista 2010).

As tarefas domésticas também não eram favorecidas pela estrutura do barraco, que era apenas utilizado como espaço para guardar alguns móveis, realizar as refeições, refúgio das intempéries climáticas e abrigo para dormir. Por isso, o simples ato de lavar roupa foi considerado um percalço na vida cotidiana das acampadas e foi lembrado pela entrevistada:

[...] O medo, perigo de casa, dificuldade de lava roupa, tinha que enfrenta fila pra lava roupa, lá pra baixo [...] só sei que tinha um monte de tanque, tinha que ir e daí tinha que enfrenta uma fila, espera e daí lavar roupas, as vezes levava as crianças junto, daí deixava roupa guardando lugar, daí voltava, que as vezes tinha que arruma almoço daí voltava (M. 06, entrevista 2010).

Estes tipos de situações foram amenizados pelas reuniões e trabalho de grupos, considerado as soluções encontradas pelas mulheres para persistir na condição de acampada.

[...] Nesse tempo a gente tava acampado a experiência boa que a gente tem do relato é desse trabalho de formação que a gente tinha né! Que a gente se reunia no grupo de mulher, tinha grupo de mulher a gente se reunia não só pra reuniãozinha, a gente fazia artesanato, ao mesmo tempo falava sobre saúde, sobre família e organização e coisas que assim a gente foi cada vez mais pegando gosto. Que não deixava também nós desanimasse, que não ficava só dentro do barraco, porque a partir do momento que a gente só ficasse dentro daquele barraco nós não ia ter resistência pra agüentar (M. 08, entrevista 2010).

No início, as primeiras atividades coletivas, reuniões e celebrações ocorriam em lugar improvisado. Este modo de organização no acampamento é uma estratégia aplicada pelo movimento para elevar o capital social, proveniente do trabalho coletivo dos acampados por meio da colaboração e cooperação da comunidade. Nos meios e momentos de lazer se torna visível a organização do grupo acampado.

¹⁴ O borralho como acima citado é a maneira como os assentados esquentavam seus alimentos, ou seja, um conjunto de brasas acesas e cobertas de cinza.

[...] tipo nas festas que nem de Natal, que tem na época passava bastante dificuldade, que é claro nem a gente era pobre não tinha muito, mas tinha gente mais necessitada, e a gente tinha e levava de casa, fizemo bolo, uma festa que todo Natal tem festa, é no Natal, Dia das Crianças, Dia dos Pais, Dia das Mães, virou tradição a partir daquele momento, foi feito virou tradição a festinha, sempre feito né (M. 06 entrevista 2010).

O acampamento se torna uma recordação para os atores envolvidos, e passa ser entendido como um momento de abertura para um cotidiano coletivo entre as famílias. Sob a consciência de sua importância para a estruturação do acampamento, na produção doméstica e seu suporte emocional.

As mulheres sempre tiveram presente desde inicio do acampamento e fez diferença, as mulheres com as crianças porque fica mais impactante acho que isso, se tivesse só homem no acampamento seria bem diferente e a presença das mulheres e das crianças dá diferença. E a organização que elas tinham também porque sempre faziam artesanato principalmente pra aquelas famílias que tinham mais dificuldade, no inverno faziam bastante crochê né, cobertor de lã, essas coisas assim (M. 17, entrevista 2010).

Em 30 de janeiro de 1998 havia mais de 73 famílias, as quais permaneceram num período de quatro anos. No cotidiano árduo das famílias havia espaço para celebrações de nascimentos, batizados, mortes, novas amizades, desentendimentos entre vizinhos, num adjetivo de adesão/desistência e encorajamento/desestímulo.

Este mesmo período deixou marcas, em razão das perseguições por parte da polícia e de pistoleiros da fazenda; e foram presos alguns acampados, motivo pelo qual alguns acampados desistiram do projeto de conquista a terra. O próximo relato também revela que a sustentação do acampamento se expressa numa decisão, ao mesmo tempo pessoal, familiar e acima de tudo coletiva, sendo influenciada pelo decorrer do processo de acampar:

[...] mais no começo quando a acampou tinha bem mais reivindicação, sempre conjunto com os assentamentos, mas quando a gente tinha que brigar por saúde se unia homens e mulheres, vai pra frente da prefeitura ou posto, por educação também, porque na época Rio Bonito não queria nós e nem Laranjeiras porque nós estávamos na divisa, então a gente teve que se unir e briga muito pra querer escola e saúde. [...] mas na época que despejaram o Solidor ai sim unimos forças e viemos pro portão porque o INCRA queria trazer as famílias despejadas. Não que nós não queria aquelas famílias aqui, mas nós sabia se trouxesse aquelas famílias aqui, como elas já eram assentadas elas iam pega essa terra aqui, ia da mal apenas pra aquelas famílias que eram umas 50, 60 famílias, deu 73 lotes. Ai naquela vez nós também unimos força, homem, mulher, criança e sequestremo não, seguremo o cara do INCRA, dois caras né, um dia inteiro pra não deixa trazer as famílias aqui, e esse foi um momento bem forte que a gente se uniu (M. 11, entrevista 2010).

Além disso, no período de acampamento flutuação do número de acampados também ocorreu devido à demora do INCRA em liberar os lotes às famílias. O longo período que seguiu o acampamento até liberação da terra foi determinante para a permanência dos atores que estavam instalados na beira da rodovia.

A terra já tava certo que era pra ser aqui que nós ia acampar na beira da BR, daí a gente se animou só que era pra ser conversa que em 2 meses ganhava terra, só que esses 2 meses durou 4 anos e esse quase 5 anos de acampamento (M. 11, entrevista 2010).

Desse modo, em novembro de 1999 foi determinado a desapropriação de terra e em abril de 2000 foi emitido o documento de posse, que possibilitou na época assentar 74 famílias.

3.5 De acampado para assentado: processo de transição e o privilegiado olhar da mulher

Ao reconstituir a história das personagens envolvidos no acampamento se verificou que as famílias identificam com um período de aprendizagem, por meio das situações cotidianas, das relações com entidades, das relações com vizinhos acampados, dos diversos embates, e ainda os desdobramentos do processo representativo social e político expresso pela atuação de mulheres e homens nas dimensões do acampamento. Estes tipos relações tecidas são resultante nos atritos e nas articulações dos atores sociais que resultaram no aprimoramento das relações de gênero e nas ações coletivas no assentamento.

Sendo que das 20 famílias entrevistadas, 65% participaram desde acampamento, o restante, 35%, vieram residir quando a área rural já havia assumido a condição de assentamento, os quais vieram por intermédio de parentes ou conhecidos, ou ainda atraídos pela facilidade em adquirir um lote, sendo indicadores de um componente da organização inicial do acampamento e formação do assentamento. Outro motivo, que se evidenciou na pesquisa, e que facilitou a opção das famílias aderirem ao movimento do acampamento, foi a proximidade de residir na área ocupada ou na região. O mesmo é relatado por Pires (1996), enfatizando que o método das famílias chegarem juntas ou procederem do mesmo lugar de origem contribuiu para aumentar a segurança pessoal, garantia de sobrevivência e facilidade no relacionamento entre vizinhos no acampamento.

Assim se destaca que a opção das famílias partirem em busca de uma vida melhor se deve em função do desajuste da condição local onde se reside. Essa troca da casa pelo acampamento, e o entusiasmo das famílias em aderir à mobilização pela luta da terra pode constituir uma ruptura social. Em que antes das famílias se tornarem acampados, a realidade convergia em duas situações: para quem tinha origem rural permitia caracterizar uma situação precária, devido à convivência com membros das famílias dos parceiros, arrendatários ou propriamente pequenos agricultores com

dificuldades de reprodução. Os indivíduos de origem urbana sofriam por morar em pequenos municípios com emprego precário, e sem condições de manter sua família.

Diante disso, a conquista do lote se projeta em três dimensões, a primeira com a realização de um projeto pessoal que se concretiza na aquisição de um imóvel, considerado a construção de um patrimônio, o qual possibilita ter um ambiente que favoreça as relações familiares, e atenda as necessidades básicas, isto é, possibilidade do sentimento de pertencimento, refletido no próximo relato:

Pra mim é uma grande conquista né, porque nunca morei no que é meu, primeira vez, então pra mim é gratificante saber que minha casa, minha terra, minhas coisas, sempre nas coisas dos outros, dando terra pros outros, a gente plantava onde o patrão queria plantar, porque a terra era dele né (M. 16, entrevista 2010).

O segundo objetivo vem de encontro com a origem rural das famílias acampadas, que processam no molde da sua construção e modo de vida, apesar de serem valores menos apreciados pelos jovens em geral, como o envelhecimento relativo no campo. Entretanto, no Assentamento 8 de Junho isso foi superado segundo a entrevistada, “*Bom eu desde que nasci vivo com meus pais no interior, trabalhando, mas é uma coisa que me identifico bastante também (M. 17, entrevista 2010)*”. Essa realidade da conquista do lote denota garantia de continuar trabalhando na agricultura e manter suas origens rurais.

É coisa mais importante que hoje eu tenho é ser agricultora, porque eu falei que não vou deixa de cuidar minha horta. Nem minha rocinha que eu falo as miudezas eu falei se eu deixo de planta isso não tem mais sentido. Porque enquanto eu tiver força eu quero cultivar isso pelo menos pro consumo tamo vendendo, pra mostra que dá dinheiro também que não precisa ser só fumo, soja ou milho (M. 11, entrevista 2010).

A terceira marca é o acesso da posse da terra, e construída no interior do acampamento permite ao acampado o aumento da auto estima que contribuiu para momentos de descontração das famílias, ao mesmo tempo faz parte do seu universo cultural. Nesses momentos era evidente o ato da solidariedade e de ajuda ao próximo, com esse espírito em comum, que concedia ânimo para continuar a jornada e superar o sofrimento. Está muito ligado ao desenvolvimento rural e a construção do capital social daquele grupo de famílias.

[...] por mais do que o sofrimento, mas a solidariedade entre as famílias que tavam no acampamento, acho que foi tipo assim o mais principal porque até e já comunidade como se fosse uma família as pessoas que estão, as pessoas que assim participam direto da comunidade antes que por mais que tinha dificuldade entre as famílias uma tinha um pouco de feijão compartilhava com outro que não tinha, por mais que as vezes no outro dia não ia ter (M. 17 entrevista 2010).

De tal modo, a relação pessoal e familiar se entrecruza com a relação de outros membros acampados, por parecer à única maneira de lutar e permanecer com

seus objetivos, e contribuir para organizar o espaço do acampamento. Ao relatar a vivência no acampamento significa tentar entender as complexidades do processo social, de acordo com as características e detalhes peculiares no segmento da organização do caráter coletivo. O modo coletivo de trabalho para sustentar e atender as necessidades básicas baseia-se na origem dos acampados, composição familiar, anseios, valores, projetos de vida, medos e ilusões, e se propaga no cotidiano do acampamento.

[...] posso me lembrar mais do “cultivão” que homem e mulher tudo trabalharam junto. Esse “cultivão” que foi plantado feijão, a primeira safra de milho, arroz foi plantado, mandioca, ali foi o primeiro momento. E depois que foi colhido cada um ganhou sua parte tudo igual, tudo em igualdade. Foi a primeira e a melhor porque a gente não tinha onde plantar, onde cultivar. Foi feito tudo grande né, nós trabalhava tudo junto. Foi porque a gente se reuniu tudo e daí mulher, homem tudo trabalhando, as crianças pro lado brincando, outras crianças estudando, isso foi bom quando havia carpiá, era plantado, limpava, plantava cada um tinha uma máquina, uma enxada, daí fazia os planos que tal um dia ter esse pedaço pra mim (M. 04, entrevista 2010).

As mulheres e os homens trabalhando juntos era um evento possível nos momentos de crise, e mostra que o papel dos sexos não era algo delimitado, mas, sim se apresentava embaralhado. Da mesma forma, os padrões patriarcais não foram completamente abandonados, mas suspensos em algumas partes consecutivas no processo de organização social, por um lado,

[...] os homens trabalhavam coletivo, sabe se eles se uniam iam lá e trabalhavam, eles plantavam, fazia roça, plantavam milho, feijão iam lá trabalhavam. E as mulheres sempre tinham aquelas baguncinhas delas, se reuniam, fazia alguma coisa da Pastoral, outras faziam acolchoado, outras discutiam alguma coisa, sempre tinha as mulheres reunidas (M. 07, entrevista 2010).

Por outro lado, muitos momentos houve a união entre mulheres, homens, jovens e crianças motivados pelo grande laço de solidariedade no período de acampamento, e que perdurou quanto assentamento.

Nesse negócio de enfrentamento contra polícia, as festas acho que tudo unia as pessoas eu não digo que sempre houve uma separação acho que sempre tem a separação de tarefas na verdade a mulher fica na casa e o homem faz tal coisa trabalha fora, mas acho sempre foi unido na época de acampamento tudo muito unido homem, mulher e criança lutavam junto pra conseguir a terra (M. 13, entrevista 2010).

O acampamento seguiu seu processo de transição para assentamento sob laços de confiança e solidariedade entre os membros. A partir do grau de interação que se mantém como assentados torna pertinente analisar a construção do capital social imbricado nas atividades coletivas durante acampamento e sua continuidade como assentamento, bem como, o empoderamento do sexo feminino como parte estratégica na condição de agente desse processo no interior do assentamento, que tende dinamizar o desenvolvimento rural.

Durante o período de transição de acampamento para assentamento, o momento de acampar representou muito mais que um tempo de espera se torna também um processo de socialização.

Teve bastante no começo depois foi mudando mais ainda tem até hoje não vou dizer que não tem porque tem. Aquelas que não participam, principalmente de mulheres [...] que vem de mulher, porque se vem de homem a gente entende a gente sabe que o medo deles é perde o comando, parece que é vergonha ter uma mulher [...] mas tem mulher também preconceituosa, dessas mulheres consegui trazer, mas têm algumas que não né, convive em casa, muito ruim a gente percebe essas famílias que os filhos daí a gente vê tão claro, tão claro, e tem até hoje, não adianta dizer que não tem e dos homens o medo de perder o poder (M. 11, entrevista 2010).

Para depois da conquista do assentamento ocorrer a resocialização dos atores devido à ruptura de referências culturais, valores e normas, sobretudo, determinar padrões de convivência.

Pra mim melhorou bastante, assim porque a gente conhece e a gente convive com bastante pessoas, sai, visita bastante lugar, que eu antes de vir memo pro acampamento, o meu era cuida da casa, ir na roça e cuida dos filhos. Participa de encontro de mulher nunca tinha participado, sair, ficar dois ou três dias fora de casa nem imaginava, nem em sonho que isso um dia ia acontecer comigo (M. 10, entrevista 2010).

Como explica Magalhães (2009), as relações sociais são a base para a formação, acesso e controle de recursos dos interesses individuais, que pode ser distinto, de acordo com a inserção do ator na sociedade, ou destino de trabalho das relações de gênero. E Oliveira define que as contribuições das famílias integrantes da comunidade rural foram “movidos pelo fato de não ter nada e precisar de terra para morar e trabalhar [...]” (2006, p.36)

Então quando a área ocupada evoluiu para assentamento, se deu novo passo em conquista do que pertencia às famílias, isto é, outra ruptura e ao mesmo tempo continuidade do passado. Para seguir com projetos pessoais, familiares e coletivos na perspectiva de superar os próximos desafios. Sendo assim, na jornada que mulheres, junto com homens, jovens e crianças enfrentaram durante o período de acampamento refletiram de ações realizadas na organização coletiva, e contribuíram para superar problemas no âmbito organizacional e de produção, por meio do companheirismo e solidariedade. Isso garantiu a consolidação do Assentamento 8 de Junho e a permanência de atores rurais no campo.

4. A CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO – LARANJEIRAS DO SUL – PR

4.1 Perfil socioeconômico das famílias do Assentamento 8 de Junho

No proposto tópico procura-se traçar o perfil sobre as condições sociais e econômicas, objetivando caracterizar as vicissitudes e a fim de conhecer o cotidiano dos atores envolvidos do Assentamento 8 de Junho de Laranjeiras do Sul – PR, com base em temas específicos, questões gerais, sociais, técnicas e aspectos voltados ao cotidiano das famílias assentadas. Quanto ao período anterior ao assentamento, os resultados dos questionários revelam que 40% das famílias eram parceiros, 30% eram proprietários de terras e outros 30% eram arrendatários. Todos os lotes do assentamento são de dois alqueires e meio, ou 13,6 hectares.

O Assentamento 8 de Junho é formado por 73 famílias de origens principalmente dos municípios próximo de Laranjeiras do Sul, do Estado de Santa Catarina e Paraguai. Desse contingente foram levantados dados de 20 famílias que seguem os padrões tradicionais de família - mãe, pai e filhos, resultando numa amostra total de 66 moradores dividido em crianças, jovens e adultos do sexo feminino e masculino.

Os resultados da pesquisa apontam que no universo pesquisado, 69,6% nasceram em municípios localizados no Estado do Paraná; 13,6% nasceram no Estado do Rio Grande do Sul; e 7,57% têm origem do Paraguai. As famílias que vieram após o período do acampamento, ou ingressaram na condição de assentado fizeram isso por intermédio de parentes, conhecidos já assentados, ou compraram lotes já desocupados.

Eu vim uma por causa dos parentes que eles já tavam ai se acampando, e depois fazia 4 anos que eles estavam assentado aqui nós viemos em família. Porque eles já tinham ganhado a lote sabe na época podia comprar lote e compramos, eu não acampeí. Já vim direto eles já tinham até coisinhas, então eu não participei desse processo acampamento (M. 12, entrevista 2010).

Existe entre os entrevistados grande variação entre o tempo que residem na comunidade, nas mais diversas situações, tal como aqueles que foram embora e voltaram no assentamento, e aqueles que casaram e ali constituíram família. No tempo de participação das famílias desde o período de acampamento até a condição de assentamento, cerca 15% dos integrantes moram de seis a oito anos, outros 15% das famílias adquiriram lote a um período de um a dois anos, e 50% das famílias residem entre 10 a 13 anos, ou seja, esse contingente de famílias está desde inicio com o acampamento foram estas que contribuíram com os mecanismos de

desenvolvimento, como na associação, cooperativa e a criação da padaria, que se consolidaram com os laços de confiança e trabalho em grupo.

De acordo com amostra de 55% dos entrevistados é de descendência brasileira, seguido pelos 35% de germânicos. No interior no Sul do Brasil é comum os grupos sociais levar em conta a origem étnica na interação familiar. Os dados coletados mostram na Tabela 3 que cerca de 60% das famílias são formadas por membros casados, destes 33,3% são mulheres e 40% são homens; restando 20% de solteiros, nesta situação 55,5% são mulheres e 46,6% são homens; e 15% vivendo em união estável se encontram 8,33% mulheres e 10% são homens.

Tabela 3: Estado civil dos membros do Assentamento 8 de Junho

Estado civil	Mulher	(%)	Homem	(%)	Total	(%)
Solteiro (a)	20	55,5	14	46,6	34	51,5
Casado (a)	12	33,3	12	40	24	36,3
Viúvo (a)	1	2,77	0	0,00	1	1,51
União estável	3	8,33	3	10	6	9,09
Separado	0	0,00	1	3,33	1	1,51
Total	36	100	30	100	66	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os resultados revelam que 46% dos casamentos foram consumados em comunhão de bens, e outros 46% sem justificativa desconhecem as condições que foram feitos os documentos de seu casamento, 8% dos casamentos foram realizados em separação parcial de bens.

A Tabela 4 mostra que a faixa etária predominante da pesquisa foi o sexo feminino, com aproximadamente 55% da amostra, desse resultado 30,3% se encontram entre 11 a 20 anos, seguindo por 24,4% da faixa etária entre 41 a 50 anos. Enquanto, o restante dos 45% cabe ao sexo masculino, sendo que se concentram 22,5% entre a faixa etária dos 51 a 60 anos, 19,3% em 11 a 20 anos e outros 19,3% de 21 a 30 anos.

Em contingente total o resultado que sobressaiu foi a população adolescente para jovem na faixa etária de faixa de 11 a 20 anos em torno de 27,2% da amostra pesquisada. O que se torna uma preocupação no Assentamento 8 de Junho, bem como, em outros assentamentos rurais apontados por Brumer; Anjos (2008), e indicam que o universo jovem possa vir sofrer problemas decorrentes ao tamanho do lote, com a impossibilidade de todos os membros jovens das famílias assentada projetarem sua continuidade na agricultura.

Tabela 4: Faixa etária das famílias entrevistadas do Assentamento 8 de Junho

Faixa etária	Mulher	(%)	Homem	(%)	Total	(%)
Menos de 1 ano	0	0	1	3,2	1	1,5
1 ano a 10 anos	6	18,1	3	9,6	9	13,6

11 a 20 anos	12	30,3	6	19,3	18	27,2
21 a 30 anos	5	12,1	6	19,3	11	16,6
31 a 40 anos	3	18,1	1	3,2	4	6,0
41 a 50 anos	8	24,4	5	16,1	13	19,6
51 a 60 anos	2	6,0	7	22,5	9	13,6
Acima de 60 anos	0	0	1	3,2	1	1,5
Total	36	100	30	100	66	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Ao analisar as informações da Tabela 5 se verifica que 55% das famílias possuem de três a quatro filhos, 20% das famílias não há nenhum filho e outros 20% das famílias têm dois filhos. Na coluna da tabela referente à filho dependente, em 35% das famílias ainda possui um filho dependente na propriedade, seguindo o contingente de 25% das famílias terem pelo menos dois dependentes propriedade, essa dependência pode ser econômica, ou de atendimento as necessidades básicas¹⁵, ou ainda de ambas. A diferença presente entre a coluna sobre total de filhos, e coluna de filhos dependente está relacionada aos filhos que já saíram de casa, pelos motivos mais comuns como casamento ou busca de emprego em outros lugares. Mesmo com estes casos, segundo os resultados da pesquisa no Assentamento 8 de Junho se constata a permanência dos jovens no campo.

Com relação a dependência financeira dos filhos, 67% das famílias possuem um filho, sendo que 80% das famílias possui um filho do sexo masculino e 57% tem um filho do sexo feminino. Ao mencionar a dependência por necessidades básicas se estabeleceu em 68% das famílias com um filho, se dividindo em 82% de homens e 50% de mulheres.

Esse universo de dependência financeira e de necessidades dos pais mostra que filhos do sexo masculino são mais dependentes do que filhos do sexo feminino. Primeiro a dependência das necessidades básicas se sobressaiu sobre a financeira porque filhos homens são mais dependentes da figura da mãe do que as filhas mulheres. Em segundo, filhos homens são incentivados a permanecer na propriedade pela disponibilidade mão de obra para trabalhar na lavoura, até pela possibilidade de assumir ou substituir a figura do pai nas atividades agrícolas, e dar continuidade da família no meio rural. A sucessão nesse meio ainda prevalece à tradição, sendo limitados os direitos da herança às filhas mulheres, favorecendo aos filhos homens a permanecerem na propriedade.

As mulheres tendem a migrar da propriedade rural como alternativa pela sua independência, em busca de sustentação financeira, por falta de valorização financeiro

¹⁵ A dependência dos filhos com relação as necessidades básicas fornecidas pelos pais tem relação a alimentação, moradia, escola, saúde, higiene entre outras que forem possíveis de serem atendidas pelas famílias.

da sua função laboral na propriedade, má distribuição do poder ou árduo trabalho desenvolvido no meio rural. Mesmo previsto no Código Civil tem se tornado comum no meio rural, as filhas mulheres não herdarem a terra. Em decorrência das disparidades de gênero, as mulheres possuem menos oportunidades para permanecer na propriedade rural comparado aos homens. A permanência dos filhos homens na propriedade é para cuidar dos pais na velhice. Segundo um estudo realizado por Tondo (2008), a resposta para permanência do jovem do sexo feminino no campo está nos projetos de inserção jovem no processo de desenvolvimento rural.

Tabela 5: Número de filhos e sua situação na família Assentamento 8 de Junho

Quantidade de filhos	Total de filhos		Filho dependente		Total de famílias c/ filhos dependência financeira						Total de famílias c/ dependência necessidades básicas					
	Fam.	%	Fam.	%	M	%	H	%	T	%	M	%	H	%	T	%
0 filho	4	20	4	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 filho	1	5	7	35	4	57	4	80	8	67	5	50	9	82	15	68
2 filhos	4	20	5	25	2	29	1	20	3	25	2	20	1	9	3	14
3 a 4 filhos	11	55	4	20	1	14	-	-	1	9	3	30	1	9	4	18
Total	20	100	20	100	7	100	5	100	12	100	10	100	11	100	22	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Legenda: Fam.: Família; M: Mulher; H: Homem; T: Total.

O formato de organização social e produtiva dos assentamentos rurais tem produzido alterações importantes na estrutura da família (MEDEIROS, 2008). Sendo que no Assentamento 8 de Junho tem mostrado na redução da mão de obra, e o remanejamento de membros da família em tarefas tradicionais. Outro prospecto que chama atenção é o incentivo a aumentar o nível escolar, que segundo Deere, Léon (2002), os pais esperam que os filhos alcancem o maior grau escolar possível, dessa forma abdicuem do direito à herança. E ainda as filhas mulheres com maior grau de instrução estão fazendo valer seu direito de herdar a terra da família.

Com relação a escolaridade, a Tabela 6 exibe os dados referentes ao nível escolar das famílias assentadas, em que se constata 25% das mulheres estudaram de 1ª a 4ª série de modo incompleto, seguindo por 22,2% fizeram o ensino de 1ª a 4ª série completo. No entanto, os homens 16,6% possuem de 5ª a 8ª séries incompletos e outros 16,6% estudaram até completar o ensino médio, ou seja, no assentamento os homens se mostram com alto grau escolar em relação às mulheres. Isto porque, como registrou uma entrevistada, as mulheres eram instruídas para realizar tarefas domésticas, e complementa “*antigamente mulher não precisava estudar [...] (M. 05, entrevista 2010)*. Enquanto, os mais jovens alcançaram o ensino superior, os quais têm como propósito buscar cursos que possam contribuir com o desenvolvimento do assentamento, ou seja, eles querem devolver a este espaço, o que ele já beneficiou a suas famílias.

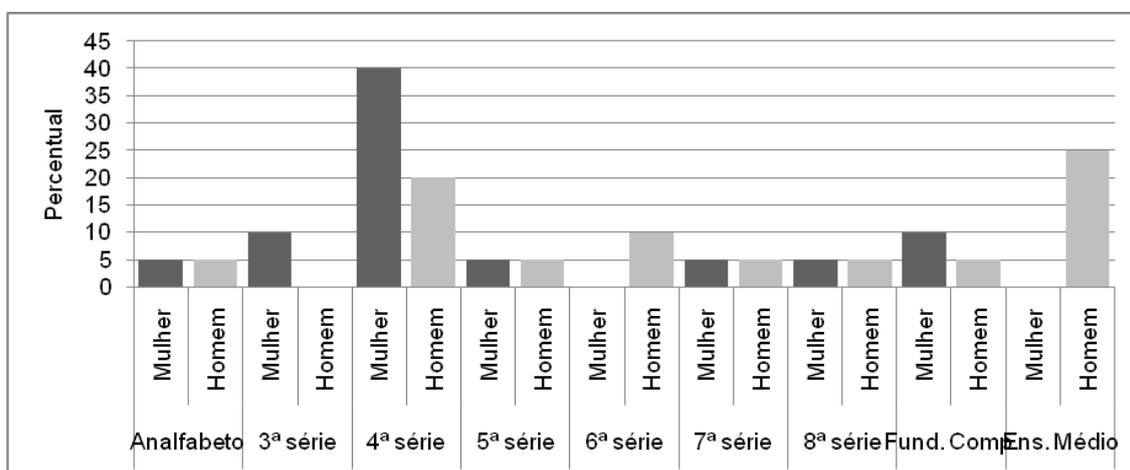
Tabela 6: Escolaridade dos membros do Assentamento 8 de Junho

Nível escolar	Mulher	(%)	Homem	(%)	Total	(%)
Analfabeto	1	2,77	1	3,3	2	3,0
1ª a 4ª série completo	8	22,2	4	13,3	12	18,1
1ª a 4ª série incompleto	9	25	2	6,6	11	16,6
5ª a 8ª série completo	1	2,77	2	6,6	3	4,5
5ª a 8ª série incompleto	6	16,6	5	16,6	11	16,6
Ensino médio completo	0	0,00	5	16,6	5	7,5
Ensino médio incompleto	7	19,4	3	10	10	15,1
Ensino superior completo	0	0,00	1	3,3	1	1,5
Ensino superior incompleto	3	8,33	4	13,3	7	10,6
Não se aplica	0	0,00	3	10	3	4,5
Ensino especial	1	2,77	0	0	1	1,5
Total	36	100	30	100	66	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Ainda fica mais evidente a baixa escolaridade entre os progenitores, em que 18,1% conseguiram completar de 1ª a 4ª séries, devido às poucas perspectivas que havia para eles e a falta de incentivo (a diferença do nível escolar entre mulheres e homens fica mais evidente no Gráfico 1). Assim se percebe por meio das informações, que os pais têm estimulado seus filhos a estudarem e buscarem níveis escolares mais elevados por três motivos. O primeiro pela facilidade encontrada na proximidade de centros escolares, ou acessibilidade representada pelo transporte escolar (como no Assentamento 8 de Junho não tem escola, os estudantes precisam se deslocar até a área urbana ou localidades próximas). O segundo incentivo está associado às melhores condições de trabalho fora da agricultura, e o terceiro motivo sugere que o estudo pode ser considerado como uma herança garantida deixada pelos pais, pela incerteza quanto ao futuro na agricultura.

Num comparativo da escolaridade apresentado no Gráfico 1 nota-se a diferença entre homens e mulheres casados, da maioria dos homens concluíram o Ensino Médio, e das mulheres estudaram até a 4ª série. A justificativa para não alterar situação se constata nas funções que elas desempenham em casa, também dificulta pelo deslocamento até a cidade.

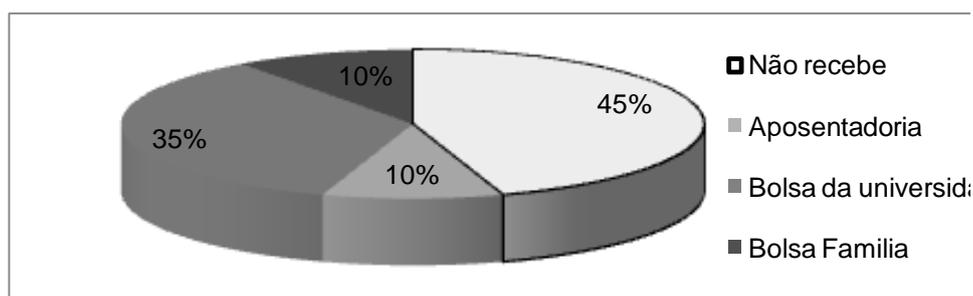


Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 1: A escolaridade dos casais no Assentamento 8 de Junho

Um dos entrevistados relatou que já houve algumas tentativas de formar uma turma de ensino para adultos no próprio assentamento, mas todas às vezes tiveram iniciantes e aos poucos foram desistindo, não tendo como manter a turma de aula. A baixa escolaridade dos pais explica a dedicação com a formação aos filhos. De acordo com o trabalho de Amorin; Staduto (2008) a escolaridade apresenta-se como o maior potencial de capital humano, que converte em gerenciamento, inovações de processos e aplicação de novas técnicas.

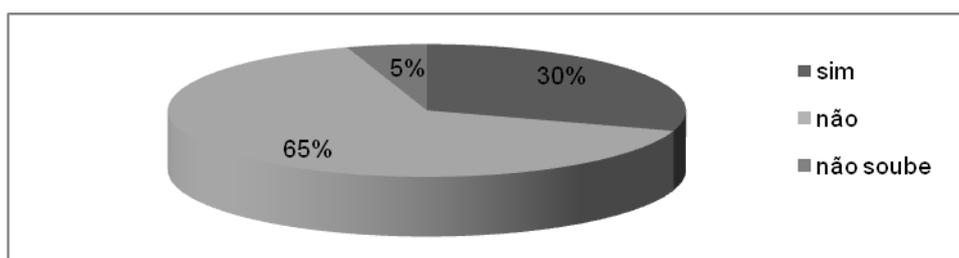
Nos questionários aplicados e ilustrados no Gráfico 2 se verificou que 45% dos informantes não são beneficiados por algum tipo de programa de governo, 35% recebem recurso proveniente de bolsa oferecida pela universidade pública, 10% aposentadoria e pensões e 10% dos informantes estão sendo contemplados com o Programa da Bolsa Família. Os não beneficiados pode ser em decorrência de irregularidade dos lotes do assentamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 2: Tipos de programas sociais oferecidos as famílias do Assentamento 8 de Junho

No Gráfico 3 se identificou que 65% das famílias optaram em não fazer financiamento agrícola, e 30% das famílias confirmaram que realizaram o financiamento agrícola no último ano (2009). Porque os recursos financiados se tornaram uma dívida que deve ser paga no futuro, sem condições de prever se terão ou não recurso para quitá-las.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 3: Financiamento ou empréstimo realizado no último ano agrícola

Com este grupo entrevistado se tornou possível delimitar universo que possui objetivo de se fortalecer sob aspectos econômicos, sociais e familiares facilitado pela participação nas atividades produtivas e reprodutivas do Assentamento 8 de Junho.

4.2 Os assentados: relação social, cultural e política

Este tópico é reservado para caracterizar as propriedades rurais do Assentamento 8 de Junho, levando em consideração a relação social, política e a cultural dos assentados. Mediante o perfil da propriedade com elementos que caracterizam as famílias, e uma breve discussão sobre a participação dos membros na comunidade. Para assim, entender a relação existente entre as estratégias sociais e organização na esfera pública, visando o empoderamento e perspectiva do seu aumento via interação entre mulheres e homens no cotidiano da propriedade.

O empoderamento do sexo feminino no assentamento contribui para reivindicações, não só na ordem econômica, bem como, social, cultural e política quando elas alcançam esses patamares, isso se reflete na independência e no desempoderamento do sexo masculino. O que consisti nas expressões ou ações, em nome da emancipação da mulher de situações específica do cotidiano, com o objetivo de se tornarem atores ativos e com capacidade fazer as suas escolhas.

As assentadas têm um olhar claro e particular sobre a rural e a urbana.

[...] eu sempre digo se um dia tiver que mora na cidade só se for castigo né, porque a qualidade de vida como a gente pobre ou menos favorecido ou se sente bem mais favorecido por estar na agricultura, na cidade a gente sabe que vai perder os valores, o sentido da liberdade (M. 11, entrevista 2010).

Dos questionários aplicados se verificou que 85% das assentadas são beneficiárias do lote, e somente 15% das entrevistadas são titulares do lote. O que garante essa condição de beneficiário ou titular é um acordo realizado com o INCRA, selado pelo título de posse que concede autorização para a família morar, cultivar e estabelecer propriedade por tempo indeterminado no lote que foi cedido, podendo a qualquer momento que for solicitado sua mudança.

Nessa condição 70% dos titulares são homens e 30% dos titulares são mulheres. De acordo, a quem é concedido à titularidade do lote, proporciona privilégios de assumir o cargo de “chefe da família”, dando-lhe a possibilidade de organizar a propriedade, qualificar seus familiares e colocar em prática a produção, contando com a colaboração dos diferentes membros. Este tipo de relações edificadas pela mobilização do movimento feminista interferiu na propriedade do assentamento, que em sua maioria cumpre uma rígida hierarquia de ocupação de funções, valores e

oportunidades da família. Também se concretizou numa das estratégias implementadas pelo modelo de desenvolvimento rural.

O documento de titulação da terra usar-se-ia como um princípio de igualdade perante a distribuição de recursos no interior da família. Deere; León (2002) explicam que essa situação obrigando constar o nome do parceiro (a) no documento, concedendo ao beneficiário a garantia de prestar assistência às crianças em caso do término do casamento; impede o titular de se desfazer do lote ou realizar empréstimos financeiros sem consentimento do beneficiário; e ainda evitar a situação de abandono em caso de morte do companheiro.

[...] há uma associação positiva entre os bens e a renda controlada pelas mulheres e o seu bem estar e o de seus filhos. A posse direta de bens produtivos pelas mulheres reduz bastante seu risco de pobreza. Para as mulheres rurais, a posse de terra é a melhor garantia de que elas serão capazes de suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares de sua família. Além disso, a posse é frequentemente um requisito para aumentar a produtividade das mulheres, [...] (DEERE; LEÓN, 2002, p.412).

Na Tabela 7 nota-se que toda a amostra pesquisada possui certidão de nascimento; 84,8% do grupo pesquisado têm Cadastro de Pessoa Física (CPF); 75,7% possuem título de eleitor; e 80,3% da amostra apresentam o documento do Registro Geral (RG) considerados documentos básicos para exercer a plenitude da cidadania.

Nesse caso, para a pesquisa se tornam relevantes os resultados sobre os documentos: Bloco de Produtor, carteira de trabalho, certidão de casamento e carteira de motorista para analisar as disparidades entre mulheres e homens. Sendo que, 42,4% dos assentados têm Bloco de Produtor, o que contribui para aposentadoria dos agricultores; 62,1% dos assentados contam com carteira de trabalho, em que poucos casos foram assinada, pois priorizam as funções na propriedade rural, assim, essa função do documento é substituída pelo Bloco de Produtor. Seguindo com 36,3% dos assentados têm a certidão de casamento, e apenas 36,3% dos informantes possui carteira de motorista.

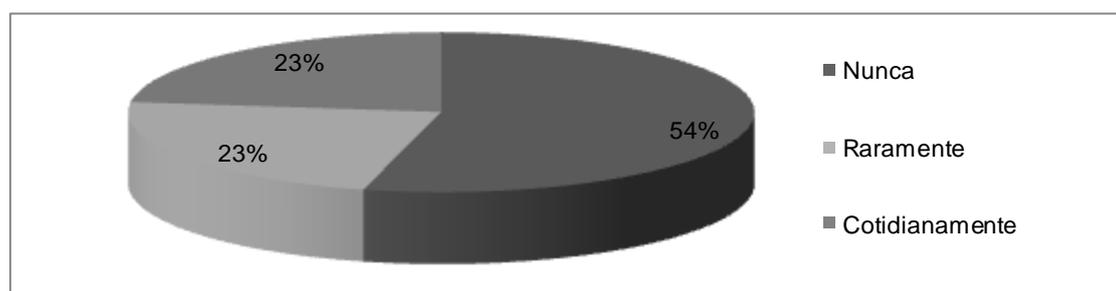
A obtenção de documentos tornou-se uma política pública, atendendo as reivindicações das mulheres. Esta política tende favorecer de várias formas o aumento de recursos e poder de “barganha” delas, como parte do seu processo de empoderamento (DEERE; LEÓN, 2002). Entre os documentos citados, por exemplo, a inclusão do nome da parceira no Bloco de Produtor gerou a garantia de aposentadoria para as mulheres, havendo avanços nas políticas voltadas para igualdade de direitos entre os sexos, bem como um avanço do empoderamento que habilita a mulher a promover mudanças e acessibilidade na esfera social.

Tabela 7: Relação de documentos das famílias do Assentamento 8 de Junho

Documentos	Mulher	(%)	Homem	(%)	Total	(%)
Certidão de nascimento	36	100	30	100	66	100
CPF	28	77,7	28	93,3	56	84,8
Certidão de casamento	12	33,3	12	40	24	36,3
Título de eleitor	26	72,2	24	80	50	75,7
RG	29	80,5	26	86,6	53	80,3
Carteira de trabalho	18	50	23	76,6	41	62,1
Bloco de produtor	15	41,6	13	43,3	28	42,4
Carteira de motorista	5	13,8	19	63,3	24	36,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Conforme o Gráfico 4 todas as famílias entrevistadas possuem carro, sendo que 13,8% das mulheres que possuem carteira costumam dirigir nas proximidades do assentamento, desse contingente 54% das mulheres nunca dirigiram, 23% dirigem raramente, e 23% dirigem continuamente. As que nunca dirigem ou dirigem raramente usam justificar à falta da carteira pela dependência do deslocamento de parceiro e filhos, ou ainda o carro fica a disposição na maior parte do tempo com eles. O veículo se mostra um indicativo de acessibilidade e independência feminina, as quais são desfavorecidas pelo mesmo estar a serviço ou a uso dos outros membros. Também se tornou um dos modos mais comuns apontados pelos entrevistados para se dirigir até o centro da comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 4: Número de mulheres que dirigem carro

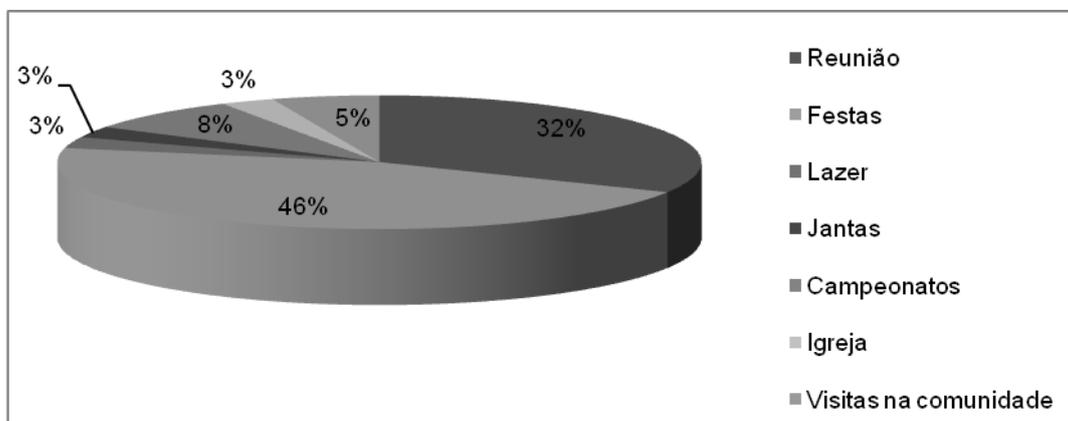
A distância enfrentada pelas famílias para chegar à vila do assentamento não interfere intensamente na participação das atividades públicas. As quais são realizadas no centro comunitário do assentamento, onde os membros contam hoje com infraestrutura de um pavilhão e ao lado um campo de futebol, bem como, são realizados as reuniões, as celebrações festivas e religiosas. Este local serve de sede para o setor administrativo da Associação Comunitária, e funciona como sede da cooperativa Coperjunho que conta com 22 associados.

No Gráfico 5 observa-se que a participação mais assídua dos membros assentados é nas festas da comunidade (46%), em segundo plano segue a participação em reuniões (32%). A maior participação comunitária ocorre em festas

porque possuem um sentido especial para os assentados, sendo sempre realizadas em datas especiais, desde a época de acampamento perdurando ainda como assentamento, e são considerados momentos de lazer e aberto a todos os assentados, um momento de interação com outras áreas do município. Enquanto, as reuniões são mais restritas a grupos e interesses no interior do assentamento, então a participação vai depender do propósito muitas vezes do membro da família, e por isso restringi o número de participantes nas reuniões.

Assim, as celebrações festivas representam um mecanismo para fortalecer o capital social, por desempenharem compromissos que necessite a união do trabalho em grupo e de reciprocidade. Segundo informações *in loco* quando há realização de festas e celebrações há necessidade da união dos assentados para organizar o evento, desde os preparativos até o momento da diversão.

Enquanto, as reuniões no assentamento distendem combinação de capital social (em menor grau conforme o resultado da pesquisa de campo) e problematização das relações de gênero. Os atores desenvolvem habilidade de desempenhar certas atividades, as quais podem fortalecer a organização e atuar em um espaço que favoreça a interlocução e negociação dos membros assentados e com os atores externos ao assentamentos, fortalecendo as redes de cooperação e desenvolvimento.



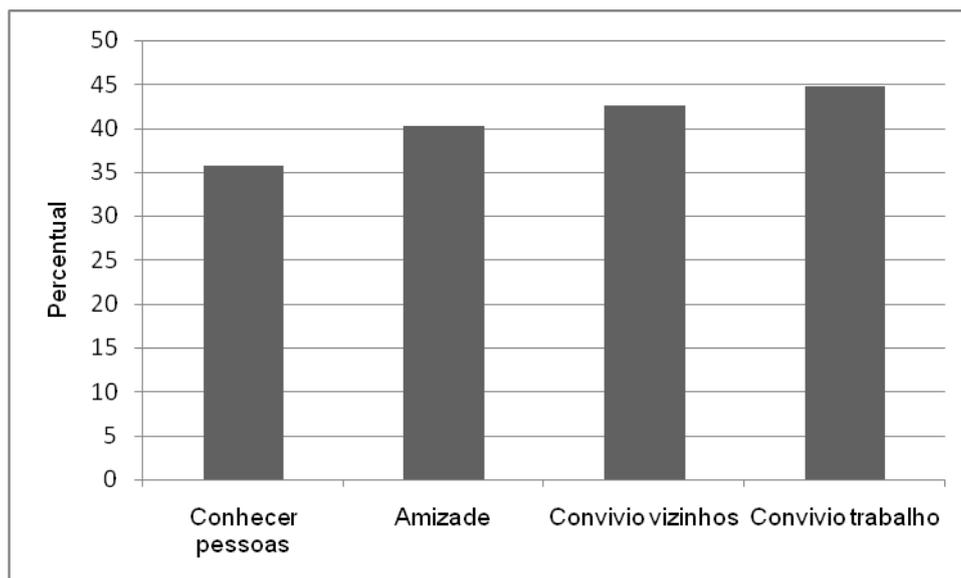
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 5: Participação das famílias em eventos sociais no Assentamento 8 de Junho

Além das festas e reuniões, as famílias costumam manter vínculos sociais com o grupo que dividem a esfera do trabalho, e se constatou também predominância dos vínculos com a vizinhança, como mostra o Gráfico 6.

A convivência das famílias no assentamento comumente ocorre no dia-a-dia, nos ambientes de trabalho e da propriedade, e assim, quando não estão trabalhando, as horas vagas são aproveitadas para visitar com os vizinhos. A aproximação dos

lotes torna mais favorável esta relação, estes fortes laços desdenhados com a vizinhança vieram desde período da ocupação da terra, e mantido pela necessidade de divisão ou empréstimo de materiais, insumos e equipamentos. Como se percebeu no assentamento, Fernandes (1999) reforça que a proximidades entre os membros assentados garante que ao mesmo tempo se elimina o distanciamento e o isolamento das famílias, como uma condição necessária para a construção do desenvolvimento rural e da resistência em permanecer na localidade rural.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

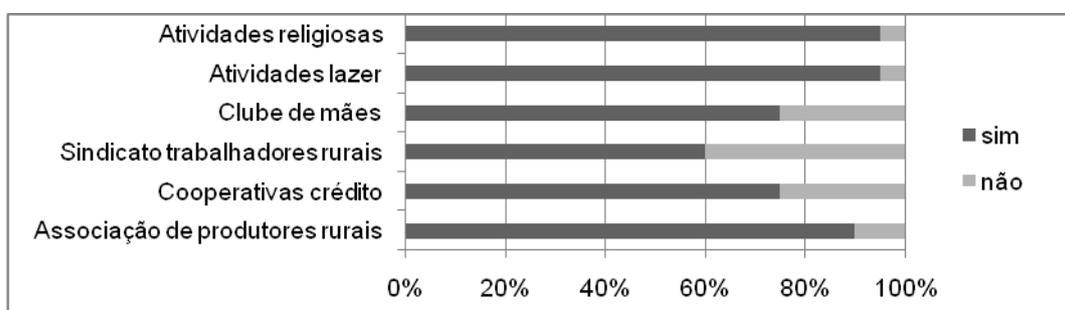
Gráfico 6: Os vínculos sociais entre os membros do Assentamento 8 de Junho

As relações sociais são fortalecidas pelo conhecimento que se estende a diversas pessoas, isso ocorre devido ao processo de acampamento, e do modo coletivo como se rege o trabalho, de resolver problemas e divisão de tarefas no assentamento, tudo isso contribuiu para os membros se tornarem conhecidos no interior da comunidade.

Dado a socialização das famílias assentadas na Comunidade 8 de Junho incidir em atividades religiosas, atividades que promovem lazer e em ambientes que se destinam a atividades coletivas, essas se vinculam ao desenvolvimento rural, ao mesmo tempo se tornam influenciadores das relações de gênero. Dentro das convenções tradicionais de divisão sexual do espaço público, as mulheres estão aumentando gradativamente sua participação por meio do trabalho na organização e função dos eventos comunitários e nas atividades não-agrícolas no meio rural, como é o caso da padaria, e ainda estão acompanhando seus maridos, filhos, pais e parentes em festividades.

Como se verifica no Gráfico 7, os resultados sobre a vida comunitária comparado ao período anterior de assentado: participação social das atividades religiosas, e, também, as atividades ligadas ao lazer em geral. Essa admirável participação em atividades religiosas e lazer ocorrem nos fins de semanas reservados para descanso, isto representou no estudo de Pires (1996) a razão dos eventos religiosos funcionarem como instrumento de comunicação e construção de uma realidade local.

No que se refere às relações de gênero no designo público as mulheres têm frequentado mais as atividades religiosas comparados aos homens, contudo nas atividades de lazer as mulheres estão se igualando ou ultrapassando aos homens.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 7: Vida comunitária da família ao período anterior ao Assentamento

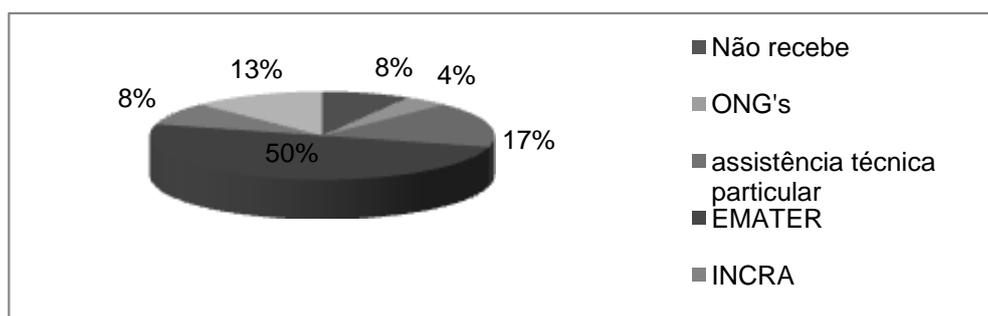
Na dinâmica social segue com atividades, assembléias e reuniões para discutir os encaminhamentos cotidianos do assentamento. Atualmente, procuram desenvolver projetos, com o intuito de buscar alternativas para que as famílias possam sobreviver de sua propriedade e no ambiente do assentamento. Com enfoque no trabalho e produção rural, sem que haja necessidade de sair da comunidade em busca de outras fontes de renda.

4.3 Participação nas atividades produtivas e reprodutivas

Quando questionados sobre auxílio de assistência técnica fornecidos por entidades, que neste caso são considerados os agentes do desenvolvimento rural na condução das atividades agrícolas, o Gráfico 8 aponta que 50% das famílias estão sendo assistidas pelo Instituto Emater, seguindo por 17% de assistência técnica particular cedida pelos profissionais do assentamento e 13% não souberam responder.

A responsabilidade da assistência técnica no assentamento, que cabe ao Instituto Emater intermediada pelo MPA lembra a extensão rural voltada a uma mobilização em torno do conhecimento prático e técnico. Com vários enfoques, entre fruticultura, apicultura, formação, agricultura familiar, horticultura e tantos outros

temas. O Instituto Emater estende as famílias uma linha especial de extensão rural que incorpora um discurso sobre a problemática de gênero, contribuindo a favor do empoderamento do sexo feminino, ao introduzir recursos e saberes tradicionais, transformando-os em alternativas de geração de renda. O plano do Instituto Emater objetiva fomentar esse tipo de atividade com a realização de dias de campo, gerando oportunidades a todas as famílias do assentamento. Assim, nota-se que o Assentamento 8 de Junho está bem assistido por assistência técnica e atendido por diversas entidades.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 8: Assistência técnica no Assentamento 8 de Junho

Dessa forma, no assentamento a renda funciona como elemento de autonomia dos membros na família, mas consequência de divergências na decisão sobre aplicação desse recurso obtido, o qual será tema central desse tópico.

4.3.1 Renda e diferenças apresentadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas

O trabalho e a renda constituído no espaço do Assentamento 8 de Junho provem de atividades agrícolas e não-agrícolas. Das informações coletadas caracterizam cerca de 80% das famílias têm recebido em torno de um a três salários mínimos, e 20% das famílias somam no final do mês uma renda entre quatro a seis salários mínimos, o qual tem garantido razoável padrão de renda para essas famílias e que fogem da miserabilidade.

Para 50% das famílias que exercem alguma atividade não-agrícola declararam que o recurso corresponde a 0 a 20% da renda total; e 40% das famílias têm rendimento de 60% a 80% obtida dessas atividades. A renda oriunda das atividades não-agrícolas não é muito expressiva para a maioria da amostra, mas contribui financeiramente para se manter no campo. Dessa forma estabelece-se que a renda para sustentar as necessidades da família e do lote advém em maior parte de atividades agrícolas, e isto segundo Lombardi et al. (2009), para os assentados as

atividades não-agrícolas representam muito mais que um meio de vida, e sim um modo de vida.

As atividades não-agrícolas no assentamento foram relevantes para as mulheres, ao se tornarem responsáveis por esta estratégia de desenvolvimento rural na comunidade. De acordo, com as entrevistadas as atividades não-agrícolas desempenham a função de gerar renda e atender as necessidades que elas julgam necessárias, com mais autonomia e menos interferência do cônjuge e companheiro. Da mesma forma, em muitas ocasiões “funcionam” como formas de se destacar na sociedade, ocupar o tempo ou, aprimorar sua qualificação profissional, por fim conseguem se manter ocupada no meio rural.

Isto pode ser considerado uma nova forma de relação de poder. Por meio de uma atividade desenvolvida durante duas ou três vezes por semana, deixando o espaço privado da propriedade para exercer funções no espaço público, isto é, abrem mão de serem vistas somente como mãe e esposas, conquistando o título de trabalhadora, da autonomia financeira e, desta forma, constroem uma identidade pública. No caso dos homens as atividades não-agrícolas significam principalmente a geração de renda, a possibilidade de permanência da família no campo e a expectativa de aprimoramento das suas funções em atividades no assentamento.

Contudo, o fato de somar atividades agrícolas com alguma atividade não-agrícola em tempo parcial, para Brumer; Anjos (2008) favorecem as perspectivas das famílias de aumentar a renda, a qualidade e quantidade nutricional dos alimentos, tendo conseqüentes melhoras na sua qualidade de vida. Além disso, se torna uma ferramenta que contribui para controlar os resultados econômicos de seu trabalho. Do mesmo modo, Schneider (2003) determina que os resultados referentes a esta fonte de renda têm função primordial no desenvolvimento rural por induzir transformações no mercado de trabalho.

Como ilustra a Tabela 8, grande parte do recurso obtido das diversas atividades não-agrícolas listadas pelos assentados são resultado de uma divisão do trabalho do sexo feminino e masculino. Num universo de 48 indivíduos economicamente ativos¹⁶, 58,3% exercem algum tipo de atividade não-agrícola, ao contrário 41,6% se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas.

Dos trabalhadores envolvidos em atividades não-agrícolas em geral, 46,4% da amostra pertencem ao sexo feminino, e 53,5% diz respeito ao sexo masculino. Dessa amostragem se torna possível identificar um maior número de homens do que

¹⁶ Economicamente ativos compreende todas as pessoas neste caso com mais de 16 anos, que constituem a força de trabalho no assentamento.

mulheres exercendo atividades não-agrícolas. Sobre o universo dos produtores que se dedicam exclusivamente atividade agrícola, 50% são mulheres e 50% são homens, possibilitando afirmar a tendência tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino no exercício de atividades agrícolas no assentamento. No caso da Comunidade 8 de Junho nota-se que os homens tendem permanecer na atividade agrícola, enquanto as mulheres tendem a aderir atividades não-agrícolas no interior do assentamento.

Desta análise permite identificar que a idade produtiva das mulheres entrevistadas se encontra na faixa etária de 40 a 49 anos. Uma facilidade encontrada por se tornarem mães muito cedo, ou no poder de voz que tem encontrado com envolvimento na organização do movimento. Como, Medeiros (2008) aborda a questão de gênero nesse caso está vinculada na redefinição da divisão do trabalho doméstico e no exercício natural do papel da mulher.

Tabela 8: O exercício das atividades agrícolas e não-agrícolas pelas famílias do Assentamento 8 de Junho (acima dos 16 anos)

Faixa etária	Atividades não-agrícolas						Atividades agrícolas					
	Número de pessoas						Número de pessoas					
	M	(%)	H	(%)	T	(%)	M	(%)	H	(%)	T	(%)
16 a 20 anos	1	7,6	6	40,0	7	25,0	6	60	1	10	7	35
20 a 29 anos	1	7,6	5	33,3	6	21,4	2	20	0	0	2	10
30 a 39 anos	3	23	1	6,66	4	14,2	0	0	1	10	1	5
40 a 49 anos	6	46	2	13,3	8	28,5	2	20	2	20	4	20
50 a 59 anos	2	15,3	1	6,66	3	10,7	0	0	5	50	5	25
60 a 65 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Acima de 65 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10	1	5
Total	13	100	15	100	28	100	10	100	10	100	20	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Legenda: M: Mulher; H: Homem; T: Total.

Durante a pesquisa se observou que 55% da amostra possuem algum dos cônjuges exercendo atividades não-agrícolas, 30% da amostra o casal exerce alguma função ligada à atividade não-agrícola, e 15% da amostra nenhum membro do casal tem vínculo com atividades não-agrícolas.

As atividades não-agrícolas funcionam como uma estratégia importante por gerar oportunidade de acordo com suas perspectivas de trabalho, e atender as famílias com menor área de terra disponível para produção agrícola. Essa busca de atividades complementares significa garantia de ocupação da força de trabalho no campo e acesso a renda aos membros da família.

Entre as atividades comunitárias geradoras de renda no Assentamento 8 de Junho destaca-se a panificadora comunitária, que conta com uma infraestrutura beneficiadora de produtos desde panificios a massas. Todo seu processo é gerido por mulheres, em que normalmente a padaria é um espaço da profissão masculina.

A panificadora decorre da expectativa, ainda na época de acampamento Rio do Leão, já havia a ideia de implementar alguma agroindústria, que se concretizou em

realidade no ano de 2005, no momento que se conquistou a estrutura de uma cozinha em anexo ao centro comunitário. Nesse início a cozinha foi adequada para uma padaria, cujo processamento era realizado por quatro mulheres, para atender as necessidades da secretária da educação com pães de cenoura, farelo e o tradicional.

Desde o projeto inicial, a prioridade da agroindústria era panifícios e doce de frutas tipo geléia¹⁷, que hoje tem destino a merenda escolar - PAA, a venda direto ao consumidor, e feira do agricultor municipal. Mesmo que na comercialização o grupo encontra problemas como baixo preço; margem baixa de lucro e dificuldades para atender a demanda devido ao transporte, e falta ajustes na infraestrutura da produção.

As atividades durante o processamento são desenvolvidas por todas as mulheres do grupo (não há divisão de função). As receitas dos produtos são de origem própria, que construiu conforme o aprendizado do processamento; de cursos do SENAR e cursos destinados a feira do município. Pois, a execução do processamento da panificação é diferente para cada produto fabricado.

Quanto à matéria-prima de origem animal têm procedência das propriedades do assentamento e das participantes as envolvidas na agroindústria, mas grande parte vem de terceiros ou comércio local. Este meio de adquirir matéria-prima local gera outro mercado, para comércio da produção dos assentados contribuindo para seu desenvolvimento rural.

O trabalho na panificadora comunitária vale ressaltar que é uma atividade desenvolvida um, dois e até três dias por semana. Neste caso, a mulher em particular envolvida nesta atividade não está isenta das tarefas domésticas, segue uma rotina de dupla ou tripla jornada de trabalho, entre cuidar da casa, trabalhar na propriedade e servir atividade no quintal. No período que fica fora da propriedade é muito difícil que outro membro da família a substitua ou assuma suas atividades, segundo as informações da entrevistada:

Minha maior dificuldade é lidar com as vacas, quando venho tem que por um no meu lugar pra tira leite. Ah pela casa não importa, na hora que você tá em casa, como eu trabalho um dia sim e um dia não, outro dia eu faço. Que nem na roça agora não vou, não tem mais condições de eu ir, olha mas eu lidava, plantava milho, o milho e feijão esse é com máquina. A mandioca, batata doce, amendoim é tudo na mão, mas agora não ta mais me sobrando tempo, eles lá que fazem meu marido e meu vizinho, que preparam a terra, plantam pra mim, que colhem, porque não dá tempo de ir né (M. 07, entrevista 2010).

Como se observou nos depoimentos das mulheres, elas não deixaram de serem essenciais para as tarefas da casa. As evidências apontam que atividades agrícolas e não-agrícolas se complementam, porque o exercício da agricultura

¹⁷ Os doces de frutas do tipo geléias, considerado um alimento preparado artesanalmente (neste caso) à base de frutas ou verduras.

permanece como prioridade nas propriedades rurais. Entre aquelas que relataram mudanças por exercerem atividades não-agrícolas, perceberam que: “[...] *Diminuiu minha participação na propriedade, por isso deixei de fazer algumas atividades, por exemplo reduziu minha ajuda no tirar leite*” (M. 1, entrevista 2010).

“*Mudou, por que antes quando ficava em casa só eu podia fazer os serviços, a partir do momento que comecei a trabalhar fora deixei de ser absoluta, e percebemos que os outros também podem contribuir [...]*” (M. 7, entrevista 2010).

“*Mudou no planejamento do trabalho*” (M. 8, entrevista 2010).

“*Posso contar mais com a participação dos outros*” (M. 10, entrevista 2010).

“*Mudou na divisão das tarefas da limpeza [...]*” (M. 17, entrevista 2010).

“*Mudou, agora todo mundo tem que ajudar a fazer e manter a casa*” (M. 15, entrevista 2010).

“*[...] muitas coisas que eu fazia sobra pra ele (marido) fazer, principalmente coisas para comer [...]*” (M. 3, entrevista 2010).

A expressão autonomia parece ser mais evidente no decorrer dos depoimentos das assentadas, comprovado pelos novos espaços ao migrarem aos poucos da esfera privada para a pública. Esse espaço oportunizou habilidades consideradas inferiores, que contribuíram para reduzir as funções apenas designadas às mulheres. Mesmo assim, o valor dado ao desempenho não-agrícola pela assentada é como atividade complementar:

Eu acho que complementar, por causa que eu trabalho duas vezes por semana, não dá mais não tem como trabalha mais de dois dias, mas acho que ajuda por causa que de bem o dinheiro do leite, tem o dinheiro dele, mas acho [...] (M. 06, entrevista 2010).

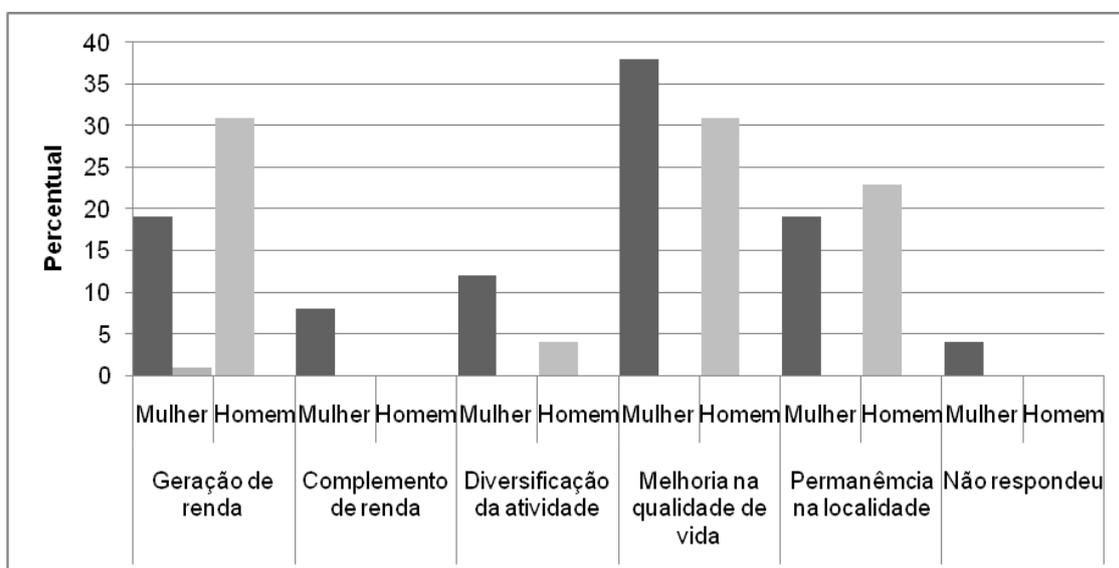
Ao mesmo tempo, a atividade não-agrícola é realizada pelas mulheres alguns dias da semana, porque sua presença é necessária para realização de atividades agrícolas pelo pequeno número de mão de obra na propriedade, e essas condições não favorecem contratar trabalhadores para exercer a função dela. Nas atividades agrícolas exercidas pelas mulheres o conjunto das famílias são as maiores beneficiadoras. Isto também foi verificado no trabalho realizado por Ellis; Biggs (2001), em que as mulheres são fundamentais no desenvolvimento rural.

Os homens que desenvolvem atividades não-agrícolas exercem profissões, como: caminhoneiro, auxiliar de serviços gerais, função administrativa e atividades ligadas ao assentamento. Sendo uma carga horária contínua durante a semana, por isso sua função voltada às principais lavouras na propriedade é repassada a mulher, a outro membro da família, ou algum empregado, ou quando a sua atividade não-

agrícola pode ser conciliada com a propriedade não impede-o que permaneça seguindo suas funções cotidianas na propriedade.

O lote pode ser visto de diferentes dimensões por mulheres e homens, o Gráfico 9 que ilustra as repostas na escala likert, observa-se que para as mulheres o lote contribuiu na melhoria da qualidade de vida, pela na geração de renda, e como atributo da permanência da família na localidade. Na visão do sexo masculino, o lote serve como meio de melhorar a qualidade de vida, como elemento de geração de renda, e vínculo para permanência da família na localidade.

Diante desses resultados se entende que a ocupação da área da fazenda e a sua divisão em lotes contribui formação desta comunidade e o seu desenvolvimento, bem como possibilitou a superação de pobreza, motivando da auto estima das assentadas e assentados. Mediante a prioridade dada à qualidade de vida por englobar aspectos pessoais, saúde, meio ambiente, satisfação com a propriedade, as atividades que estão desenvolvendo do assentamento. Para ambos os sexos pode ser que não se tenha recursos financeiros, mas ter qualidade de vida, ter condições de trabalhar para gerar renda, um local para morar e produzir significa aspectos fundamentais à qualidade de vida das famílias. A construção de novos locais, a visão de vida nova, junto aos vizinhos e parentes ameniza as perdas que tiveram no período anterior ao assentamento.



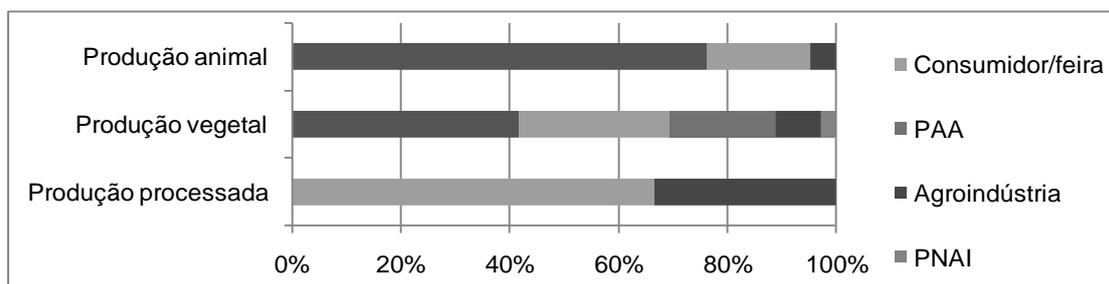
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 9: A função que exerce o lote na vida das assentadas e dos assentados

Como o lote representou na pesquisa a maior conquista para a família, todos se unem nas atividades agrícolas para continuar a viver no espaço rural. Das atividades agrícolas desenvolvidas no lote, o Gráfico 10 relaciona-as como: a produção animal se distingue entre leite *in natura*, queijo, ovos e carne de frango,

tendo seu destino final para auto consumo, comercializada na feira da comunidade ou direto ao consumidor. A produção vegetal está ligada a hortaliças, vegetais, frutas e feijão, em a maior parte é destinada a consumo próprio das famílias ofertam esta produção para feira, consumidor direto, segue para o PAA e a padaria da comunidade.

Os produtos processados são pouco comercializados em razão da pequena escala, sendo assim, as famílias destinam a queijo, manteiga, açúcar mascavo, melado ao auto consumo, e vendem para a panificadora comunitária do assentamento. Desse modo, a comercialização da produção agrícola do assentamento tem sido destinada a comercialização da feira ou diretamente ao consumidor.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 10: Tipo de atividade e produção agrícola do Assentamento 8 de Junho

Como as propriedades do Assentamento 8 de Junho regem no sistema individual, o trabalho produtivo é heterogêneo entre as famílias. Os quais se caracterizam sob três aspectos: os meios de exploração da terra se diferem entre o trabalho familiar, trabalho coletivo em áreas comuns com parentes, ou arrendamento do lote. Seguindo as variações no sistema produtivo: com adesão tecnologias, ou com alternativas rústicas de produção. E as famílias que se distinguem quanto ao desenvolvimento somente de atividades agrícolas e aqueles que dividem o empenho laboral em atividades agrícolas e não-agrícolas.

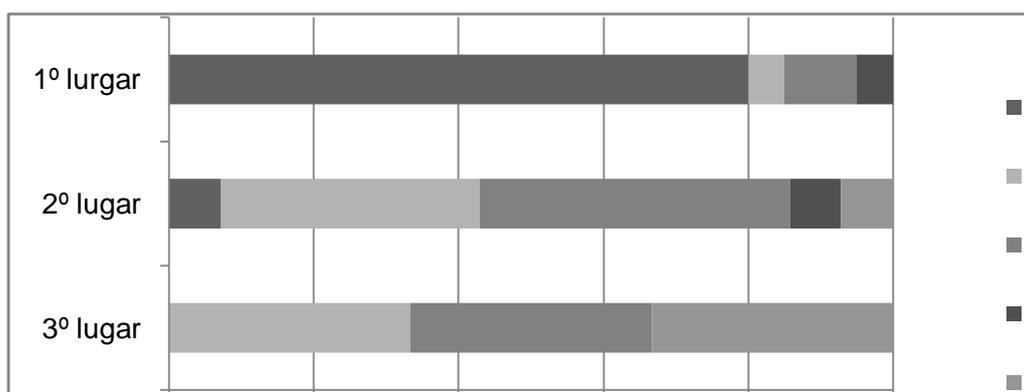
A modernização no campo não alterou somente as relações entre os grupos de produtores, houve mudanças na dinâmica das famílias agricultoras (relações de gênero). Para cada sistema de produção havia um papel relativamente definido para cada membro da família. Por exemplo, no caso do leite se percebe uma inversão de função entre mulheres e homens, em que uma atividade primariamente do sexo feminino tem sido assumida pelo sexo masculino no assentamento. Enquanto, as atividades diversas que engloba as culturas do fumo, milho, feijão ou plantio temporário de grandes culturas se enquadram nas monoculturas consideradas dedicação exclusiva para os homens, com ajuda esporádica das mulheres.

No Assentamento 8 de Junho, 60% do universo entrevistados possuem atividades agrícolas diversificadas, e o restante dos 40% das famílias se dedicam

apenas a atividade do leite. Quando os entrevistados classificaram estas atividades por prioridade econômica, no Gráfico 11 as famílias elegem em primeiro lugar a produção leiteira. Em segundo lugar se classifica a atividades da horticultura, na terceira classificação houve empate entre atividades ligadas a comercialização de aves e ovos e a atividade da horticultura.

Ao se referir ainda ao Gráfico 11, as diferenças da produção vegetal e animal se apresentam desde em meios de produzir até escoar a produção. No caso da produção vegetal é pequena, e sua comercialização se destina aos mercados locais ou regionais. Porém, a produção animal, neste caso especificamente se tratando do leite *in natura* se torna um produto economicamente viável, por ser destinado a vários laticínios, porque a transformação da matéria-prima na propriedade não compensa por ser realizada de modo esporádico.

Neste contexto, as desvantagens para a produção vegetal ainda se enquadram na dependência dos fatores climáticos, mercado e consumo. Ao contrário, a produção do leite qualquer que for a escala, constitui sazonalidade, ou seja, uma atividade com destino certo da produção e renda mensal.



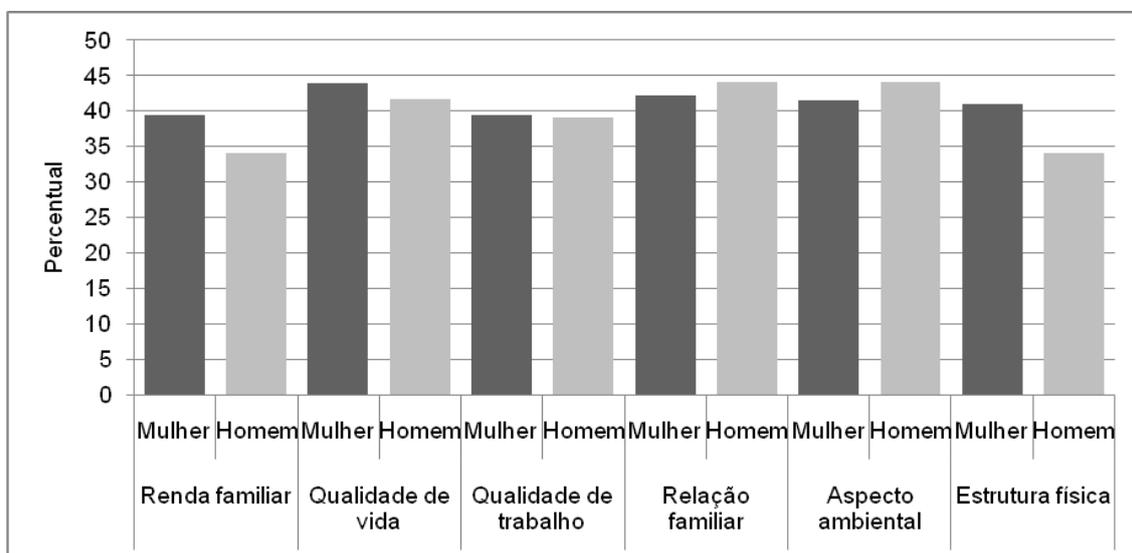
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 11: Atividades agrícolas por ordem de importância econômica

Na caracterização das atividades produtivas e reprodutivas, as funções entre mulheres e homens sustentam atividades complementares. Os homens possuem obrigações ligadas às atividades produtivas das lavouras principais, ou estão empregados em empresas locais, e lidam com lavouras temporárias, que garantem outras fontes de renda para família conciliando com a atividade do leite. As mulheres ajudam ou são responsáveis pelo cultivo dos produtos temporários, no entanto, sua principal responsabilidade pela reprodução social da família fazendo referência na instância doméstica - nos afazeres domésticos e com cuidados com filhos, em suma, a mulher se coloca no papel muito mais parceira.

4.4 Família, propriedade rural, divisão sexual de trabalho

A análise representada em escala Likert se realizou um comparativo da condição de vida atual em relação a condição de vida anterior ao assentamento. Diante disso, o Gráfico 12 revela que para as mulheres ocorreram melhoras expressivas na qualidade de vida, seguidas pela relação familiar. Na percepção do homem ocorreram grandes avanços na qualidade de vida, no aspecto ambiental e na relação familiar. Cabe dar relevância a percepção de ambos os sexos ao aspecto da relação familiar se deve a situação insegurança do período anterior ao assentamento de todas as ordens, conseqüentemente afetando o convívio familiar. O aspecto renda foi o que apresentou menor percepção de melhora, visto que esta dimensão pode ser ajustada conforme o desenvolvimento humano e social das famílias.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

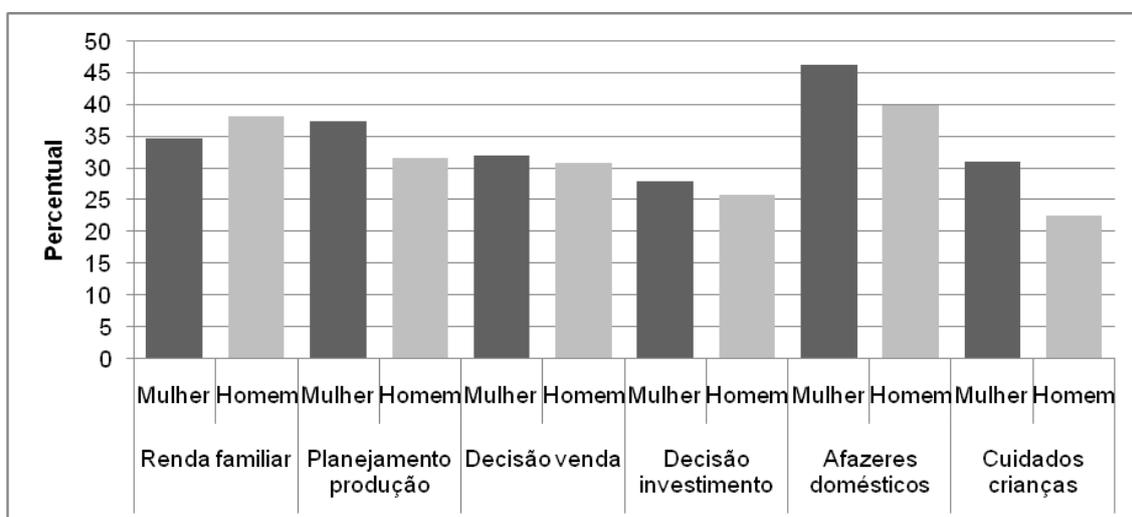
Gráfico 12: Situação da propriedade agrícola em relação ao período anterior ao Assentamento 8 de Junho – na visão da mulher e do homem

Por isso, a questão da estrutura da propriedade não se torna relevante para os assentados, devido à falta de condições para investir numa estrutura física adequada (casa, paiol, estrebaria, galinheiro, chiqueiro, entre outros), bem como, não tem interferido na qualidade de vida e na relação familiar.

Pela condição que as famílias enfrentaram antes de morar no assentamento. Diante de informações relacionadas ao período de acampamento não havia preocupação com cuidados com a casa, era impossível desempenhar algumas funções domésticas. A partir da conquista do lote, esse tipo de atividade se volta para a mulher, porque os homens têm obrigação de assumir as responsabilidades com relação à manutenção e produção da lavoura, ou atender as necessidades básicas da família.

Seguindo o modelo da escala Likert, os dados em relação às mulheres do Gráfico 13 destacam a responsabilidade sob as atividades restritas ao ambiente da casa, como caso de lavar e cuidados com roupas, limpeza; e com pouco menos incidência obteve-se a contribuição no planejamento da lavoura. Isto não quer dizer que a mulher passou assumir o exercício da produção, mas com o envolvimento do parceiro em outras atividades, cabe a ela planejar a produção da propriedade. Nas decisões sobre investimentos na propriedade e na venda dos produtos, ou seja, que envolvem a questão financeira ainda é ínfimo a contribuição da mulher.

A análise do Gráfico 13 sobre a visão dos homens com relação à participação da mulher na propriedade comparada ao período anterior ao assentamento se mostrou proeminente na dedicação aos afazeres domésticos, seguido pela contribuição da renda. Com menor frequência apareceu à tomada de decisão sobre investimentos, e atitudes em relação às crianças. As informações revelam que em razão da necessidade de um dos membros optarem por exercer atividade extra-propriedade tem delineado alterações de função na propriedade agrícola. O que cabia ao homem passa ser da mulher e vice-versa, como é caso das mulheres que na ausência do seu cônjuge assume a função de organizar a propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 13: Participação da mulher nas decisões sobre a propriedade em relação ao período anterior ao Assentamento - na visão da mulher e do homem

Foi por estas informações que se tornou possível identificar um dos meios de empoderamento das mulheres e desempoderamento dos homens nas propriedades do Assentamento 8 de Junho. Ou seja, se verificou que o empoderamento está alocado na esfera reprodutiva, por ser constituído culturalmente um local de poder e tomada de decisões do sexo feminino, mesmo consideradas por alguns autores como atividades secundárias. Na prática produtiva diária houve uma divisão em relação o

poder de tomada de decisão, em que mulheres se sobressaem nesta mudança sofrida pelo campo, podendo ser mais ativas, isto é, ocorrendo o desempoderamento do sexo masculino.

Porém, prevalece o poder do homem na tomada de decisão na questão financeira, mesmo que as mulheres sejam parceiras no trabalho, ao precisarem desse recurso necessitam pedir autorização para o parceiro. Por fim, Deere, León (2002) enfatizam que o empoderamento da mulher implica em alterações das suas experiências, bem como, determinantes de seus companheiros e familiares.

Nessa dinâmica plurativa que rege a divisão sexual de funções e trabalho no lote do Assentamento 8 de Junho se assemelha com o estudo realizado por Gasson; Winter (1992) que demonstraram o poder das mulheres aumentarem quando elas detém renda (que acontece fora deste espaço), independente das atividades desenvolvidas no âmbito da propriedade rural. Sendo, o resultado do crescimento da participação das mulheres em atividades não-agrícolas se constatou o aumento da influência nas decisões familiares. Por fim, as autoras concluíram que não só as atividades não-agrícolas afetam os papéis de gênero, mas a sua função perante comunidade. Na opinião de uma assentada que reporta esse fenômeno no assentamento:

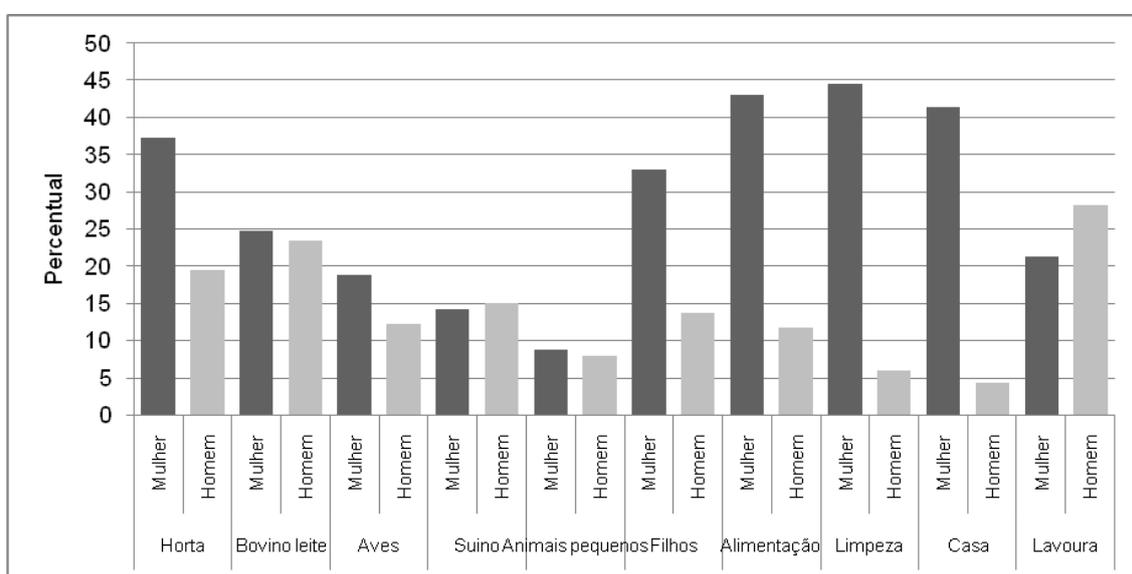
Eu acho que não até porque aqui no assentamento a participação das mulheres é até bem significativa tanto de homem como de mulher porque as mulheres também estão a frente da comunidade, nas tomadas decisões, também então tem algumas decisões pra toma não tem diferença tanto homem com mulher [...] (M.17, entrevista 2010).

Esta situação como explica De Grandi (1999) ocorre dada a ênfase ao papel de mãe e esposa, cujas funções são realizadas no sentido de zelar pelo bem estar da família, reconhecidas como atividades naturais e sem obrigação de retorno financeiro. Já para as mulheres é diferente a questão administrativa da propriedade, um tanto comum disputarem poder comparado ao seu parceiro, além dos meios de reconhecimento como produtora, agricultora independente do tipo de atividade desenvolvida no quintal da propriedade.

A realidade no Assentamento 8 de Junho dentre os espaços que divide o lote, a mulher se envolve com a casa/quintal, e homem é visto principalmente no roçado. Mais especificamente, às mulheres cabe a responsabilidade de atividades ligada a casa e suas extensões, o terreiro, a horta e a criação de pequenos animais. Ao homem se destina o roçado, mesmo que exija o esforço da família para plantio, cultivo e colheita ainda esse espaço é considerado do sexo masculino.

A participação nas tomadas de decisão é um principio rumo ao empoderamento do sexo feminino, porém está intimamente ligado aos processos que

tornam os atores aptos a tomarem decisões. Ao começar a análise explorando as atividades diárias direcionadas a propriedade do assentado, conforme o Gráfico 14 mostra significativa a limpeza da casa, seguindo com a responsabilidade da alimentação, uma condição necessária para manter em ordem a casa e as necessidades básicas da família. Em relação ao trabalho diário dos assentados na propriedade, encontra-os com maior frequência no roçado, havendo pouca ou nenhuma participação deles em afazeres ligados a cuidados com casa ou o quintal. Sendo situações que deixam evidente a ausência do exercício de cooperação no cotidiano familiar, que ao contrário, poderia contribuir e garantir, por exemplo, uma refeição satisfatória, reunir recursos e fluir melhor o trabalho na propriedade agrícola.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 14: Atividades no trabalho diário da propriedade em relação ao período anterior ao Assentamento 8 de Junho – Mulheres e homens

Portanto, pela ligação próxima das atividades na propriedade rural com a atividade não-agrícola, esta última tende representar extensão do que se realizam nas atividades domésticas. Por isso, muitas das entrevistadas não souberam distinguir a diferença entre uma função principal ou complementar. Com o relato percebe-se que as famílias estão tentando compatibilizar suas funções, o trabalho não-agrícolo junto ao trabalho da roça:

Nós dividimo as tarefas, a partir que todo mundo faz, todo mundo colabora em casa também, mudou bastante isso também, a divisão das atividades [...] eu sempre digo onde está escrito, quem inventou isso? foi o homem que inventou, não foi a mulher, a partir de ai que as mulher saem trabalha isso muda, muda bastante, tem algumas que sofrem ainda tem que se virar em dobro né (M. 11, entrevista 2010).

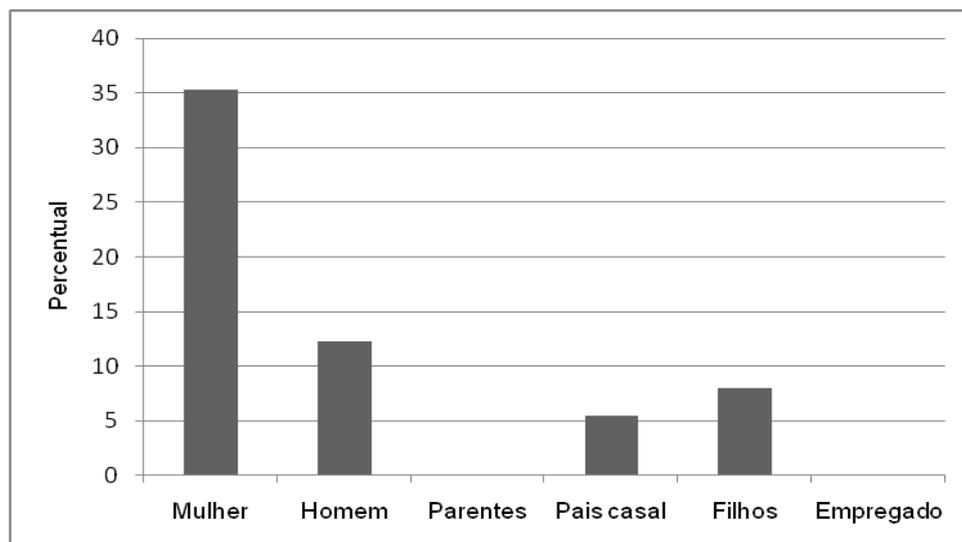
Cabral (2003) identifica o trabalho rural não apenas como atividade do sexo masculino. Só que, muitas funções desempenhadas pela mulher não recebem devido

reconhecimento familiar ou da comunidade, isto não significa que essas diferenças tornem a mulher inferior ao homem.

Ao tratar sobre desafios enfrentados para trabalhar, conciliar ou realizar suas atividades fora da propriedade a entrevistada identifica que existem problemas relativos à ausência e falta de ajuda em tarefas em casa, deste modo:

É bastante complicado porque eles não aceitam que eu trabalhe fora, daí meu marido é daqueles bem do tipo antigamente que não aceita, ainda assim também não desconcorda muito. Sabe que eu bato pé, e eu vou mesmo. Mas o serviço eu faço que nem os dias que venho trabalha deixo serviço meio encaminhado o resto eles fazem o almoço, só que sempre tem o dedo da mulher [...] ó hoje faz isso [...] faz aquilo [...] tem que fazer aquilo outro lá [...] (M. 10, entrevista 2010).

Isto é uma variável, também representada no Gráfico 15, que demonstra com maior proeminência as mulheres responsáveis em cumprir os afazeres do lar, a ausência de ajuda ou auxiliares, tendo que se desdobrar na dupla jornada de trabalho, havendo pouca colaboração dos parceiros, ou em alguns casos podendo contar com ajuda dos filhos nos afazeres domésticos. Em suma, não há presença de empregados que executem tarefas domésticas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 15: Participação da família nas tarefas domésticas

A responsabilidade da mulher sobre o espaço doméstico constitui em um serviço realizado sozinha. Neste espaço privado simbolizado por certo empoderamento da mulher, ela encontra autonomia e poder, pois fica encarregada de decidir a preparação dos alimentos, educação dos filhos e investimentos a esse ambiente (GASSON; WINTER, 1992). O mesmo relata Brumer (2004), no espaço da casa que a mulher encontra certa autonomia, poder e a possibilidade de gerir o uso de recursos.

Neste caso é considerado empoderamento das mulheres, porque foi uma conquista a partir das atividades do lar, ou ainda do saber fazer delas se estendeu a participação em atividades públicas. Um contingente que proporciona adquirir poder sobre um pequeno espaço da propriedade rural, mas mesmo assim o desejo do sexo feminino é obter poder sobre outros setores na família e na produção, isto ocorre com a redução do poder do homem, isto é, o desempoderamento do sexo masculino.

Mediante informações *in loco* fica evidente que a maior parte do tempo da mulher é gasto com atividades domésticas, e divididas com atividades agrícolas. A maioria de mulheres que exerce alguma função na atividade não-agrícola exigiu que houvesse organização do tempo para realizá-la e conciliar com trabalho na propriedade rural, adaptando sua vida a essa dupla ou tripla jornada diária.

Do mesmo modo, Boni (2005) diz que ao analisar o tempo dedicado a jornada doméstica se torna um fator de interferência na decisão da mulher exercer atividades não-agrícolas, pois cabe a elas compatibilizar as necessidades básicas da família com atividades geradoras da autonomia e reconhecimento pessoal. A mercê para as mulheres a tarefa do lar se torna um obstáculo adaptar seu tempo com atividade remunerada, com o trabalho da propriedade, atender as necessidades dos filhos e ainda ter tempo dedicado ao seu descanso. Decorrente disso, um número pequeno de mulheres do assentamento se propõem à trabalhar na atividade da comunidade.

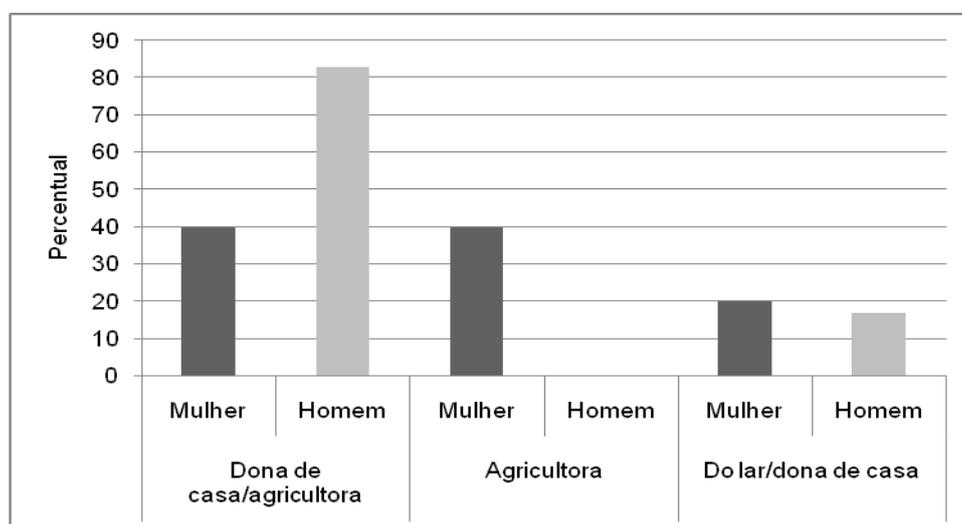
As transformações e demandas pessoais pela nova ótica da divisão do trabalho sob as práticas produtivas exclusivas das mulheres assumem contornos próprios. Por isso, a organização do trabalho na unidade doméstica, que sempre destinado a um único membro se submete a generalização a toda família. Quando perguntada sobre em funções que foi substituída ou auxiliada em casa 45% das mulheres não teve essa contribuição, aquelas que responderam foram auxiliadas nas atividades de realizar almoço, e substituídas nos afazeres simples da casa, como organização e fazer compras. Essa assentada conseguiu administrar bem essa situação diante de sua família:

Foi bem legal, porque eles assumiram bem, que eu falei assim tenho ajudado no trabalho na comunidade, é todo dia né, daí cheguei em casa tá ai a proposta eu assumo ou não assumo, pra mim assumir junto comigo, ai beleza, daí meu marido assumiu, meu pia também (M. 08, entrevista 2010).

Este sentimento não é comum, devido à manutenção do pensamento patriarcal, tal como o homem representando o papel de provedor da família, e a mulher responsabilidade das tarefas domésticas, mesmo não sendo considerado trabalho, mas obrigação de mãe e de esposa. No ambiente do lar, a reivindicação está condicionada a divisão ou contribuição dos outros membros nos afazeres domésticos,

dessa forma com ausência em alguns momentos das assentadas exigem modificações na dinâmica da propriedade.

Na pesquisa se constatou diferentes olhares entre o sexo feminino e masculino acerca da principal função exercida pelas mulheres na propriedade rural. Para as mulheres seguindo a escala likert do Gráfico 16 se desenvolve a função de agricultora. Aquelas que se consideraram agricultoras são mulheres com conhecimento, formação ou estão a par da mobilização do movimento para o reconhecimento pela igualdade dos sexos e contribuição produtiva, mas aquelas que se reconheceram na função do lar por ser a principal exercício e sua identificação com o ambiente. No olhar do sexo masculino se identifica uma realidade diferenciada, em que na sua visão as mulheres desempenham a função do lar e agricultora a julgar pela parceria que ambos produzem na propriedade.



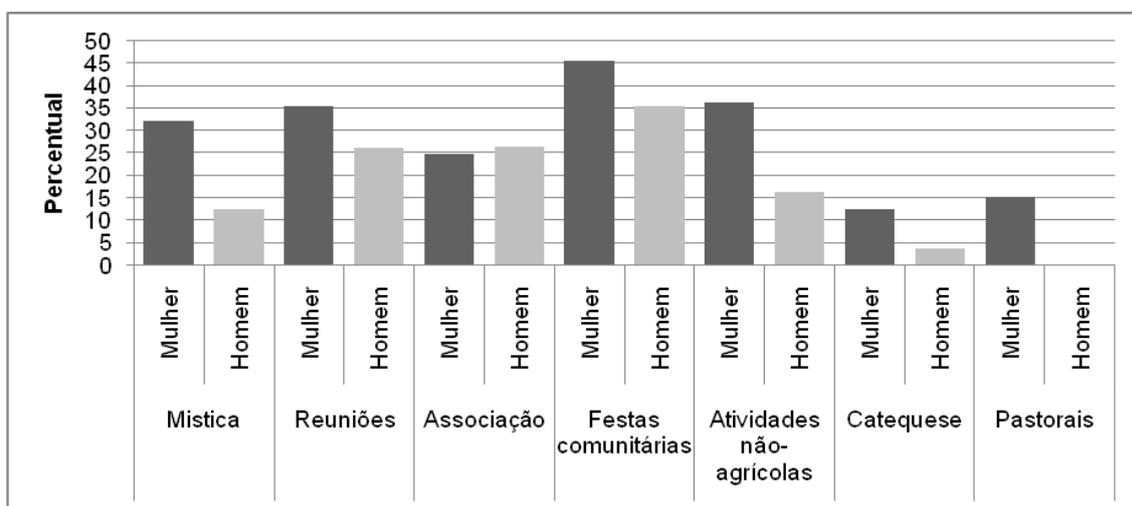
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 16: Função da mulher na propriedade - visão da mulher e do homem

Este resultado comum entre mulheres e homens vem de encontro com a discussão sobre a visibilidade do sexo feminino no campo, do trabalho das políticas públicas e até mesmo para a conquista de serviços. A necessidade da mulher se tornar visível e se empoderar como agricultora, deixando a profissão do lar e passando a se considerar agricultora.

As mulheres assentadas aparecem como atores principais de uma luta travada no seu cotidiano, delineado na conquista do empoderamento em relação ao seu cônjuge e familiares. Para assim, tentar desmistificar a figura apenas de mãe, esposa e do lar dedicada à rotina diária das tarefas domésticas e atividades da propriedade. Por meio das informações ilustradas no Gráfico 17 na escala Likert, as atividades públicas realizadas no Assentamento 8 de Junho que abrange todos assentados, possuem influente participação das mulheres nas festas da comunidade; seguindo

com a participação das atividades não-agrícolas que despertou valorização pessoal, a possibilidade de se tornar útil e fazer a diferença na comunidade, dividindo o espaço de reunião. Ao comparar essas informações com as representações dos homens aparecem com maior ênfase em festas; dividindo a participação frequente entre a associação e participação de reuniões.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 17: Participação mulher e homem no âmbito público do assentamento

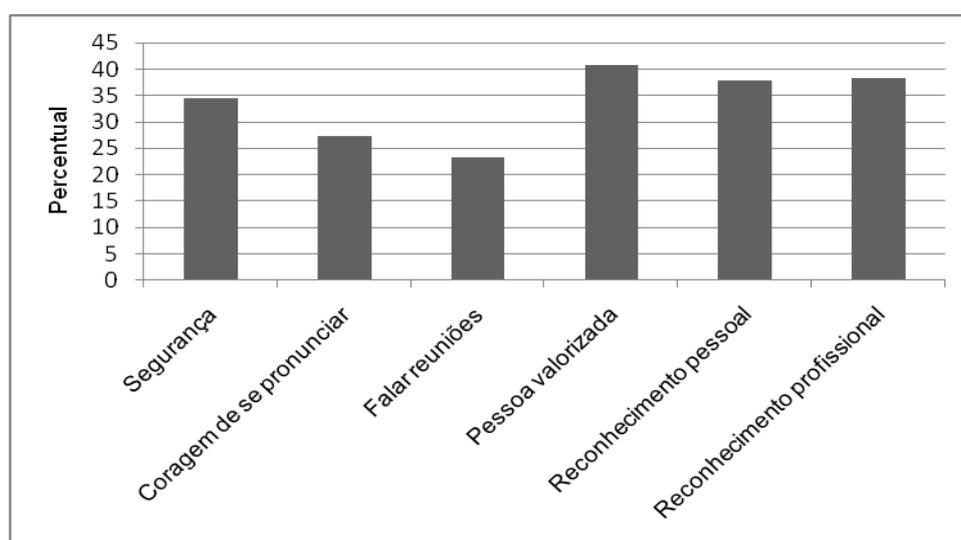
Para Brumer; Anjos (2008) o sinal de autonomia significa em encaminhamento social, como mostra a entrevista a seguir:

O pessoal que me conheceu antes de vir pro acampamento que a gente participava do sindicato, igreja, daí tinha as irmãs, os padres mesmo que me incentivavam na época, mas mudou pra melhor, que antes eu quase não conversava quase tudo tinha que olhar pro marido ou pra alguém pra responde com sentido, depois que viemos acampar então no movimento, imagina quem saia pros encontros era eu (M. 11, entrevista 2010).

O relato representa, segundo Carneiro (1994) um meio de inclusão social da mulher, por meio de sua inserção nas instâncias públicas do assentamento. Na nova condição do espaço rural, essa divisão de espaço ganha peso na condição de alterar os valores sociais no campo, bem como, influenciar no processo de organização e alocação do trabalho exercido no interior da unidade doméstica, por redefinir os papéis desempenhados pelos membros da família, e ainda, mais contribuir na construção do espaço produtivo para mulheres.

Conforme a classificação na escala Likert do Gráfico 18 se observa que a participação feminina no espaço público proporcionou com maior intensidade a valorização pessoal, isto é consequência do empoderamento da mulher. Seguido a escala, de maneira intensa a participação pública resultou no reconhecimento pessoal, e de maneira menos expressiva se apresentou a permanência das dificuldades para falar em reuniões.

A mulher ao desempenhar sua condição pública delibera sua capacidade de analisar, organizar e se mobilizar a favor da mudança social (OLIVEIRA, 2006). Neste constante empenho coletivo se torna possível encontrar capital social no assentamento na visão de Abramovay (2002), em outras palavras visa estabelecer relações entre assentadas e assentados, cujos interesses comuns, às vezes são imediatamente visíveis e possíveis de serem organizados num regime de normas, valores e restrições constituindo em recursos que atenda a um ou mais atores. Sendo assim, o aproveitamento dessa organização proporciona ampliar as oportunidades de escolha no espaço rural, alargando a margem de meios de geração de renda.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

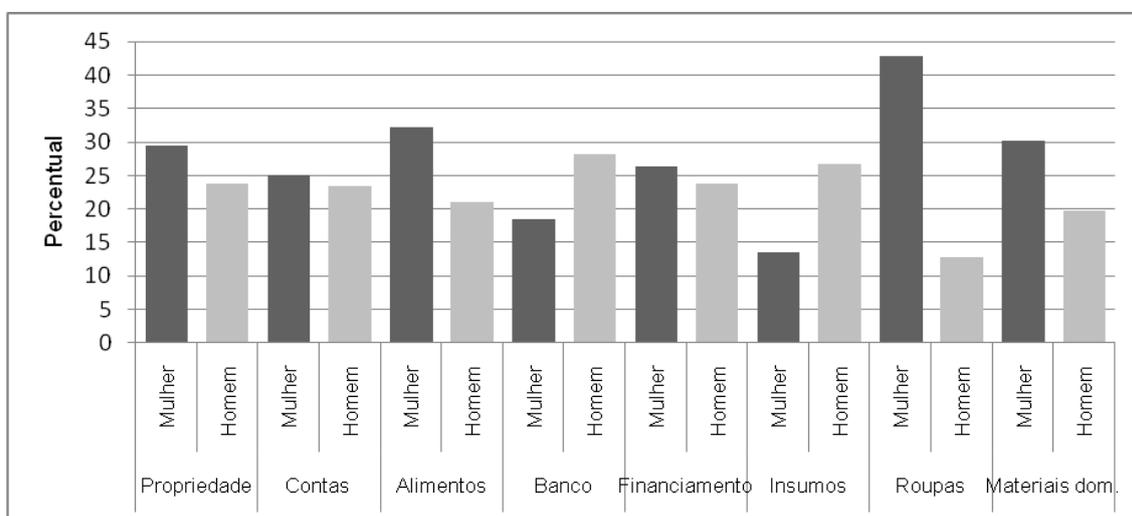
Gráfico 18: Oportunidades em atividades públicas do Assentamento 8 de Junho

O envolvimento público fora do assentamento favorece todos assentados desenvolverem capacidade de se deslocar, participar dos mercados e estabelecer relações sociais, a fim de enriquecer sua existência (ABRAMOVAY, 2002). Entre as atividades realizadas como: consultas médicas, comércio em geral, instituições públicas e financeiras, a pesquisa aponta que essas atividades públicas se restringem com maior intensidade para as mulheres a responsabilidade de comprar roupas para os membros da família indicadas no Gráfico 19, mesmo fora da esfera do lar permanecem realizando atividades voltadas aos seus dependentes. Porém encontra-se reduzida a presença de mulheres em compras de equipamentos e insumos para a propriedade, deixando isso a cargo dos parceiros.

O mesmo gráfico mostra que aos homens cabe a maior responsabilidade com serviços bancários, e representando a parcela de menor frequência incumbidos de comprar roupas para a família, ficando na dependência da parceira. Contudo, não se revela uma inversão de papeis, além dos resultados apontarem quem realiza a compra

de roupa é a mulher, mas o poder de decisão sobre quando isso vai acontecer, onde vai ser ou quantidade fique a cargo dos homens. Neste caso se observou no Assentamento 8 de Junho a realidade edificada por Oliveira (2006), nos casos de agricultoras, os momentos e necessidades do sexo feminino que envolvem dinheiro ou saída do estabelecimento agrícola, não lhes pertence ou é controlado esse direito, devido à tradicional organização patriarcal, que minimiza a liberdade cotidiana das mulheres.

No mesmo contexto, Magalhães (2009) dimensiona a relação aos serviços bancários se torna a divergente à conduta da mulher e do homem, porque o contato com referido serviço ou instituições financeiras é realizado pelo casal, mas a relação direta com o banco se resolve pelos homens.

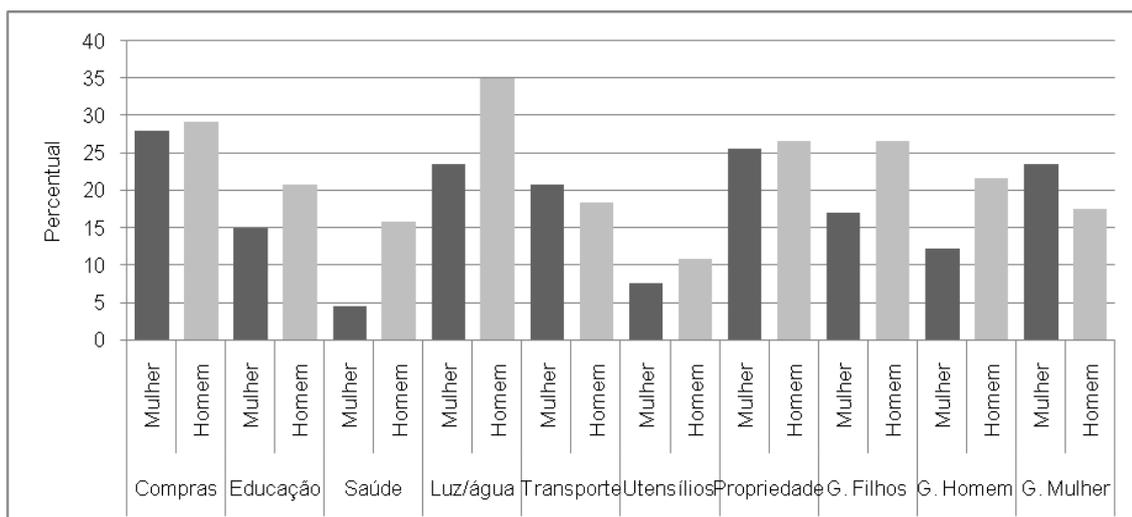


Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 19: Atividades públicas externas ao Assentamento 8 de Junho - em relação ao período anterior

Como aponta a escala Likert do Gráfico 20, a aplicação dos recursos financeiros proveniente da propriedade agrícola para assentadas costuma em primeiro lugar ser destinada a pagar contas de água e luz, em segundo lugar são aproveitados em compras para casa. Na visão dos assentados os investimentos da renda proveniente da unidade agrícola são aplicados em primeira instância nas compras para a casa, e em segunda instância investem na propriedade rural.

Os recursos financeiros provenientes das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade tendem a retornar com maior intensidade em diferentes ângulos, conforme as assentadas e assentados. Em suma pode ser vistos nas informações do Gráfico 20 se torna comum acordo que as despesas da propriedade sejam pagas com o dinheiro das atividades agrícolas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 20: Despesas com recurso financeiro proveniente da propriedade – visão da mulher e do homem

Portanto, a renda em geral, segue a regra de atender primeiro as necessidades básicas da família, e seguindo destino as necessidades de manutenção do imóvel e investimentos produtivos, ou seja, os lucros devem ser divididos com todos os membros da família.

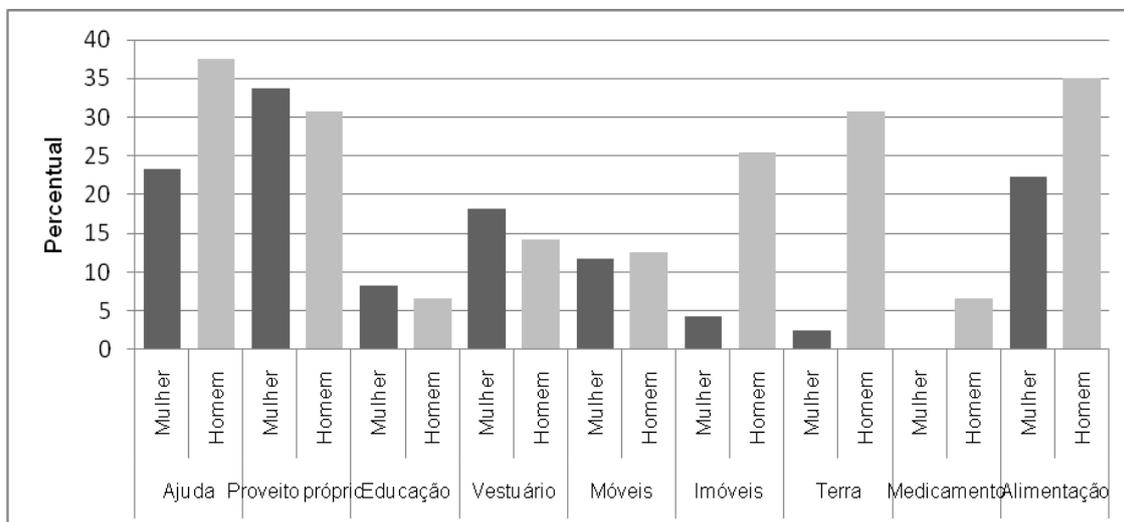
[...] é que o leite lá em casa sou que tiro, mas o dinheiro vai pro bolso de quem? Do bolso do marido, ta certo que ele paga as contas, não deixa de pagar e volta pra casa. Mais pra mim não volta nada, eu tenho que pedi se quero dinheirinho (M.10, entrevista 2010).

A partir do momento que a mulher possui renda própria decorrente a oferta de sua mão de obra percebe sua importância no ambiente do lar, com a possibilidade de contribuir com orçamento da família. O investimento na ordem econômica, sua tomada de decisões sobre o destino da renda se detém comumente as pequenas despesas pessoais para filhos e para si.

A tendência da mulher é aproveitar o máximo seus recursos, suas energias e seu tempo para contribuir com o crescimento e enriquecimento do capital humano. O Gráfico 21 ilustra a realidade do sexo feminino, quanto às despesas realizadas com o recurso financeiro oriundo de sua força de trabalho. Na escala, a maior evidencia foi apontada pelas mulheres para proveito próprio, com menor evidencia destinam essa renda para alimentação, e não apareceu na pesquisa o uso desse recurso financeiro para comprar medicamentos. Por outro lado, os homens gastam com a propriedade ou com a família, de modo menos evidente destinam a renda na compra de alimentos, e apareceu de modo pouco evidente investimentos em terra.

As diferenças apresentadas no gráfico 21 quanto ao modo como mulheres e homens gestam seus recursos financeiros tem repercussão cultural, conforme indica o

autor Abramovay (2002), esse tipo de característica influencia na forma como as famílias administram seus recursos financeiros, e as diferenças variam entre grupos sociais e segundo distintas características culturais entre mulheres e homens.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 21: Despesas provenientes da venda da mão de obra – mulher e homem

Destarte, o estímulo as atividades agrícolas e não-agrícolas no Assentamento 8 de Junho pode representar, tanto oportunidade de emprego e renda complementar das famílias, como pode ser uma opção ocupacional diferenciada para aqueles membros que não possuem necessidades financeiras, entre outras necessidades.

Como o benefício de renda da mulher se estende mais para si e para os filhos, o recurso é investido com bens pessoais, mas que servem para satisfazer sua auto estima, e em outros casos a conquista do recurso sugere liberdade de gastar sem ter que esperar pela autorização do marido. Sendo o caso de algumas assentadas que economizam para comprar utensílios domésticos ou móveis com maior valor.

Pra gente compra as coisas que a gente quer né, e a gente tinha dinheiro que era que a gente tinha casa. Mas não é que nem o meu dinheiro, eu vou compra com o meu dinheiro, eu acho pra mim que é uma grande conquista, uma grande coisa que consegui, porque sempre era dinheiro do marido e agora tenho o meu [...] (M. 05, entrevista 2010).

No Assentamento 8 de Junho as mulheres têm se preocupado com a qualidade de vida de seus membros, e exercer atividades não-agrícolas é uma forma de defesa contra os males da sociedade patriarcal que recai sobre os membros da família. Além disso, a manutenção da qualidade de vida das famílias vem por meio de resgate de práticas sustentáveis, e preocupação com alimentação.

Na opinião das mulheres desenvolverem algum tipo de atividade não-agrícola se torna significativo porque “Antes, não sobrava para fazer compras e agora melhorou, posso até fazer algum tipo de investimento [...]” (M. 2, entrevistada 2010).

“Aumentou renda [...]” (M. 9, entrevistada 2010).

“Adquiri experiência de trabalho [...]” (M. 12, entrevistada 2010).

“Percebi que a mulher não deve ficar só mais na cozinha, uma mulher não precisa só ficar trabalhando em casa [...]” (M. 14, entrevistada 2010).

Há uma distribuição desigual quanto aos bens, e também quanto aos benefícios destinados as assentadas, por mais que sejam conquistas da comunidade rural, sendo interpretados como benefícios familiares. Pois, não existe um exame detalhado sobre quem usufrui em maior quantidade das medidas que beneficiam as famílias e a comunidade. Um exemplo clássico são os cursos e formas de aperfeiçoamento destinado às mulheres e homens no Assentamento 8 de Junho.

Os cursos de aperfeiçoamento desenvolvidos por mulheres são de panificação, artesanato, culinária, agroecologia, aproveitamento de lácteos, pastoral da Terra, formação e qualificação em educação e Economia Solidária, para os homens os cursos são voltados para a política. Em resumo, a partir da participação dos cursos entre mulheres e homens assentados se confirma a sustentação da divisão sexual na qualificação profissional, pois funciona como disse uma entrevistada *“[...] conforme cabe a cada um [...]”*(M. 6, entrevistada 2010). No entanto, as mulheres são as participantes mais frequentes em cursos de aperfeiçoamento por estarem no dia-a-dia e em função da comunidade; seu trabalho ser mais flexível e por ser essencial a função que desempenha nas atividades não-agrícolas. Mas, a maioria dos cursos são da área de educação e saúde, porque são responsáveis por atender necessidades dos seres humanos considerado pela sociedade em geral como funções delas.

Mediante a troca de informações proveniente da preocupação com a formação das assentadas e dos assentados, a implantação e prestação de serviços (atividades não-agrícolas) se tornam essenciais ao funcionamento do assentamento e tende ser um meio influenciador para o processo de participação política.

4.5 Assentamento, participação política, participação social

Mesmo que a participação social no Assentamento 8 de Junho apresente heterogeneidades entre mulheres e homens, não quer dizer que elas sejam inferiores a eles. Esta comunidade se representa figuramente por ambos os sexos, mas está organizada pelo e para o homem.

O contingente social referente às relações de gênero se ajusta de recursos materiais, participação na tomada de decisão, representação dos atores na política e diante da comunidade, isto é, algumas vantagens que as mulheres encontraram com a sua inserção no espaço público. Nos detalhes narrados a seguir, uma entrevistada

relata as facilidades, bem como, o aproveitamento que encontrou no espaço público do assentamento:

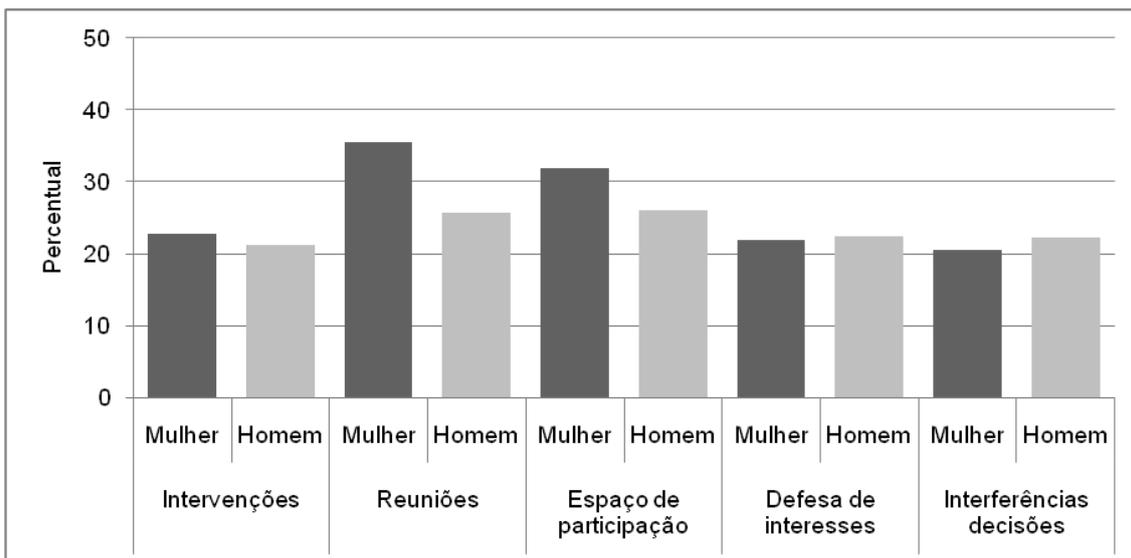
[...] então quando cheguei aqui, daí já tinha saído, já digo, as terras pro povo, o assentamento mesmo. Também nos temos esse trabalho ali também, um trabalho muito bom aonde que foi uma coisa que ajudou bastante a gente porque que nem você vê pra gente, já digo se fosse pra gente trabalha a lá fora na cidade era bem mais difícil né! Assim você vê com um serviço desses aqui foi uma benção, porque a gente ta aí tudo junto trabalhando. Já digo, assim já tava organizado, porque você vê tudo mundo já tinha ganhado as terra, já tava todo mundo colocado. Porque a gente sabe como foi a luta do povo aí né, pra hoje em dia ta na altura que tão (M.02, entrevista 2010).

Mas elas ainda sofrem pela permanente subordinação, um exemplo disso está nos relatos quanto às dificuldades com a família no período do acampamento. No entanto, optaram por omitir as adversidades agora como assentadas, aparentemente justificando a significativa participação em atividades ligadas ao espaço público do assentamento.

A mobilização do sexo feminino desencadeado no período de acampamento proporcionou organização do grupo no tempo livre ocupado em reuniões. Seu envolvimento na questão burocrática e no planejamento da Comunidade 8 de Junho se tornou mais evidente, a partir da inserção da padaria comunitária. Conforme, nos dados escalados no Gráfico 22 nota-se que as mulheres alegaram ter espaço aberto em reuniões, e que sua participação se favorece por já estarem no espaço da reunião, mas as inferências das decisões, a defesa de interesses e as intervenções femininas ocorrem de forma pouco intensa.

As entrevistadas justificam pela falta de interesse, ou não atender ao conhecimento das mesmas, ou ainda as poucas contribuições e interferências sucedem quando está relacionado ao seu ambiente de trabalho (por isso ficam restrito as reuniões específicas da organização da padaria). Sendo assim, considera-se baixo o poder da mulher e a diferença que sua presença faça sob a condução do assentamento. No caso dos homens se percebe que a participação em questões burocráticas e do planejamento do assentamento tem sido alocada de modo praticamente igual para todos os aspectos levantados no Gráfico 22.

No entanto, a importância do crescimento do empoderamento da mulher nesse âmbito serve de controle nas decisões no ambiente em que se vive, depende em que trabalha, e ao mesmo tempo se torna um entrave para questão da distribuição do poder entre casais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 22: A participação dos membros no planejamento do assentamento

Numa pesquisa realizada por Paulilo (2004), encontra-se uma explicação plausível para o que pode estar acontecendo no Assentamento 8 de Junho. A autora observou quando o espaço de reuniões se divide por mulheres e homens, elas se sentem inibidas e quando possuem oportunidades de falar, algumas vezes não são ouvidas e sofrem com constantes ironias partindo do sexo oposto.

Dessa forma, não está sendo associada uma dimensão igualitária de papéis no contingente político entre sexos. Ao destacar os agentes políticos no assentamento, também define socialmente as funções de mulheres e homens, incluindo articulação das relações de poder estabelecidas nas unidades familiares.

Desse ponto de vista, o assentamento funciona por meio de decisões coletivas levantadas no planejamento, privilegiando o fortalecimento do capital social, exigindo que seja interligado por relações de serviços, organizações sociais, abertura para iniciativas e participação de mulheres e homens. Porém se verifica que a participação do sexo feminino, em alguns casos ocorre na ausência ou na impossibilidade do sexo masculino contribuir no planejamento devido à sobrecarga de atividades, conforme indica o relato:

[...] não sou, tipo ele vem direto, ele participa das reuniões, tipo meu marido trabalha semana inteira, então pra ele não sobra tempo né, mais fica em casa a noite, mais sou eu que estou por dentro das coisas, paro aqui meu direto (M. 05, entrevista 2010).

E apostando no planejamento, um meio também essencial para o desenvolvimento rural que rompe as relações verticais no assentamento, ou seja, sua abordagem se faz eficiente na ruptura do poder concentrado nas mãos de poucos. Por um lado, a formação de grupos pode ser uma maneira de emergir o capital social e

garantir o grau de qualidade das decisões quando se trabalha todo o grupo de assentados. Por outro lado, quando atende as necessidades pessoais de um grupo seleto de atores, tende a bloquear o capital social. O que pode estar sendo motivado no Assentamento 8 de Junho¹⁸, pois durante a pesquisa se observou divisão de grupos internos e interesses por parte de distintos membros assentados, até mesmo pelo poder de barganha para favorecer famílias ou membros.

É de suma importância relatar que o empoderamento feminino no espaço público é considerado de pequeno contingente, devido o número reduzido de participantes do sexo feminino, e isto tem feito a diferença no planejamento e nas intervenções políticas do assentamento.

E por fim, como o assentamento possibilitou conquistar estruturas favoráveis a projetos organizados para dar continuidade ao desenvolvimento rural da comunidade. Os entrevistados explicam que no planejamento está incluso nas estratégias a serem executadas, por meio do esforço coletivo pretendem realizar e deixar para as gerações futuras.

¹⁸ Não se tem argumentos comprobatórios, isso está sendo elucidados como hipótese.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de analisar as relações de gênero partindo do empoderamento do sexo feminino nos espaços produtivos e reprodutivos, e os mecanismos fortalecedores do capital social como fatores estratégicos do desenvolvimento rural do Assentamento 8 de Junho, sobretudo constituiu um desafio desde início da pesquisa. Por um lado considerar as relações entre mulheres e homens subjugadas de modo desigual; e por outro, a sensação que as mulheres eram subordinadas aos homens na propriedade rural.

Na literatura empregada sobre as relações de gênero e desenvolvimento rural evidencia a importância da dinâmica familiar no assentamento. A qual ainda segue os ditames patriarcais ditos como culturais, os quais por vezes contribuem para desintegrarem os aspectos sociais, econômicos e políticos, que são fundamentais para criar um círculo virtuoso na dinâmica dos movimentos sociais.

Na realidade foi observado empiricamente no acampamento, e depois no assentamento que para viabilizar o desenvolvimento rural que a ferramenta tem sido a implantação de políticas públicas como meios de gerar renda, diversificação produtiva, incentivos à população a permanecer no campo, e ainda de ampliar as possibilidades de inserir a mulher como um agente de mudanças, para fazer a diferença no ambiente em vive, convive e trabalha.

Pelo fato do período de acampamento representar forte tensão e *stress* para todo o grupo que estava à frente de um projeto de vida. Era um momento de alerta na vida destas famílias, em que mulheres e homens exerceram as atividades de forma mais igualitárias, pois suas funções se mostravam embaralhadas, e todos os recursos sociais e políticos estavam mobilizados e plenamente ativos. Entretanto, quando ocorre a instalação do assentamento, as funções passam a se organizar segundo as tradições patriarcais, e principalmente as atividades do lar voltam a seguir a rotina do período anterior do acampamento. A pesquisa enfatiza como as experiências vividas no acampamento não foram totalmente desconsideradas no assentamento, de tal ordem que as relações de gênero geraram questionamento quanto aos papéis que devem ser assumidos tanto na esfera produtiva quando reprodutiva, e nos espaços públicos e privados.

Os resultados da pesquisa mostram uma realidade pouco convencional para um assentamento de sem terra 8 de Junho. Pela sua recente instalação, se denota características da auto suficiência das famílias, por meio das estratégias do desenvolvimento rural, e até mesmo pela ascendente propensão de ficar na terra. Na

visão dos assentados, a mulher tem sido parceira essencial na condução da propriedade e tem feito a diferença na comunidade, e não foi possível observar concorrência entre os papéis pela distinta divisão de espaço na esfera pública e privada.

Isto tudo advém das formas de produtividade agrícola, e também das possibilidades geradas pela atividade não-agrícola desempenhada apenas por mulheres no assentamento. Enquanto, a maioria dos homens se encarrega da manutenção do lote com o roçado, em alguns casos, o homem divide essa função com as atividades não-agrícolas fora do assentamento. O que foi considerado na pesquisa o ponto crucial para a mulher contribuir no planejamento e na tomada de decisão da propriedade, porém a divergência entre ambos permanece na administração do recurso financeiro.

Nesta condição se tornou possível observar que as relações de gênero estão sendo timidamente reestruturadas. Com efeito do desempoderamento do homem está ocorrendo uma inversão de papéis na propriedade, ou ainda lentamente o empoderamento da mulher diluídos em alguns espaços do assentamento. As assentadas passaram a serem ativas na comunidade por meio da padaria comunitária, em razão da diversificação produtiva, e na ausência do parceiro em atividades do assentamento. A mulher se colocou numa relação mais próxima e passou a ver com outros olhos a propriedade, que possibilita opinar, tomar decisões e até mesmo ser consultada pelo parceiro, ou seja, as assentadas e assentados respeitando as relações de gênero não deixam de negociar nos espaços.

De tal modo subjetivo, as mulheres do Assentamento 8 de Junho podem assumir o título de quem fez história enquanto acampadas, e estão fazendo a história por ser um público diferente dos outros, que não cruzaram o braço diante das dificuldades impostas pela sociedade. Na ordem social se apresentam numa sociedade descrente da ajuda mútua, e da conduta coletiva representam um exemplo de capital social.

A participação feminina na esfera pública do assentamento apareceu como algo ainda a ser aprimorado, pois sua participação acontece em dois momentos na ausência do parceiro, ou quando o assunto em pauta está relacionado à mulher, com a justificativa pelo seu envolvimento na propriedade, lhe negam a possibilidade de participar ativamente na política do assentamento. Por isso, o empoderamento não aparece evidente neste clássico espaço de relações sociais, mas diluído nos pequenos detalhes. E no aspecto familiar tem sido a maior perspectiva de

empoderamento até então, pelas conquistas de alterações e inversões de papéis tem constituído um legado aos filhos.

Por meio dos relatos das mulheres foi possível observar o orgulho de participar de um dos movimentos populares, bem como da organização voltada à coletividade, que se atribui melhores condições e oportunidades conquistadas na enquanto assentadas. No entanto, o Assentamento 8 de Junho é alvo de discrepante conduta vertical por parte de seus dirigentes, o que pode estar impedindo todos os assentados de fazerem parte das estratégias de desenvolvimento rural.

Dessa forma, pela literatura e pesquisa de campo pertinente chamar atenção do espaço do assentamento de sem terra ser uma “caixa de surpresas”, quando existe a possibilidade de ser explorado, porque nunca se sabe o que vai encontrar e as realidades muitas vezes diversas.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian; DA SILVA, Rosicleide. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. da (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v.28, n.1,2 e 3; v.29, n., p.1-21, jan/dez. 1998; jan/ago. 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v.4, n.2, s/p, abr./jun 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002. p.113-128.

AMORIN, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2008.

ARAÚJO, Juliana Pereira. Os assentamentos rurais de reforma agrária: novos espaços educativos no campo brasileiro. In: Congresso Regional de Educação de Pessoas Adultas, 2., 2005. **Anais do Congresso Regional de Educação de Pessoas Adultas**, São Carlos: CREPA, 2005. Disponível em <www.ufscar.br/...por...educativo/.../Juliana_Araujo.doc>. Acesso em 25 mar. 2010.

BAQUERO, Marcello, BAQUERO, Rute; KELL, Ivete. Para além de capital social – Juventude, empoderamento e cidadania. **Capital social sul**. s.d. Disponível em: <<http://www.capitalsociaisul.com.br/capitalsociaisul/desenvolvimentoregional>>. Acesso em: 11 out. 2010.

BAQUERO, Rute V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p.77-93, mai/ago. 2006.

BERETA DA SILVA, Cristiani. **Homens e Mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividade no MST**. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n.31, p. 37-49, 1997.

BONI, Valdete. **Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina**. 2005, 99f. Dissertação (Mestrado de Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art, genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

BROWN, James Dean. What issues affect Likert-scale questionnaire formats? **Testing & Evaluation SIG Newsletter**, Shiken: v. 4, n. 1, p. 18-21, 2000.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, jan/abr. 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: Adriana Lopes; Andrea Butto Zarzar (Org.)

Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. Cap.7, p.217-240.

BUARQUE, Cristina. Estratégias para a Reforma Agrária sob a ótica de gênero. Projeto de Integração da Perspectiva de Gênero no setor de Reforma Agrária, **Relatório de Pesquisa.** Brasília, 2002. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2001.

CABRAL, Gilda. Este negócio de gênero... sei não! In: Setor de gênero – MST (Org.) **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder.** São Paulo: ANCA, 2003. Cap.4, p.51-56.

CAMPOS, Christiane. As relações de gênero e o MST. In: Setor de gênero – MST (Org.) **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder.** São Paulo: ANCA, 2003. Cap.1, p.07-26.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 2, p.11-22. jun/ 1994.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul.** 2009, 109f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAUME, David José. **A tessitura do “Assentamento de Reforma Agrária”: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder.** 2002, 624f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNADES, Bernardo Mançano. Assentamentos rurais: territórios do Território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2009, Niterói. **Anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária,** Niterói: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009. Disponível em <www.uff.br/.../Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca.pdf>. Acesso em 9 dez. 2010.

Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico.** Curitiba: CONDETEC, 2004.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul.** 2008, 290f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COSTA, Ana Alice A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: **A química das mulheres,** Salvador, p. 20-21, mar. 2004.

DE ANDRADE, Fabiola Juliana Rubim de. **O empoderamento da mulher: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR.** 2010, 89f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

DE GRANDI, Alessandra B. **Relações de Gênero nas Famílias Agricultoras Associadas a Mini-Usinas de Leite: no Estado de Santa Catarina.** 1999. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; DA SILVA, José Graziano. **O Novo Rural: Uma Abordagem Ilustrada**. Londrina: IAPAR, 2002.

DODERLLY, Luísa E.G; BUARQUE, Cristina E; GARCIA Vileni. **Comportamento de gênero nos assentamentos de Reforma Agrária- os casos de Guarani – Bom Lugar/CE e Campo Bonito/PR**, Brasília, 2002. Disponível em: <www.incra.gov.br-Projeto Integrado da Perspectiva de Gênero no setor da Reforma Agrária, Relatório de Pesquisa>. Acesso em: 15 jun. 2011.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, v.35, n.1, p.1-38, Oct/1999.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v.19, n.4, p. 437-448, 2001.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002, 284f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2002.

FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. O que é ser mulher? O que é ser homem? *In*: Coordenadoria Especial da Mulher (Org.) **Gênero e Educação: caderno para professores**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003. Cap.2, p.29-44.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. 1999, 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994, 208f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre especificidades brasileiras. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.18, p.28-46, out. 2002.

FLORES, Murilo. Desenvolvimento territorial rural uma proposta de estudo para apoio à formulação de políticas públicas. *In*: Vinícius Lages, Christiano Braga, Gustavo Morelli (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004. Cap. 5, p.157-168.

GASSON, Ruth; WINTER, Michael. Gender relations and farm household pluriactivity. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v.8, n.4, p.387-397, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, mai/jun1995.

GONÇALVES, Renata. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. **Revista Nera**, Presidente Prudente, a. 7, n. 5, p. 43-55, jul./dez. 2004.

HEALY, Karen; HAYNES, Michele; HAMPSHIRE, Anne. Gender, capital social and location: understanding the interactions. **Journal of Social Welfare**. n.15, p.1-9, may/2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, a. 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun.2006.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009, 248f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraná cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos municípios**. Curitiba: IPARDES, 2000.

LOMBARDI, Sheila Priscila Makoski; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; WADI, Yonissa Marmitt. Pluriatividade, agricultura familiar e gênero: o caso do reassentamento São Francisco de Assis. In: RINALDI, Rúbia Nara, **Perspectivas do desenvolvimento regional e agronegócio**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009. Cap. 7, p. 167-192.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R, (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A “masculinização” da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.47, n.1, p.275-300, jan/mar. 2009.

MALHOTRA, Anju. **Conceptualizing and measuring women’s empowerment as a variable in international development**. Washington: World Bank, 2002.

MARTINEZ, Rossana Vitelli. **Capital social, participação e cidadania no meio rural: uma perspectiva de gênero**. 2010, 290f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: Adriana Lopes; Andrea Butto Zarzar (Org.) **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. Cap.1, p.07-18.

MENEZES, Isabela Gonçalves de. Valorização do rural *versus* valorização do camponês: desenvolvimento, trabalho e cidadania. **Revista Eletrônica Temática**, Paraíba, s/p. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, jul./set. 1993.

Movimento dos Pequenos Trabalhadores. **Caminhos da “Afirmação Camponesa”**. Laranjeiras do Sul: MPA/PR, 2009b.

Movimento dos Pequenos Trabalhadores. **Plano Camponês – Por soberania alimentar e poder popular!** Brasília: MPA, 2009a.

- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n.43, p.83-100, 2001.
- NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v.12, n.3, p. 365-393, jul/set. 2008.
- NICHOLSON, Linda. Interpreting Gender. **Sings: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 20, n.1, 1999. p. 79-10.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de Reforma Agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. 2006, 134f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.
- PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n.12, v.1, p.229-251, jan/abr. 2004.
- PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno; EID, Farid. As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda. In: Simpósio de Engenharia de Produção, 7., 2000, Bauru. **Anais do Simpósio de Engenharia de Produção**, Bauru: Simpósio de Engenharia de Produção, 2000. Disponível em <www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0073.PDF>. Acesso em 26 fev 2010.
- PIRES, Ariel José. **Assentamentos de Sem Terra em Guarapuava: histórico e cotidiano**. 1996, 138f. Dissertação (em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1996.
- PUTNAM, Robert D. The Prosperous Community - Social Capital and Public Life. **The American Prospect**, Washington, v.13, p.35 -42, 1993.
- PUTNAM, Robert. Social Capital: Measurement and Consequences. **Journal of Policy Research**, Canadá: 2001. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/25/6/1825848.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth. Conceituando gênero. In: Coordenadoria Especial da Mulher (Org.) **Gênero e Educação: caderno para professores**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003. Cap.4, p.53-60.
- SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n. 2, p.437-443, mai./ago. 2007.
- SANTOS, Graciete; ALMEIDA, de Marli. As relações de gênero na Agricultura Familiar. In:_____. **Diagnóstico Pajeú/Pernambuco**. 2003. Farache Comunicação: Recife, 2003, 58p. (Cadernos Diagnóstico, 1).
- SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo territorial rural. Chile: RIMISP, 2004.
- SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

STADUTO, Jefferson Andro Ramundo. Desenvolvimento e gênero: um olhar para o rural. In: Encontro Nacional de Economia Política, 18., 2009, São Paulo. **Anais do Encontro Nacional de Economia Política**, São Paulo: SEP, 2009. v. 1. p. 1-1.

TONDO, Isabel de Souza Pereira. **Ocupações e rendas das mulheres das famílias rurais na Região Sul: uma perspectiva de gênero**. 2008, 123f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2008).

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Alianças e conflitos na mediação política na luta pela terra no Paraná**. 1992, 200f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curitiba, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1999.

XAVIER, James Guido. **Entrevista concedida pelo Assessor Técnico do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul, 1 dez. 2009.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO ASSENTAMENTO RURAL 8 DE JUNHO – LARANJEIRAS DO SUL/PR

Nome da entrevistado: _____ Data __/__/_____.

BLOCO I: PERFIL SOCIOECÔNICO

A. Informações gerais da propriedade família

1. Caracterização da propriedade

	1	2	3	4	5
Nome					
Descendência					
Titular ou Grau de Parentesco					
Idade					
Sexo					
Estado Civil					
Nível Escolaridade					
Salário ou Renda da Família (média)					
Lugar de origem					
Trabalha na propriedade					
Trabalha fora da propriedade					
Atividade agrícola (qual)					
Atividade não-agrícola (qual)					
Documentos ¹					

1 Legenda: (1) Certidão de Nascimento; (2) CPF; (3) Certidão de Casamento; (4) Título de eleitor; (5) RG; (6) Carteira de Trabalho; (7) Bloco de produtor; (8) Carteira de Motorista.

Quanto tempo participa do assentamento 8 de junho? () meses () anos.

Lugar onde a família morava antes de se instalar no atual assentamento?

Qual a distância da sua propriedade do centro da Comunidade 8 de Junho?

Você dirige?

() nunca () às vezes () raramente

Se casada, é casada em:

- () comunhão de bens
 () separação total de bens
 () separação parcial de bens
 () não sabe

Você se dedica a outras atividades (profissionais) além de agricultora? () Sim () Não. Quais?

Participação social da família na comunidade local

Entidades	Sim	Não
Associação comunitária produtores e agricultores		
Cooperativas (crédito)		
Sindicato de trabalhadores		
Associação de mulheres/clubes de mães		
Atividades ligadas ao lazer		
Atividades ligadas a igreja		
Outros tipos de entidades		

Quais? _____

BLOCO II: CONDIÇÕES DAS PROPRIEDADES DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

Como é sua situação ao lote? () titular () beneficiário (a). Em quais condições foram feitos os documentos?

Quais as principais atividades desenvolvidas na propriedade em ordem de importância econômica?

- 1ª _____ Quem desenvolve? _____
 2ª _____ Quem desenvolve? _____
 3ª _____ Quem desenvolve? _____

Do total da renda familiar, quanto (%) provém:

- A) de atividades agrícolas _____ %
 B) de atividades não-agrícolas _____ %
 C) de aposentadoria _____ %
 D) outras atividades _____ %

Quais? _____

Qual o

tamanho de sua propriedade?

- Própria _____ () hectare () alqueire
 Outro _____ () hectare () alqueire.

Quais as principais culturas produzidas na propriedade em ordem de importância econômica?

Convencional: _____

Orgânica: _____

Processada: _____

Principal destino da produção vegetal

- () Venda direta ao consumidor – domiciliar ou feiras livres
 () Para cooperativas
 () Para agroindústria ou empresa privada que esteja integrado
 () Para poder público – município, etc
 () Para intermediário – atravessador
 () Para o programa de aquisição de alimentos – PAA
 () Não vende – autoconsumo
 () Outros _____

Principal destino da produção de origem animal

- () Venda direta ao consumidor – domiciliar ou feiras livres
 () Para cooperativas
 () Para agroindústria ou empresa privada que esteja integrado
 () Para poder público – município, etc
 () Para intermediário – atravessador
 () Para o programa de aquisição de alimentos – PAA
 () Não vende – autoconsumo
 () Outros _____

Principal destino da produção de processados

- () Venda direta ao consumidor – domiciliar ou feiras livres
 () Para cooperativas
 () Para agroindústria ou empresa privada que esteja integrado
 () Para poder público – município, etc

- () Para intermediário – atravessador
 () Para o programa de aquisição de alimentos – PAA
 () Não vende – autoconsumo
 () Outros _____

Quanto tempo gasta em média por dia nas seguintes atividades:

Atividade doméstica: _____

Atividades agrícolas: _____

Atividades não-agrícolas: _____

Outras atividades: _____

Qual o grau da situação atual da sua propriedade comparada a situação quando recebeu lote no assentamento? (0= piorou; 5= melhorou ou 10= melhorou muito).

	0		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
Renda familiar																							
Qualidade de vida																							
Qualidade do trabalho																							
Relação familiar																							
Aspecto ambiental																							
Estrutura física (insumos)																							

Legenda: M: Mulher; H: Homem

Como? _____

Qual a função das atividades desenvolvidas na agricultura?

X	Mulher	X	Homem
	geração de renda		geração de renda
	complemento da renda advinda de outras atividades		complemento da renda advinda de outras atividades
	diversificação da atividade produtiva		diversificação da atividade produtiva
	preservação do patrimônio histórico da propriedade		preservação do patrimônio histórico da propriedade
	maior convivência social no campo		maior convivência social no campo
	melhoria da qualidade de vida		melhoria da qualidade de vida
	permanência na localidade		permanência na localidade
	outro. Indicar quais:		outro. Indicar quais:

Quais funções e para que fins acontecem a divisão de atividades entre os membros da família?

Qual o grau de sua participação e de sua decisão na propriedade rural (0 = fraco; 10 = alto).

	0		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
Renda familiar																							
Influência nas decisões no planejamento da produção																							
Influência nas decisões na venda																							
Influência nas decisões investimento																							
Afazer domésticos																							
Atitudes com os filhos																							

Legenda: M: Mulher; H: Homem

Grau da contribuição mulher e homem no trabalho diário da propriedade (0 = fraco; 10 = alto).

	0		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
Horta																							
Estrebaria																							
Aves																							
Chiqueiro																							
Animais pequenos																							
Cuidados filhos																							
Afazer alimentação																							
Afazer limpeza da casa																							
Cuidados com roupas																							
Roçado/lavoura																							
Outras																							

Legenda: M: Mulher; H: Homem

Grau da contribuição mulher e home no âmbito público do assentamento (0 = fraco; 10 = alto).

	0		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Mística																						
Reuniões																						
Associação																						
Festas																						
Ativ. não-agrícola																						
Catequese																						
Pastorais																						
Outras.																						

Legenda: M: Mulher; H: Homem

Por quê? _____

Grau da contribuição mulher e homem no âmbito público fora do assentamento (0 = fraco; 10 = alto).

	0		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Fazer compras para a propriedade																						
Pagar contas																						
Comprar alimentos																						
Fazer e controlar os serviços bancários																						
Fazer financiamentos																						
Comprar equipamentos e insumos																						
Comprar roupas																						
Comprar materiais para casa																						

Legenda: M: Mulher; H: Homem

Grau dos gastos realizados pela família? (0 = muito pouco; 5 = pouco ou 10 = alto).

	0		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Compras para a casa (alimentação, higiene e limpeza)																						
Educação dos filhos (transporte, material escolar)																						
Saúde (consultas, exames)																						
Conta de luz																						
Transporte da família (combustível, passagem)																						
Utensílios domésticos																						
Gastos na propriedade																						
Gastos pessoais dos filhos																						
Gastos pessoais do marido																						
Gastos pessoais da mulher																						

Legenda: M: Mulher; H: Homem

Qual principal função que a mulher desempenha na propriedade?

X	Mulher	X	Homem
	Do lar		Do lar
	Agricultora		Agricultora
	Do lar e agricultora		Do lar e agricultora

Quando existe oportunidade de aperfeiçoar os conhecimentos, quem vai? Como ocorre o aperfeiçoamento na sua forma de produzir? Por quê?

BLOCO III: QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE O EMPODERAMENTO DA MULHER

Você é de família?

() rural () urbana

() pequena propriedade () média propriedade () grande propriedade

() agricultura familiar () agricultura camponesa () agricultura tradicional () nenhuma

Quanto tempo você possui vivência como agricultora?

() dias

() meses

() anos

Que tipo de atividades (agrícolas e não agrícolas) desenvolvia antes de trabalhar com atividades ligadas a agricultura? Tinha alguma renda dessas atividades? Para que destinava essa renda?

Em que momento/etapa da vida se deu (se sempre realizou atividades não-agrícolas, se antes ou depois do casamento, nascimento dos filhos...).

Grau de valor financeiro destinado as atividades seguintes: (0 = muito pouco; 5= pouco ou 10 = alto).

	0		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Ajuda na renda familiar																						
Próprio proveito																						
Educação dos filhos																						
Vestuário																						
Moveis e eletrodomésticos																						
Compra ou manutenção de imóveis																						
Investimento terra																						
Medicamentos																						
Alimentação																						
Outros. Quais?																						

Legenda: M: Mulher; H: Homem

Você acredita que na situação atual é suficiente sua participação nas decisões familiares, especialmente nas atividades da propriedade? Tem alguma explicação para isto?

Mudou alguma coisa na divisão das tarefas nas atividades produtivas e domésticas a partir de do momento que você participa efetivamente as atividades na propriedade?

Frequência da participação familiar nas tarefas domésticas?

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Mãe											
Marido											
Parentes											
Pais (avós)											
Filhos											
Empregados											

Em quais atividades você passou a ser auxiliada ou foi substituída por outra pessoa?

Grau de problemas com familiares (marido, pai, mãe, irmãos ou filhos/as) tem enfrentado para trabalhar nas atividades propriedade? (0 = fraco; 10 = alto).

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conflitos											
Falta de incentivo											
Subordinação											
Dedicação exclusiva											
Falta de ajuda											
Preconceito											
Reclamação ausência de casa											
Outros. Quais?											

Tem oportunidade de participar ou de ir a encontros profissionais (município, região, estado)? Por quê?

Como você se sente desde quando teve oportunidade intervir numa atividade no assentamento? (0 = fraco; 10 = alto).

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Segurança											
Coragem de se pronunciar											
Falar em reuniões											
Pessoa valorizada											
Reconhecimento pessoal											
Reconhecimento profissional											

Frequência da participação de questões burocráticas e do planejamento do assentamento? (0 = fraco; 10 = alto).

	0		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Intervenções																						
Reuniões																						
Espaço participação																						
Defesa de interesses																						
Interferências decisões																						

Legenda: M: Mulher; H: Homem

Grau que as relações sociais exercem entre os membros assentados (0 = fraco; 10 = alto).

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conhecer pessoas											
Estabelecer vínculos de amizade											
Vizinhança											
Vínculos de trabalho											
Outros. Quais?											

Como acontece ou por intermédio do que acontecem as relações sociais?

_____ Tipos de programas sociais que você e sua família são contempladas?

Recebe assistência técnica na propriedade

- () não recebe
 () cooperativa de produção
 () sindicato
 () secretaria estadual de agricultura
 () secretaria municipal de agricultura
 () ONG's
 () empresas integradoras
 () assistência técnica particular
 () EMATER
 () Outros.

Quais? _____

Obteve financiamento ou empréstimos no último ano agrícola?

- () sim () não () não respondeu/não sabe

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

- 1- Relato de sua vida quando militante do MST durante o período de acampamento até se tornar assentada? O que mudou na família? Isso foi importante para você? O que interferiu nas decisões na família?
- 2- Como é seu cotidiano como agricultora na propriedade rural?
- 3- O que significa a atividade de agricultora para sua vida (qualidade de vida)? Considera as funções que exerce na propriedade (principal ou complementar).
- 4- Se os movimentos sociais e a formação política contribuiu para melhorar a relação de gênero na família e na comunidade?
- 5- O que espera do ingresso da atividade não- agrícola venha contribuir como pessoa?
- 6- O que significa ter seu próprio recurso financeiro?
- 7- Você considera essa atividade como extensão do que você desenvolve em sua casa. Por quê?
- 8- Teve algum grande momento de união entre mulheres e homens durante a fase de acampamento e assentamento? O que significou isso a você?
- 9- E quais iniciaram e permanecem ainda no assentamento?
- 10- Você não tem interesse de ingressar em outra atividade fora da propriedade? Por quê?
- 11- Qual a maior dificuldade por ser mulher num assentamento?
- 12- Como a participação se tratando do planejamento e questões burocráticas do assentamento?
- 13- Percepções próprias quanto a divisão de atividades entre você e os membros da casa?
- 14- Quais atividades que poderia e gostaria de realizar ou participar?
- 15- Faça um relato sobre seu cotidiano, suas tarefas diárias na propriedade?
- 16- O que é mais difícil ao deixar sua casa para desenvolver atividades na instância pública do Assentamento?
- 17- O que realiza nos momentos de horas livres?